

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

JOSÉ MARCOS DE FRANÇA

NAS TRAMAS DOS DISCURSOS NORMATIVO-
GRAMATICAL E LINGUÍSTICO: *SUJEITOS, VERDADES*
E SABERES

JOÃO PESSOA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ MARCOS DE FRANÇA

NAS TRAMAS DOS DISCURSOS NORMATIVO-
GRAMATICAL E LINGUÍSTICO: *SUJEITOS, VERDADES*
E *SABERES*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de mestre em Letras.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA

JOÃO PESSOA
2009

JOSÉ MARCOS DE FRANÇA

NAS TRAMAS DOS DISCURSOS NORMATIVO-GRAMATICAL E
LINGUÍSTICO: *SUJEITOS, VERDADES E SABERES*

Dissertação apresentada como exigência parcial para a
obtenção do título de mestre em Letras, na área de
concentração Linguagens e Cultura, à comissão
julgadora da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Angélica de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof^a. Dr^a. Ivone Tavares de Lucena (1º Examinador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof^a. Dr^a. Cleide Emília Faye Pedrosa (2º Examinador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa (Suplente)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico este trabalho

A Chrystian e Víctor, razão da minha vida, em quem espero bons leitores

A Gerson (*in memorian*) e Dulcinéa (*in memorian*), pais amados

A Edilene, companheira nas tempestades e calmarias

Aos meus irmãos e irmãs: Vitória (*in memorian*), Braz, Acácia, Elias, Enézia,

Zé Pedro, Adilson, Alailson, Rosevânia, Gersenilton, César, Cristina

A minha tia Quita (Ivanildes), pelo primeiro caderno

Aos meus primos e primas, Cícero, Rita, Berê, Gervásio, do Carmo

A Antônio e Cli(Méri)a, pais que adotei

A Laércio, Luciano, Leonardo e Ronaldo, irmãos “adotados”

Aos meus sobrinhos e minhas sobrinhas

Aos meus cunhados e minhas cunhadas

Aos meus afilhados e afilhadas

A todos que fizeram e fazem parte da minha vida

Agradecimentos

Como não é possível citar os nomes de todos os “culpados” que fizeram este momento acontecer, aqui vão alguns por se fazerem os mais diretamente presentes neste *acontecimento*:

A Deus, pela graça concedida, pela realização de um sonho.

Aos meus filhos, minha força motriz e principal motivo desta conquista, por entenderem a ausência deste pai, por algum tempo, e por compartilharem comigo a realização de um sonho.

À minha esposa, pelo companheirismo e pela compreensão em ficar “sem marido” por algum tempo, além de apoio nos momentos difíceis.

Aos meus pais, que mesmo não sabendo a dimensão disso tudo, sempre acreditaram que eu chegaria “lá”. Só lamento eles não estarem aqui, de corpo presente, para ver e compartilhar comigo este momento...

À prof^a. Maria Angélica, por acreditar em mim e por ser meu *exemplo* do que é *ensinar*, em quem, hoje, vejo, mais que *minha* Professora, uma amiga.

A Vivi(ane), em especial, pela amizade e pelas leituras feitas de meus in(s/c)ipientes textos e por me socorrer em momentos difíceis. Todo o meu afeto e carinho.

À prof^a. Ivone, minha amiga, pela acolhida e carinho dados a um estrangeiro das plagas sergipanas.

A Jandilene e a Patrícia, amigas que conquistei, pelos momentos de descontração proporcionados.

A Elinaldo (Naldinho Braga), amigo e companheiro, pelo convívio e por ser o “cara” que é.

A Gláucio, Janice e Robson pela amizade que se fez e pela acolhida dada.

À “mãezona” Ivanilda (só carinho e afeto) e a Robéria, pela simpatia e carisma.

A Rose e Lenir (secretárias da Pós), amigas, por estarem sempre prontas a me estenderem a mão quando precisei.

A Penha, que na sua simplicidade, me fez ver que a vida pode ser simples.

A Selma de Sá, pela amizade e pelo empenho e predisposição na liberação de minha licença.

À prof^a. Rivanúzia, do Setor Pessoal da SEED, pelo empenho na liberação de minha licença.

À UFPB e a João Pessoa, lugares que aprendi a amar, por acolherem tão bem este filho do povoado Bom Jesus, Laranjeiras - Sergipe. Passam a ser minha segunda “mátria”.

A todos que de algum modo contribuíram para este *acontecimento*.

Em homenagem a todos que fazem o PPGL/UEPB da linha Discurso e Cultura

Forró na Casa de Saussure (ou da AD em Festa)

(Por Naldinho Braga/Santana de França)

Eu fui a um forró
lá na casa de Saussure
tinha muita gente lá
só faltou mesmo você.

Tava Foucault com o saber
Pêcheux com o discurso
Althusser com a ideologia
Robin com a História
só não tava mesmo você.

Forró, forró Saussure
Olha a AD em festa
Olha nós aí
Dançando nesta festa
Venha dançar aqui.

Tava o Sujeito,
o Materialismo,
a Língua;
Lacan e Authier-Revuz,
Benveniste e Bakhtin
só faltou mesmo você.

De penetra, muita gente:
Eu, Ivone, Angélica
e Wanderley;
Gregolin, Orlandi
e um tal de Possenti
tinha muita gente pra dançar
só você não tava lá.

Forró, forró Saussure
Olha a AD em festa
Olha nós aqui
Dançando com ela
Venha dançar aqui.

Em todo caso, uma coisa ao menos deve ser sublinhada: a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante. (Michel Foucault, A ordem do discurso)

RESUMO

Nesta pesquisa, partimos da hipótese de que os discursos da Gramática Normativa (GN) e da Linguística, que se mostram em constantes atritos quando do posicionamento de seus respectivos autores por assumirem diferentes posições no que diz respeito à abordagem da língua materna como seu objeto de estudo, na verdade, se revelam mais afins do que possam parecer. Esse confronto de “pontos de vista” se dá pelo fato de que a GN segue na esteira da tradição gramatical cuja proposta é prescrever (certo x errado) baseada no bom uso da língua materna, enquanto a gramática descritiva (GD), que representa o ideal da Linguística, tem como base o discurso da ciência que, em tese, é neutro. Em geral, o discurso da GD se constrói como um contraponto ao discurso da normativo-tradicional e crítica à maneira como a GN faz a abordagem: sem critérios linguístico-científicos. Seleccionamos, assim, para análise, um *corpus* de oito obras: cinco gramáticas - classificadas em normativa (GN) e pedagógicas (GP) -, dois (o que denominamos) manuais didáticos de linguística (MDL) e uma gramática descritiva (GD). A nossa análise, sustentada pelos aportes teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, começa pelos títulos das obras, toma os textos de apresentação/prefácio e alguns conceitos/categorias da sintaxe a fim de revelar os *sujeitos-autores*, os *jogos/vontade de verdade* e o *saber/poder* que constituem os discursos desses textos. Nesse sentido, procuramos mostrar que os discursos das GN/GP buscam estar em consonância com o discurso da Linguística; que os discursos da GD e dos MDL sustentados pelo discurso do *saber/poder* da ciência da linguagem, que se diz neutro, na verdade estabelece uma nova “*vontade de verdade*” ideologicamente marcada por um discurso acadêmico sobre a língua materna ao propor novos paradigmas de ensino e conceitual-terminológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito-autor; Jogos/Vontade de Verdade; Saber/Poder; Gramática Normativa; Linguística

ABSTRACT

In this research, our hypothesis is that the discourse of the Normative Grammar (NG) is quite similar to the Linguistics one, despite the different positions their authors assume in their approaches about native language, as the object of their studies. Such phenomenon happens because the proposal of the NG is to prescribe the best use of that language, while the Descriptive Grammar (DG), based on the science discourse, which, in thesis, is neutral, represents the Linguistics ideal, and criticizes the NG point of view. This way, drawing on the theoretical principals of the French-oriented Discourse Analyses (AD), we selected five grammars, classified in normative and pedagogic ones (PG), two didactic manuals of linguistics (DML) and one descriptive grammar, to analyze their titles, prefaces and some of their grammatical concepts, in order to reveal the author-subjects, the wish of truth and the knowledge as a symbol of power, which constitute the discourse of those texts. To do so, we wish to reveal that the discourses of the NG and of the PG intend to be in consonance with the discourse of the Linguistics and that the discourses of the DG and of the DML, based on the discourse of the science of the language, actually establishes a new kind of “wish of truth”, ideologically presented at the academic discourse, when proposing new teaching paradigms and terminological concepts on the native language. As a result, we point out that there are some elements in the discourse of the NG which show similarities with the discourse of the Linguistics, despite it is still related to the normative-grammatical tradition.

KEY-WORDS: Author-subject; Wish of Truth; Knowledge/Power; Normative Grammar; Linguistics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O DISCURSO E O SUJEITO NOS JOGOS DE VERDADE E A RELAÇÃO SABER/PODER	20
1.1 Do Enunciado ao Discurso	20
1.2 Da Função-Sujeito à Função-Autor	38
1.3 Do Saber/Poder aos Jogos/Vontade de Verdade: da clivagem do sujeito	56
2 NA ORDEM DO DISCURSO	68
2.1 Da Posição da Gramática Normativa na Ordem do Discurso e a Institucionalização no Discurso Pedagógico sobre a Língua	70
2.2 Da Posição dos Sujeitos-Autores na Ordem do Discurso ou da Manutenção do Saber/Poder sobre a Língua	85
2.3 Dos Discursos em Torno da Língua: saber/poder e jogos/vontade de verdade	94
3 SUJEITO-AUTOR: ASSUJEITAMENTO E NOVOS PARADIGMAS	102
3.1 Os Enunciados, os Discursos e as Tendências: começando pelos títulos	103
3.2 Sujeito Clivado e Sujeito-Autor-Gramático: o sujeito na/da apresentação	116
3.3 A Sintaxe nos Jogos de Verdade da GN e da Lingüística	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

O sujeito discursivo em uma “sociedade de discurso” é aquele que pode ocupar uma determinada posição, é constituído por uma ideologia e é essa ideologia que o constitui como sujeito. Assim, o indivíduo, quando interpelado pela ideologia, pode se constituir em diferentes formas-sujeito e pode ocupar diferentes lugares ou papéis sociais dentro dessa sociedade. E esse lugar ocupado é que determina a posição do sujeito, que por sua vez determina os discursos desses sujeitos, inclusive, determinando quem tem direito de discurso na sociedade, ou seja, quem está ou quem pode estar na ordem do discurso.

É da *função-sujeito* (ou *forma-sujeito*, na terminologia pecheuxiana), mais precisamente, de que estaremos tratando aqui, sob a perspectiva da Análise do Discurso. E dentro desta perspectiva é que se pode dizer que o sujeito de discurso só pode ser configurado como tal porque ele está inserido em uma dada formação ideológica (FI), que pode ser definida como visão de mundo de uma dada classe social que impõe o que pensar aos sujeitos dessa classe, é o lugar de onde ele, o sujeito, pode falar. A sua fala, dentro de uma sociedade dividida em classes, é um dos fatores, além do econômico, que serve a uma divisão que se baseia na variedade linguística que o usuário domina. Essa divisão se faz entre aqueles que dominam a norma padrão e aqueles que não a dominam.

A fala do sujeito se manifesta nas mais diversas linguagens, contudo, é no uso da linguagem verbal que ele é avaliado no âmbito social. Nesse sentido, a fala não só é tomada como uso individual da língua, dentro da concepção saussureana, mas como a variedade linguística de que o sujeito faz uso. A variedade linguística que o sujeito utiliza tem um certo peso no momento em que a sociedade avalia o seu dizer, a sua fala no âmbito social, na medida em que essa fala esteja ou não vazada pela variedade padrão da língua ou por uma variedade não-padrão. Nessa “avaliação”, em geral desempenhada pela Escola, é que se classifica, se rotula do ponto de vista linguístico, o sujeito em culto ou inculto, porque se está em jogo o domínio ou não da variedade padrão. Assim, dentro dos *jogos de verdade* relacionados à língua, o sujeito é considerado culto se dominar a variedade padrão e inculto se não a dominar, se fizer uso de outra(s) variedade(s). Em geral, essa “avaliação” se dá pelo julgo do “certo” ou do “errado”, tendo como parâmetro o que prescreve a gramática normativa (GN), no âmbito escolar e social.

No discurso da GN (de abordagem prescritiva da língua) há *uma* “verdadeira” e “correta” língua e que qualquer forma diferente dela é “errada”, portanto, deve ser corrigida da fala do usuário toda e qualquer distorção em relação ao padrão estabelecido. Isso se torna mais sintomático, principalmente, se esse sujeito-usuário dominar apenas variedades não-padrão, consideradas desvios da *norma padrão*. Nos *jogos de verdade* que constituem o discurso da “verdadeira” e “correta” língua, não se reconhece na fala de um sujeito-usuário de uma variedade não-padrão uma variedade legítima tão quanto a variedade padrão. Pelo contrário, pelo seu caráter normativo e regulador da língua, institucionalmente estabelecido e reconhecido, o discurso constitutivo da GN induz o falante a acreditar que a variedade que ele domina, de fato, tem defeitos a ser corrigidos porque infringe as normas gramaticais. Como consequência, ele não entra na ordem do discurso, pois a “sociedade de discurso” não lhe dá “voz” nem “vez” na sociedade que valoriza o letrado. Esse processo de negação da legitimidade das variedades linguísticas por parte da GN se dá quando ao impor a *norma padrão*, como *língua* única e absoluta, ou seja, a forma única a ser seguida pelos falantes da língua, não permite que se aceite as outras variedades linguísticas como formas legítimas da língua materna. É o discurso do “absoluto”.

Dentro da FI do discurso do “absolutismo linguístico” da GN não cabe a discussão das/sobre as variedades linguísticas, por isso, não se admite que possa existir duas ou mais formas coexistentes e aceitáveis num mesmo universo linguístico. Nesse sentido, a GN cumpre o seu papel político-ideológico: estabelecer o que *deve* ou *não deve* fazer parte da *norma padrão*, que passa pelo crivo do *certo* ou *errado*, assim como estabelecer uma *unidade político-linguística*, por meio da homogeneidade linguística que estaria representada, em síntese, pela *norma padrão*, ou seja, essa norma é que daria essa unidade e atenderia ao propósito político-ideológico.

Essa posição ocupada pela GN a torna reflexo da sociedade e da formação social (FS)¹ a que serve. A GN tem o papel de disciplinar o uso da língua enquanto instrumento (meio) de veiculação de *saber/poder* e *verdades* no âmbito social. Essa *disciplinarização* da língua, por meio do estabelecimento de uma *norma padrão*, tem o seu aspecto positivo, visto pelo prisma foucaultiano, já que ela normatiza socialmente o uso dessa língua. Essa

¹ De acordo com Brandão, a formação social “caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade em determinado momento de sua história. Estas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação.” (BRANDÃO, 2004, p. 107)

normatização da língua materna, entendida como uma forma de disciplinar o seu uso em sociedade, portanto, é necessária.

A língua é parte de um processo cultural de um povo e também um instrumento social de *saber/poder* manifestado no *poder do discurso* que a GN exerce sobre os falantes de língua materna no sentido de normatizar o uso dessa língua em sociedade. O discurso ideológico da língua *correta e pura* é o que predomina como forma de manutenção da língua materna. Assim, a formação discursiva (FD) - definida como aquilo que numa dada FI determina o que pode e deve ser dito - que perpassa a GN, no sentido de confirmar e propagar que a língua tem uma uniformidade, vem na esteira de uma tradição normativo-gramatical.

O que subjaz a essa FD, posto que uma FD não é um espaço estrutural fechado, por isso é constitutivamente invadida por outros discursos provenientes de outros lugares, de outras formações, é fruto de uma FI que vem intrínseca ao discurso do *saber/poder* que diz que somente os letrados² é quem possuem o domínio da *língua correta*. O *poder* de discurso não é para todos, portanto.

Para assegurar isso, a “sociedade de discurso” criou mecanismos para determinar quem entra na ordem do discurso. Como uma grande parcela dos falantes das classes sociais desfavorecidas não têm acesso a esse processo de letramento, logo não adquire o domínio da *norma padrão* e, por isso, “falam errado”, ferem a pureza do vernáculo, da língua pátria. Nisso acredita-se de forma alienada e *acrítica*, inclusive por aqueles que trabalham com o ensino de língua e tem na GN sua “bíblia” e se tornam, fatalmente, porta-vozes desse discurso excludente, porque são assujeitados à FD que determina o seu dizer: a Escola (a instituição credenciada pela sociedade) e os professores de língua materna (sujeitos de ensino dessa língua).

O discurso da GN, dentro de uma FD que atende a uma FI do *poder/saber* sobre a língua materna, de uma sociedade de classes, demonstra um preconceito linguístico que, em última análise, revela um preconceito social quando discrimina a fala de usuários de variedades não-padrão. Isso se dá pela imposição de uma variedade linguística eleita como padrão e que deve ser seguida por todos, num ato de negação e exclusão da existência de outras variedades tão válidas quanto aquela, mas que por uma questão meramente social, política e econômica são desprestigiadas. Ao negar as outras variedades, a GN nega a fala das classes menos favorecidas, negando, assim, o acesso aos discursos político-econômico-sociais. Como implicação também nega a historicidade da língua e do sujeito, por isso o

² Letrado aqui é tomado no sentido de “versado em letras; erudito; literato”. (Dicionário Aurélio Eletrônico)

discurso da GN se impõe como *absoluto*, pelo menos em tese, como se em matéria de língua as regras fossem absolutas, imutáveis.

No contraponto com o discurso da GN está o discurso da Linguística (L), representado pela gramática descritiva (GD), de caráter descritivo e não prescritivo, sob os auspícios da neutralidade, por isso, portadora de um “discurso científico”, que propõe rever a forma de abordagem e manutenção do ensino de língua materna dada pela GN. O *saber/poder* e as “verdades” absolutas que embasam o discurso da GN são postos em discussão pela Linguística a partir de bases científicas e pesquisas sobre a língua materna. A esse discurso, a posição da Linguística é de mostrar que as variedades não-padrão são tão legítimas quanto a padrão, daí gerar confrontos, tensões entre ambos os discursos, porém, a Linguística não nega a GN e o seu ensino. A questão está no *como* se dá esse ensino e na ideologia que o subjaz e que é repassada pelo discurso pedagógico, na medida em que a GN é o instrumento institucionalmente legitimado pela sociedade para o ensino da língua materna e esse ensino pressupõe o discurso didático-pedagógico atravessando o discurso da GN.

Como Foucault diz que o *poder* não é centralizado, que ele circula na sociedade (*microfísica do poder*), e que só há relação de poder se houver resistência, o fato de haver um contradiscurso às *verdades* da GN, uma reivindicação à aceitação e respeito às variedades não-padrão por parte da Linguística, é uma prova de que não mais há esse absolutismo da GN. Além de que não se pode mais afirmar que apenas os falantes da classe social dominante é que detêm o domínio da *norma padrão*. Esse quadro certamente mudou: falantes de classes sociais não privilegiadas também dominam a *norma padrão*, pois, bem ou mal, eles têm acesso a ela por meio da escola.

Porém, vemos a tradição normativo-gramatical - de imposição de uma variedade como *norma padrão* sobre as demais a ponto de negar estas - como uma forma de *poder* de “controle dos discursos” sustentada pelo uso da língua “correta” e esse controle é outorgado pela FS aos autores, na perspectiva foucaultiana, representados pelos *autores-gramáticos*. Assim, a tradição normativo-gramatical se refere à *língua padrão* (que não é vista como uma variedade), com base no argumento de autoridade do *autor-gramático*, como a língua, como se essa não fosse acessível a todos os falantes dessa língua. Vemos que essa língua, de certo modo, não passa de uma idealização, de um modelo sem uma base empírica da língua real, como argumenta Faraco (2008).

É no discurso pedagógico no espaço escolar - no processo de ensino da língua materna - que o discurso da GN tem o seu principal espaço de circulação. O modo *como* se dá o ensino da língua materna na escola é o reflexo de *como* a sociedade concebe esse ensino,

fazendo das regras da GN seu principal foco de ensino. Sendo assim, se o texto constitutivo da GN se pauta em parâmetros de certo ou errado, o ensino também se dá dessa forma. Se ela ocupa uma posição privilegiada na ordem do discurso que institucionaliza o ensino de língua materna e os seus preceitos têm que ser seguidos é porque há um *poder* respaldado por um *saber* política e ideologicamente instituído que estabeleceu essa “verdade” socialmente aceita. Assim, dentro deste princípio de “verdade”, aqueles que não dominam as regras da GN são postos na condição de não “saber” a sua língua materna porque não conhecem, conseqüentemente não dominam, as regras da variedade padrão, por isso são julgados como incultos.

Se o discurso subjacente ao texto da GN, por se pautar apenas na noção de *certo* ou *errado*, se mostra um discurso preconceituoso contra as variedades não-padrão e, conseqüentemente, contra a fala dos sujeitos que fazem uso dessas variedades, é porque a FI que o regula assim determina. O sujeito do discurso da GN é assujeitado a essa FI, portanto, a FD, aquilo que pode e deve ser dito a partir da FI, não pode destoar sob pena de ele ficar fora da “ordem do discurso”. Esse sujeito ocupa um lugar na sociedade - ou antes, está dentro de uma FS -, inserido em um determinado contexto sócio-histórico e envolvido em relações a que correspondem “posições políticas e ideológicas” e que, por sua vez, estão “assentadas em práticas” sociais que dominam essa FS. Assim, quanto ao estabelecimento da *norma padrão* da língua materna, essas relações e posições não poderiam ficar ausentes ao sujeito que estabelece essa norma, o *sujeito-autor-gramático* (doravante SAG).

Esse lugar ocupado garante a esse *sujeito-gramático* versar sobre o que é certo e o que é errado na língua materna e, assim, estabelecer regras de bom uso, dentro do que se estabeleceu como sendo a *língua padrão*. Há, portanto, um *saber/poder* que discrimina pela linguagem, o que caracteriza o preconceito linguístico subjacente ao discurso da GN. O sujeito desse discurso constitutivo da GN detém, na ordem do discurso, um *saber/poder* sobre a língua que o eleva à condição de autoridade. Essa autoridade é chamada de *sujeito-autor*, ou seja, é o sujeito exercendo uma *função-autor*, que, neste caso específico, denominaremos de SAG, aquele que assina a autoria da GN.

Se a GN e o SAG ocupam posições privilegiadas na *ordem do discurso* é porque há um *poder* instituído que assim os colocou nesta posição. O critério, quiçá, antes de ser linguístico, seja sócio-político-ideológico. A GN tem uma função na sociedade que é de regulamentar a língua dessa sociedade e dá-lhe uma unidade político-linguística, daí a necessidade de ignorar as variedades linguísticas próprias da língua que normatiza por necessidade de dá essa unidade.

Diante disso, a noção de variedades linguísticas é fundamental para que a noção de língua como objeto de ensino seja revisto. Esse viés é possível porque a Linguística, e mais precisamente a Sociolinguística, traz a lume essa noção, mostrando que a visão de que a língua é uniforme passada pela GN não passa de um equívoco. Diante disso, fizemos alguns questionamentos diante da problemática levantada, os quais procuramos responder no decorrer da pesquisa. Os discursos da GN e da Linguística estão longe de chegar a um consenso na abordagem da língua materna? Os *sujeitos-autores-gramáticos* se mostram clivados e paradoxais em seu discurso? No discurso da GN, há um atravessamento discursivo da Linguística e por isso está caminhando em direção a um consenso com o discurso da Linguística?

A partir desses questionamentos, formulamos algumas hipóteses que direcionarão nossa pesquisa. Os discursos da GN e da Linguística, que parecem se defrontar por assumirem diferentes posições no que diz respeito à abordagem da língua materna como seu objeto de estudo, na verdade, se revelam mais afins do que possam parecer. Os *sujeitos-autores-gramáticos*, como consequência, se revelam clivados e paradoxais quando demonstram ter conhecimento do discurso da Linguística e dizem estar atualizados com esse discurso, mas se mantêm assujeitados à formação discursiva da tradição normativo-gramatical. No discurso da GN há elementos que apontam para um atravessamento do discurso da Linguística, apesar de ainda se manter assujeitado à tradição normativo-gramatical.

O discurso da GN é um discurso cuja ideologia ainda está calcada na FD de uma tradição gramatical que perdura desde as concepções gregas de gramática. Isso se revela na forma como ela se apresenta e na estrutura e divisão de seus elementos e categorias constituintes que são praticamente imutáveis desde os gregos. Contudo, é objetivo deste trabalho mostrar que na atual conjuntura histórico-político-ideológica, favorecida pelas condições de produção, a GN se apresenta com um discurso que a aproxima da FD da Linguística.

Porém, o *saber* do discurso da Linguística, em princípio, vai, no contraponto, de encontro ao discurso da GN ao estabelecer uma “contra-verdade”, ou antes, outra *vontade de verdade*, entre os *jogos de verdade* que envolvem a língua materna. Caberá a este trabalho, portanto, analisar, nas gramáticas selecionadas, se de fato esses discursos são tão distantes entre si, tomando as FD e FI, bem como as condições históricas de produção de seus respectivos discursos, no contraponto com o discurso das obras de caráter linguístico arroladas, por meio das categorias *sujeito-autor*, *saber/poder* e *jogos/vontade de verdade* dentro dos discursos da GN e da Linguística.

Para isso, traçamos como objetivos: analisar os *sujeitos-autores* gramáticos e linguistas presentes nos discursos das obras do *corpus*; analisar os *jogos/vontades de verdade* dos discursos nos títulos das obras, nos textos introdutórios e nas definições das principais categorias da sintaxe; mostrar que os discursos da GN e da Linguística em torno da língua materna têm uma relação político-ideológica próxima; demonstrar que o discurso da Linguística sobre a língua materna, sustentado pelo “discurso científico” da neutralidade, na verdade, estabelece uma “nova verdade” ideologicamente marcada.

Fizemos a análise de algumas gramáticas da língua portuguesa escolhidas segundo os seguintes critérios: 1. os títulos das obras apontam para uma posição inovadora; 2. o reconhecimento dos autores pela comunidade escolar.

As obras escolhidas foram: Cunha (1986), *Gramática da Língua Portuguesa*, por ser um dos gramáticos mais bem conceituados e tradicionais; Sacconi (1994), *Nossa Gramática: teoria e prática*, por ser um dos herdeiros da tradição normativista purista; Nicola e Infante (1999) pelo título da obra *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* remeter à ideia de atual (em sintonia com o aqui e agora); Infante (2001), pelo título da obra *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* parecer estar em sintonia com a proposta linguística de ensino gramatical, e por ser um segundo trabalho do autor, buscamos ver o que há de diferente entre uma proposta e outra; Cereja e Magalhães (1999), por se proporem produzir uma gramática reflexiva, “*Gramática Reflexiva: texto, semântica, interação*”, o que seria um trabalho inovador, visto que se trata do primeiro do gênero.

Contudo, apesar de a palavra “gramática” constar em todos os títulos, fizemos o seguinte recorte: designamos como gramática normativa (GN) apenas a obra de Cunha (1986) porque, de fato, é uma gramática normativa dentro daquilo que a tradição e o conceito de gramática designam como tal. Já as demais, designamos por “gramática pedagógica” (doravante GP), como a concebe Travaglia (2003, p. 10): “[...] entendida esta como o conjunto de elementos da descrição da língua existentes na pesquisa linguística que o professor considera como objeto de atividades em sala de aula.” Em outras palavras, entendemos como GP aquelas que se destinam à finalidade de ensino e uso em prática escolar, para distinguir das que seguem uma linha mais tradicional sem uma preocupação didático-pedagógica. As GP se apresentam como manuais didáticos de ensino de língua portuguesa, por isso há nessas gramáticas um atravessamento do discurso didático-pedagógico, cujo objetivo é servir de material didático escolar de ensino/aprendizagem da língua, para professores e alunos, respectivamente.

Para fazer o contraponto com esses discursos da GN, selecionamos também algumas obras de *autores-linguistas* (esses autores serão designados mais adiante *sujeitos-autores-linguistas*, SAL) que têm um caráter didático-pedagógico. As obras de Macambira (1999), *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*, e Azeredo (2004), *Fundamentos de Gramática do Português*, que designamos por Manuais Didáticos de Linguística (MDL), se destinam a uma didatização de ensino de gramática sob o olhar da Linguística, por isso, têm um caráter pedagógico; já a obra de Perini (2004), *Gramática Descritiva do Português* (GD), se caracteriza, de fato, como uma gramática descritiva, dentro daquilo que se conceitua como gramática descritiva, ou seja, se propõe apenas em descrever os fatos da língua sem fazer julgamento de valor.

O quadro abaixo reúne os autores, as obras e suas respectivas designações que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa:

Autor(es)	Obra	Designação
Celso Ferreira da Cunha	<i>Gramática da Língua Portuguesa</i>	Gramática Normativa
Luiz Antonio Sacconi	<i>Nossa Gramática: teoria e prática</i>	Gramática Pedagógica
José de Nicola; Ulisses Infante	<i>Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa</i>	Gramática Pedagógica
William R. Cereja; Thereza C. Magalhães	<i>Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação</i>	Gramática Pedagógica
Ulisses Infante	<i>Curso de Gramática Aplicada aos Textos</i>	Gramática Pedagógica
Mario Alberto Perini	<i>Gramática Descritiva do Português</i>	Gramática Descritiva
José Carlos Azeredo	<i>Fundamentos de Gramática do Português</i>	Manual Didático de Linguística
José Rebouças Macambira	<i>A Estrutura Morfo-Sintática do Português</i>	Manual Didático de Linguística

O nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos e discutimos as categorias de análise de que fizemos uso no momento subsequente, o da análise. Assim, são apresentadas e discutidas categorias como *enunciado/discurso*; *função-sujeito*, principalmente na sua *função-autor* e na sua peculiaridade de clivagem; o par *saber/poder*, na ótica foucaultiana, por entendermos que eles não podem ser dissociados, na perspectiva desta discussão; e *jogos/vontade de verdade*, já que a cada discurso há uma *vontade de verdade* envolvida em *jogos de verdade*, e o discurso gramatical não está isento disso, seja na FD da GN seja na FD da Linguística.

No segundo capítulo, a discussão gira em torno do lugar e da posição da GN e do *sujeito-autor-gramático* (SAG) e do lugar e da posição da Linguística e do *sujeito-autor-linguista* (SAL) na “sociedade de discursos” e na ordem do discurso. Como ambos os sujeitos e discursos se constituem nos *jogos de verdade* e que *vontades de verdade* procuram instituir, foi o que pretendemos revelar. Discutimos, também, a implicação do discurso pedagógico no processo de ensino/aprendizagem da língua, que a nosso ver é quem promove e propaga o preconceito linguístico quando se prende apenas à GN como meio/fim do ensino de língua. Por força desse aspecto, abordamos sobre a norma linguística ao tempo que fizemos o contraponto com o discurso da Linguística, no sentido de mostrar como esta propõe a abordagem desse ensino de língua e da norma, calcada no seu discurso de ciência da linguagem, portanto, de “verdade” científica e acadêmico-institucional.

Já no terceiro capítulo, fizemos um confronto entre os discursos das GN e da Linguística procurando evidenciar os seus pontos de vista em torno da língua materna e seu ensino. Nosso *corpus* de análise foi formado pelos títulos de cada obra; pelos textos introdutórios, apresentação/prefácio dessas obras; e os enunciados de conceitos e definições de algumas categorias da sintaxe, como *frase, oração, período, sujeito e predicado* de cada obra. Ao analisar os discursos, procuramos ver como os *sujeitos-autores*, as relações de *saber/poder* e os *jogos/vontade de verdade* são constituídos, ao tempo que também constituem, nesses discursos, dentro de suas FI e FD.

Esclarecemos em relação às notas de rodapé, que a cada capítulo a numeração recomeçará a partir de 1, ou seja, estará restrita ao capítulo e não será uma numeração para toda a dissertação. Da mesma forma em relação aos fragmentos/enunciados dos textos do *corpus* tomados para análise, o que pode ocorrer é que o mesmo texto apareça em diferentes lugares do trabalho para ilustrar diferentes aspectos da nossa análise, com numeração diferente, porém se manterá a mesma dentro do capítulo.

1 O DISCURSO E O SUJEITO NOS JOGOS DE VERDADE E A RELAÇÃO SABER/PODER

Neste capítulo, apresentamos e definimos as categorias de análise com as quais vamos trabalhar na análise do *corpus*. Categorias como *enunciado, discurso, sujeito* (e os seus desdobramentos em *forma-sujeito/função-sujeito* e *função-autor/sujeito-autor*), *vontade/jogos de verdade* e a relação *saber/poder*. Essas categorias serão tomadas neste trabalho,

principalmente, a partir das ideias de Foucault, ou seja, como esse autor as definiu em sua arqueologia, isto é, em seu método de análise, que por sua vez foram introduzidas na Análise do Discurso, mas também faremos uso de outros autores que se coadunem com o pensamento do filósofo francês ou se oponham a ele, com o propósito de criar contrapontos e enriquecer a discussão.

Contudo, nossa primeira discussão é tentar comprovar que o “título de uma obra” é um *enunciado*, uma unidade sígnica que não é, necessariamente, *a priori*, frase, proposição ou ato de fala. É justamente no contraponto com estes que o conceito de enunciado se construirá, seguindo o raciocínio de Foucault, pois é a partir dele que comprovaremos nossa tese: um título de obra é um enunciado que traz em si um discurso e esse discurso é passivo de análise.

Os títulos das obras são parte de nosso *corpus* de análise, por isso, comprovar que eles são enunciados é o primeiro passo para chegar ao discurso que os constitui.

1.1 Do Enunciado ao Discurso

Para a Análise do Discurso (AD), o objeto de estudo é o discurso, porém, para se chegar ao discurso o acesso é por meio do linguístico, porque o discurso está materializado no texto, no verbal e no não verbal. Assim, qual é, então, a menor unidade de análise do discurso? Para responder essa pergunta, tomaremos de Foucault (2007a) a seguinte asserção: o enunciado é a unidade elementar do discurso. Portanto, o enunciado é o elemento “indecomponível” ou o elemento último a que se pode chegar na análise do discurso, assim como a menor unidade de análise do texto é a frase. Sem definir ainda o que é necessariamente o enunciado, assim se refere Foucault:

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo, e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2007a, p. 90)

Antes de definir o que é enunciado, porém, faz alguns questionamentos em comparação com outros conceitos, como proposição, frase, atos de fala, no sentido de demarcar os “traços distintivos” entre o enunciado e aqueles, assim, ele questiona:

[...] se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou, ainda, à que os “analistas” tentam demarcar sob o título *speech act*? (FOUCAULT, 2007a, p. 90-91)

Discutindo a relação entre enunciado e as três categorias, o autor observa que pode ocorrer ou não uma coincidência entre aquele e estas, ocasionalmente, contudo, a estrutura linguística de um enunciado necessariamente não é a mesma que de uma frase, por exemplo, pois um enunciado pode ser formado por expressões ou sintagmas que não se caracterizam como frase. Assim, algo como a unidade sígnica em (1)

(1) *Gramática da Língua Portuguesa*

é formada por uma sequência sintagmática, mas não forma necessariamente uma frase ou proposição, porém (2)

(2) *Esta Gramática foi redigida com a finalidade principal de tornar-se um útil instrumento didático em mãos dos alunos [...]. (CUNHA, Apresentação, 1986)*

é formada por uma cadeia sintagmática que seguramente forma uma frase sem deixar de ser, necessariamente, um enunciado, assim como (1) é um enunciado, como comprovaremos adiante. Mas o que é frase? Por enquanto vamos adotar, como ilustração e contraponto ao conceito de enunciado, o que as gramáticas normativas, um manual didático de linguística e a gramática descritiva definem o que é *frase*³. Assim, vejamos:

(3) *A frase é uma enunciação de sentido completo, a verdadeira unidade da fala. (CUNHA, p. 135)*

(4) *A frase se define pelo seu propósito comunicativo, ou seja, pela sua capacidade de, num intercâmbio lingüístico, ser capaz de transmitir um conteúdo satisfatório para a situação que é utilizada. (INFANTE, p. 412)*

(5) *Frase é a unidade de texto que numa situação de comunicação é capaz de transmitir um pensamento completo. (CEREJA; MAGALHÃES, p. 211)*

³ Esses conceitos e definições serão retomados no Cap. III, pois eles serão objeto de nossa análise.

(6) *Costumamos entender por frase a menor enunciação verbal suficiente para a expressão de um ato comunicativo⁴, seja ela uma interjeição, seja um período.* (AZEREDO, p. 66)

(7) *Unidade de comunicação lingüística, caracterizada [...] do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo -, e do ponto de vista fonético – por uma entoação [...] que lhe assinala nitidamente o começo e o fim.* (PERINI, p. 61)

Como podemos perceber, o título em (1) não se encaixa nas definições acima expostas, pois ele não atenderia aos requisitos necessários apontados pelos conceitos⁵ elencados. Diante disso, é importante a seguinte observação feita por Foucault:

[...] encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição. (FOUCAULT, 2007, p. 95)

Ora, se o enunciado não pode ser tomado como equivalente de uma proposição, de uma frase ou de um ato de fala, então, como pode ser caracterizado? De acordo com o exposto por Foucault na citação acima, o enunciado detém características próprias que não se estende à proposição, à frase ou ao ato de fala porque não se equivaleriam na estrutura, na forma e na sintaxe e nem no ato comunicativo. Então, como poderíamos classificar o título de uma obra? Assim, títulos⁶ como:

(8) *Nossa Gramática: teoria e prática*

(9) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*

(10) *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*

(11) *Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação*

⁴ Os grifos são do autor.

⁵ Uma discussão mais aprofundada sobre essa questão será retomada no Cap. III, baseada em Bakhtin (2003) e Farias (2003) em que este “discute alguns problemas terminológicos e conceituais apontados por Bakhtin na consideração dos termos enunciado, frase e oração e de que modo esses problemas se repetem nas tentativas de teorização de gramáticas normativas brasileiras.” (p. 159)

⁶ Esses títulos e os demais a frente citados serão objeto de análise no Cap. III.

em princípio não são frases, proposições ou atos de fala, pois não têm a estrutura e a sintaxe que a gramática e a lógica reconheceriam como sendo unidades sgnicas com características próprias daquelas unidades linguísticas reconhecidas pela gramática e pela lógica. O que podemos afirmar é que se trata de sequências formadas por sintagmas nominais e adjetivais. Diante disso, podemos dizer que necessariamente títulos de obras seriam enunciados, podendo ou não coincidir com um daqueles conceitos. Em oposição a enunciado,

[...] chamaremos frase ou proposição as unidades que a gramática ou a lógica podem reconhecer em um conjunto de signos: essas unidades podem ser sempre caracterizadas pelos elementos que aí figuram e pelas regras de construção que as unem; em relação à frase e à proposição, as questões de origem, de tempo e de lugar, e de contexto, não passam de subsidiárias; a questão decisiva é de sua correção (ainda que sob a forma de “aceitabilidade”). (FOUCAULT, 2007a, p. 120)

O enunciado não é um equivalente de frase ou de proposição, logo, não é um componente da gramática ou da lógica, mas ele está na língua e constitui um *texto*, portanto, é constituído por signos linguísticos ideologicamente marcados e, por isso, passivo de *efeitos de sentido*. As unidades sgnicas (1) **Gramática da Língua Portuguesa** e (8) **Nossa Gramática: teoria e prática** não constituem uma frase como em (12)

(12) *O ensino de Gramática deve ser útil.* (INFANTE, **Apresentação**, 2001),

pois esta é uma frase verbal, uma oração, embora tenham em comum o signo “gramática” que remete a um efeito de sentido que invoca na memória um discurso sobre o que é certo ou errado na língua, sobre o que pode e o que não pode no uso das formas da língua materna.

Em relação aos títulos (9) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*, (10) *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* e (11) *Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação*, além do componente “gramática” que está presente nos outros títulos são unidades sgnicas que apresentam algo mais, uma extensão que se acresce ao sentido da palavra “gramática” e provoca outros efeitos de sentido. Assim, “contemporânea”, “aplicada aos textos” e “reflexiva” apontam para algo mais que estaria agregado à ideia de correção da língua.

Na esteira da discussão para se chegar a uma definição de enunciado, Foucault esclarece que o enunciado, em sua existência, não pode ser tomado e comparado com as

mesmas características em relação a uma língua, por isso, Foucault faz o seguinte esclarecimento:

É evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização, a língua, na verdade, jamais se apresenta em si mesma e em sua totalidade; só poderia sê-lo de uma forma secundária e pelo expediente de uma descrição que a tomaria por objeto; os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior. (FOUCAULT, 2007a, p. 96)

Para não provocar dúvidas sobre o que pode ser tomado como enunciado, e não confundi-lo com a língua em si, o autor faz a seguinte advertência:

Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso, modificaria a língua). A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas. (FOUCAULT, 2007a, p. 96).

Nessa passagem, o autor esclarece que entre a língua e o enunciado há uma estreita relação, no sentido de que este dá condições de existência àquela, porém não estão no mesmo nível de existência, pois dentro do sistema linguístico há possibilidades infinitas dos enunciados se constituírem sem que, no entanto, a língua sofra qualquer tipo de alteração em seu sistema. Na sequência, Foucault (2007a, p. 97) chega à seguinte conclusão:

O enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua (apesar de ser composto de signos que só são definíveis, em sua individualidade, no interior de um sistema linguístico natural ou artificial), nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção (se bem que seja sempre dotado de uma certa materialidade, e que se possa sempre situá-lo segundo coordenadas espaço-temporais).

Concluindo que o enunciado não existe do mesmo modo que a língua, o autor, no entanto, reconhece que aquele é composto por signos, por uma unidade sígnica linguística, dentro de um “sistema linguístico natural ou artificial”, e tem, portanto, uma existência material, e pode ser situado no tempo e no espaço. E essas condições – unidade linguística,

existência material, situacionalidade espaço-temporal – é que permite fazer do enunciado uma unidade de análise. O título (9) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* forma uma unidade linguística, pois é formado por signos linguísticos que podemos chamar de sintagmas; possui uma existência material própria e repetível; além de está situado no tempo e no espaço, porque pode ser resgatado na memória discursiva um efeito de sentido que o localiza no tempo e no espaço. Assim se refere o autor a enunciado:

Chamaremos *enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos*⁷: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado pelo ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras *performances* verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2007a, p. 121-122)

Se o enunciado é uma “modalidade de existência própria”, e é “dotado [...] de uma materialidade repetível” e está “situado entre *performances* verbais”, uma sequência como (13) “*Fundamentos de Gramática do Português*” se encaixa perfeitamente em tais critérios, portanto, se trata de um enunciado. Da mesma forma que (14) “*A Estrutura Morfo-Sintática do Português*” atende, também, aos pré-requisitos daquilo que se pode chamar enunciado, segundo a definição de Foucault: 1) é uma modalidade sígnica e linguística de existência própria; 2) é dotado de uma materialidade repetível; e 3) está situado entre *performances* verbais. Isso porque, ainda segundo Foucault (2007a, p. 123), o enunciado

[...] não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência específica.

Diante dessa definição de enunciado, sempre em oposição à frase, à proposição e ao ato de formulação, ao tomar uma unidade sígnica como (15) “*Gramática Descritiva do Português*” certamente teríamos que classificá-la como enunciado, pois ela apresenta uma “existência específica” que não é “forçosamente gramatical nem logicamente estruturada”,

⁷ Grifo nosso

mas que pode ter suas condições de realização, que estabeleceram sua função sógnica, descritas sem que haja a necessidade de uma descrição gramatical ou lógica.

Enfim, podemos afirmar, diante do que foi exposto até aqui, que os títulos, as unidades sógnicas que apresentamos acima - (1), (8), (10), (11), (13), (14), (15) - são seguramente enunciados. E como enunciados são unidades elementares de análise do discurso, há um discurso que pode ser analisado nesses títulos, que é o que passaremos a discutir a seguir. Isso permite afirmar que “por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos” (GREGOLIN, 2001, p. 71).

A partir dos enunciados, portanto, é que chegaremos ao discurso, por isso, faz-se necessário esclarecermos a concepção de *discurso* com a qual trabalharemos. Essa concepção é a formulada por Foucault (2007a, p. 122): “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência.” Na sequência define o referido autor: “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação” (*idem*).

Nesse sentido é que “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da ‘existência material’ das ideologias” (BRANDÃO, 2004, p. 46) e essas ideologias são o produto da relação *saber/poder* que sancionam ou não os discursos que podem circular na sociedade, ou seja, que estão na ordem do discurso. Por isso, diz Brandão (2004, p. 47): “[...] pode-se afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico.”

Como propunha Pêcheux (1997a) que toda FS é caracterizável por uma certa relação entre as classes sociais, isso implica a existência de posições políticas e ideológicas que não são feitas de indivíduos, mas que, no entanto, se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismos, de oposições que envolvem sujeitos inseridos em dadas FI de uma FS. E essas FI, que orientam e determinam os dizeres dos sujeitos por meio das FD, estão presentes em todos os setores da vida humana, assim, em relação à língua também não poderia ser diferente, sendo ela um bem cultural e simbólica, é permeada pelas posições políticas e ideológicas de dada FS. As FI podem ser de dominação ou de aliança, como afirma Pêcheux (*idem*), que incluem uma ou várias FD interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, o que caracteriza o discurso como sendo heterogêneo.

A heterogeneidade constitutiva do discurso, diz Mussalim (2004, p. 131), “o impede de ser um espaço ‘estável’, ‘fechado’, ‘homogêneo’, mas não o redime de estar inserido em um espaço controlado, demarcado pelas possibilidades de sentido que a formação ideológica pela qual é governado lhe concede.” Uma FD, em vista disso, apesar de heterogênea, está passível de sofrer as coerções da formação ideológica em que está inserida. Sendo assim, diz a referida autora, que as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, tendo em vista que o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma e outra formação. Explicando melhor: “as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito circulam entre esta ou aquela formação discursiva que compõem o interdiscurso” (*idem*). Sendo assim, é preciso dizer que

[...] com relação à noção de discurso com o qual a AD trabalha (conceitos de formação discursiva, formação ideológica, heterogeneidade, interdiscurso), seria quase redundante dizer que, para a AD, o caráter dialógico do discurso é constitutivo de seu sentido, isto é, que o sentido de uma formação discursiva depende da relação que ela estabelece com as formações discursivas no interior do espaço interdiscursivo. (MUSSALIM, 2004, p. 131)

O discurso designa, em geral, para Foucault, como bem observa Revel (2005), um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, no dizer do filósofo francês, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns e essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas. Foucault faz, então, o seguinte esclarecimento:

[...] gostaria de mostrar que os “discursos”, tais como podemos ouvi-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (FOUCAULT, 2007a, p. 54-55)

No entanto, Mussalim (2004) adverte que apesar de os sentidos possíveis de um discurso estarem preestabelecidos, eles não são constituídos *a priori*, ou seja, eles não

existem antes do discurso. O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso porque é no sujeito que o sentido se dá. Não existe, portanto, o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre as FD que compõem o interdiscurso. A produção deste, por sua vez, acontece na história, por meio da linguagem, que é uma das instâncias em que a ideologia se materializa. Por isso, os estudos linguísticos tradicionais não conseguem abarcar a inteireza de sua complexidade.

Fazendo-se uma relação entre texto e discurso, depreende-se que este é tido como um dado teórico, enquanto aquele como um dado empírico, conforme Dantas (2003, p. 18): “uma das distinções mais recorrentes é aquela que afirma ser o texto uma unidade empírica e o discurso uma unidade teórica”. A Análise do Discurso vê o texto como o lugar de significação que se constitui numa incompletude e que é atravessado por outros textos e discursos, estando sua interpretação relacionada às condições de produção. Logo, o texto é tido como o *locus* em que os efeitos de sentido entre os locutores são produzidos.

Poderíamos afirmar que, em AD (análise de discurso) o pesquisador se interessa não pelo texto em si, mas pela maneira como os sentidos se constituem nele, conforme posição de Orlandi (1996), para quem as palavras não significam em si, é o texto que significa. (DANTAS, 2003, p. 19)

O discurso, no dizer de Orlandi (2005b, p. 20), é definido como “efeitos de sentido entre os locutores” que ocorre na interatividade da linguagem. Esse efeito de sentidos é produzido de acordo com as condições de produção e não se trata de uma mera transmissão de informações — como propõe a teoria da comunicação com os conceitos de receptor, emissor, mensagem etc. O discurso está materializado no texto e se configura num “espaço” onde o processo de significação é realizado pelos sujeitos, assim, nele, não só o sujeito, mas também a ideologia se manifesta.

Para Orlandi (2005b), a unidade do discurso é um efeito de sentido, isso porque “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (2005b, p. 15). Os discursos, portanto, se movem em direção a outros. Nunca está só, sempre está atravessado por vozes que o antecederam e que mantêm com ele constantemente duelo, ora legitimando, ora confrontando. A formação de um discurso está baseada nesse princípio constitutivo – o dialogismo. Os discursos vêm ao mundo povoado de outros discursos, com os quais dialogam. Esses discursos podem estar dispersos pelo tempo e

pelo espaço, mas se unem porque são atravessados por uma mesma regra de aparição: uma mesma temática, mesmos conceitos, objetos, modalidades ou um acontecimento. Por isso que o discurso é uma unidade na dispersão.

As condições de produção compreendem basicamente o sujeito e a ideologia. Além disso, há que se mencionar também o contexto situacional, ou mais propriamente dito, o contexto sócio-histórico no qual o sujeito está inserido. É a partir dessas condições que se efetivará o processo de leitura. Na AD são consideradas as *condições de produção* de um determinado discurso que compreende os *sujeitos*, a *situação* e a *memória*. Os *sujeitos* nada mais são do que os produtores desse discurso influenciados sempre pela exterioridade na sua relação com os sentidos. A *situação* refere-se ao contexto, imediato ou amplo, levando sempre em consideração o *momento histórico* que se estava vivendo na época de produção. E a *memória* é o que sustenta os dizeres desse discurso, tudo que já se disse sobre o assunto tratado. “O fato de que há um já dito que sustenta a possibilidade mesma do dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos e com a *ideologia*”, afirma Orlandi (2005b, p. 32).

A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade (ORLANDI, 2005b). A ideologia diz respeito a uma “função da relação necessária entre a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2005b, p. 46). Essa relação perpassa a todo o momento o sujeito, este enquanto posição marcada num dado contexto sócio-histórico. *Grosso modo*, a ideologia pode ser entendida como conjunto de ideias, ou visão de mundo de um segmento social. A partir de então, depreende-se uma estreita relação entre discurso, sujeito e ideologia. Conforme Orlandi (2005b, p. 47), “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia”.

A heterogeneidade do discurso, como apontou Mussalim (2004), ocorre porque as práticas de textualização acontecem em lugares sociais organizados e reconhecidos como portadores de fala: o campo literário, o campo científico, o campo político etc. As regras do *modo de dizer* condicionam todos os atos de fala sociais. Assim, toda produção de sentidos deve dar-se no interior desses campos institucionalmente constituídos como *lugares de onde se fala*. Falar do interior desses campos significa inserir-se em uma FD que determina os modos de dizer e aquilo que se pode e se deve dizer em certa época (FOUCAULT, 2007a).

No enunciado (2), aqui retomado,

(2) Esta **Gramática** foi redigida com a finalidade principal de tornar-se um útil instrumento didático em mãos dos alunos [...]. (CUNHA, **Apresentação**, 1986),

a FD em que se insere esse enunciado não permitiria que o sujeito enunciadador desse discurso falasse diferente. O seu dizer está condicionado a um dizer que se repete, em novo acontecimento, cujo efeito de sentido remete ao que o termo “gramática” possibilita. Do lugar de onde ele fala, que é ideologicamente marcado por um *saber* e uma *vontade de verdade* que fazem desse enunciado um discurso institucionalmente constituído, podemos dizer que se trata de um *autor-gramático*.

Segundo Foucault (2007a), contrariamente ao enunciado, o discurso só é discurso em relação ao que o condiciona; que convém encará-lo em termo de processo e não *estatisticamente* como enunciado; que o discurso só é discurso quando se refere a suas condições de produção. Robin (1977), fazendo uma abordagem dessa discussão em Foucault, diz que ele entende que as condições de produção não são um simples contexto, “circunstâncias” que exerceriam, à sua moda, simples coações sobre o discurso, mas que estas condições caracterizam o discurso, constituem-no, e, constituindo-o, são assinaláveis pela análise linguística, com as quais ela diz aquiescer. A autora enumera os elementos que constituem essas condições de produção, de acordo com Foucault: quadro institucional, aparelho ideológico no qual se inscreve, representações que a ele subjazem, conjuntura política, relação de forças, efeitos estratégicos procurados, etc. Nesse sentido, afirma a autora:

[...] podemos dizer que consideramos o discurso como processo, em suas relações com o ‘extralingüístico’, isto é, o discurso *como prática*. Foucault não entende por prática a atividade livre de um sujeito, mas o conjunto de regras que envolvem e submetem o sujeito, desde que ele toma parte do discurso. Por isso, o discurso supõe o conjunto de relações extralingüísticas que o constituem. (ROBIN, 1977, p. 26-27)

Procurando esclarecer ao leitor o porquê da relação entre História e Linguística que, na verdade, está na relação com o discurso, visto que o linguístico não é suficiente para explicar o discurso, é preciso estabelecer uma relação com o exterior, com o extralingüístico que compõe a história e o discurso, o que leva a autora a procurar

constituir no campo da história o nível discursivo como novo objeto de estudo, e ao mesmo tempo, contra um certo positivismo linguístico, postular os impasses e insuficiências de uma análise interna da qual se quereria deduzir a interpretação do discurso, inclusive sua função, sua eficácia e seus processos de inserção na formação social.” (ROBIN, 1977, p. 27)

Robin (1977) diz ainda que esta necessidade de fazer apelo ao ‘extralinguístico’, a certas instâncias de uma FS, fez com que se introduzisse no próprio nível da competência linguística a instância da ideologia. Uma prática discursiva, diz a autora, só pode se explicar, segundo a concepção de Slakta, de quem Robin vai buscar a discussão, em função de uma dupla competência:

_ 1º *uma competência específica*, sistema interiorizado de regras especificamente linguísticas e que garantem a produção e a compreensão de frases sempre novas – o indivíduo *eu*, utilizando estas regras de maneira específica (*performance*);

_ 2º *uma competência ideológica*, ou geral, que torna implicitamente possível a totalidade das ações e das novas significações.

Introduzir, portanto, ao nível da competência, prossegue Robin (1997), a instância da ideologia, é necessariamente mostrar que a análise interna não poderia esgotar a significação do discurso; é acenar a uma teoria das FS e, no campo desta teoria, é insistir no lugar da instância ideológica e no efeito desta instância no plano discursivo; é, pois, embora implicitamente, orientar-se para uma problemática da articulação das práticas discursivas sobre práticas não-discursivas ao seio de uma FS. Donde conclui ela:

Esta necessidade de incluir a ideologia no conceito de discurso, portanto, de não reduzir o discurso à língua em sua neutralidade ideológica, isso porque a linguagem é ao mesmo tempo lingüística e ideológica, pois concilia sentido, como a lingüística estabelece, e a ideologia, como se exigirá de uma teoria que leve em consideração a História. (ROBIN, 1977, 28)

Nessa perspectiva, de conciliar a ideologia com o sentido, toma-se o discurso como objeto de estudo e não exclusivamente a língua, pois o linguístico por si só não dá conta. Aos historiadores interessa a articulação das práticas discursivas, como apontou Foucault, sobre as práticas não discursivas no interior de uma FS. “Inclui-se, assim, a ideologia no conceito de discurso, atendendo aos questionamentos postos no interior da lingüística, bem como se passa a levar em consideração a História no interior do estudo da língua” (SARGENTINI, 2004, p. 80). Em outras palavras, no espaço interdiscursivo, enunciado do interior de uma FD de cunho ideológico dessa forma, apesar do caráter constitutivamente heterogêneo do discurso, não se pode concebê-lo como livre de restrições. O que é e o que não é possível de ser enunciado por um sujeito já está demarcado pela própria FS na qual está inserido. Os sentidos possíveis de um discurso, portanto, são sentidos

demarcados, preestabelecidos pela própria identidade de cada uma das FS colocadas em relação no espaço interdiscursivo. Vejamos o enunciado:

(16) [...] procuramos produzir uma gramática que se caracterizasse por uma extrema clareza na apresentação de conceitos, sem, com isso, torná-la maçante. (NICOLA; INFANTE, *Apresentação*, 1999)

nele é possível perceber, pelo termo “gramática”, que se inscreve em uma FD determinada dos *sujeitos-autores* de gramática na medida em que ao dizer “procuramos produzir uma gramática” marca bem a posição que ocupam na sociedade de discurso. Esse dizer é restrito a determinados sujeitos, daí de imediato o discurso remeter o sujeito-leitor a uma prática discursiva relacionada à língua em cuja memória discursiva desperta o *sentido* de regulação, normatização dessa língua, no que diz respeito a seu uso “correto”.

No que se refere ao *sentido*, podemos afirmar que ele está inscrito na ordem do discurso. Basta descobrir as regras de sua formação para tornar evidente a polifonia que fez dele um nó de significância. A AD não toma o sentido em si mesmo, ou seja, em sua imanência. Não se acredita na existência de uma essência da palavra – um significado primeiro, original e fixo capaz de ser localizado no interior do significante. Nesse sentido, podemos dizer que foi uma ‘ilusão’ de Saussure achar que se poderia encontrar na palavra alguma pureza de sentido. Sua constituição é histórica e socialmente construída. A aparente monossêmia de uma palavra ou enunciado é fruto de um processo de sedimentação ou cristalização que apaga ou silencia a disputa que houve para dicionarizá-la.

Orlandi (2005b) explica que constantemente temos a ilusão de que nossas palavras “são originais,” quando na verdade esquecemos inevitavelmente que estamos sempre esquecendo o que já foi dito. Por isso, quando repetimos as palavras, ou seja, retomamos palavras já existentes, elas adquirem novamente sentido e nos dão a ilusão de originalidade. O que não podemos esquecer, de fato, é a condição primeira da linguagem: a de ser sempre uma *incompletude*. Nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo num movimento constante do simbólico e da história, num ir e vir entre o interdiscurso e o intradiscurso. Estes sentidos inacabados resultam das relações de força nas quais estamos inseridos. A construção de sentido se dá a partir do lugar no qual a fala do sujeito é construída. Como nossa sociedade é construída por relações hierarquizadas, essas relações de força são sustentadas pelo *poder* desses diferentes lugares, que se fazem valer nas relações sociais.

Os estudos do discurso, diz Sargentini (2004), articulam-se, assim, à escrita da história, já que em ambos observam-se as práticas discursivas; essas regularidades que ganham corpo, seja em um conjunto técnico, seja em uma instituição, seja em formas de difusão, “elas estão submetidas a um jogo de prescrições que determinam exclusões e escolhas” (SARGENTINI, 2004, p. 86). Certamente, em relação à língua todas essas implicações são perfeitamente aplicáveis, já que no decorrer da história os discursos sobre a língua e o seu uso sempre foram pelo viés da prescrição e da exclusão.

Considerar, assim, o discurso como acontecimento, dentro desta perspectiva, significa abordá-lo na sua irrupção, no seu surgimento em uma FD, e no seu acaso, ou seja, despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas. Afinal, não é o objetivo da análise do discurso chegar à origem do discurso analisado.

Como lembra Dosse, a rejeição à noção de origem tem respaldo na filosofia proposta por Nietzsche, segundo a qual interpretar não é o mesmo que buscar um suposto significado original, uma vez que é o discurso que instaura a interpretação. (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108)

Diante disso, deve-se concluir que “[...] entender o discurso como acontecimento é aceitar que é ele que funda a interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas. Por isso o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que, por seu intermédio, se exerce.” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108).

Para Achard (1999), a representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas (da materialidade linguística) cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por esta memorização, o que implica dizer que a explicitação desses implícitos em geral não é necessária *a priori*, e não existe em parte alguma um texto de referência explícita que forneceria a chave. Essa ausência, portanto, não faz falta, tendo em vista que a paráfrase de explicitação aparece antes como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-condição. Do ponto de vista discursivo, diz Achard (1999), o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor, afirma ele, que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. Com efeito, o funcionamento do discurso (e é nisso que a noção de

discurso se distingue da de fala no sentido do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, observa o autor) supõe que os operadores linguageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação, quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores, isto é, dentro das *práticas discursivas* de que fala Foucault. De outro modo, o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos, conclui Achard, isso porque “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (ACHARD, 1999, p. 11).

O que o autor propõe neste texto, como ele mesmo diz, é um modelo de trabalho do analista, no sentido de que este deve tentar dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso. Por conta disso, deve-se levar em conta o fato de que um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que nos levaria a supor que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única. Nesse passo, é possível afirmar que

[...] a questão do papel da memória permitiu um encontro efetivo entre temas a princípio bastante diferentes. Esta questão conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. (PÊCHEUX, 1999, p. 50)

Pêcheux (1999, p. 50) assim esclarece que “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória construída do historiador.”

Sobre os aspectos colocados acima, principalmente a memória, pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas pela Linguística Textual, indicam a presença constante de mecanismos linguístico-discursivos na construção e reconstrução de uma *memória discursiva*. Dentre outros aspectos importantes, destaca-se processamento textual que, dentro da concepção de linguagem como atividade interacional, deve ser entendido, segundo postula Koch (2002), como uma atividade que envolve tanto elementos linguísticos como

sociocognitivos. Para ela, o texto, ou o discurso que é o que está em questão, no interior dessa abordagem, é também considerado como um conjunto de “pistas” formado por elementos linguísticos de diversos tipos. Estes são colocados à disposição dos usuários da língua, durante uma atividade discursiva, de modo a facilitar ao falante não só a construção e reconstrução de sentidos, mas também na interação como prática sócio-cultural. No curso da atividade textual, os sujeitos mobilizam conhecimentos *linguísticos*, *enciclopédico* e *interacional*, que os têm depositado na memória através de um conjunto de estratégias de processamento de caráter *sociocognitivo* e textual.

Ora, se assim o é, não se pode separar na análise todos esses elementos constitutivos da memória que por sua vez são constitutivos do próprio discurso.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Para o autor, a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da sequência, daí ele formular a seguinte pergunta: “estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do culto?”. Aqui há uma retomada do texto de Achard, sobre a questão dos implícitos e do discurso como acontecimento. No fragmento (17) a seguir,

*(17) Procuraremos apresentar as características do português contemporâneo em sua modalidade culta, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores do século XX. (CUNHA, **Apresentação**, 1986)*

os implícitos dizem que se há uma modalidade culta é porque há outra(s) inculta(s) e que essa modalidade culta está bem representada pela “língua” utilizada pelos escritores, tomados como aqueles que melhor dominam a língua culta. Esse dizer não é novo. Na verdade, ele remete a um *já-dito* que vem desde os primeiros gramáticos, na Grécia, que tomaram os escritos homéricos como exemplo da *verdadeira* e *correta* língua. No texto de Cunha, esse

dizer reaparece em um novo acontecimento⁸, pois a memória social, inscrita nas práticas de uma sociedade, afirma Gregolin (2001) retomando Pêcheux, constroi-se no meio-termo entre a a-temporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico. Isto porque, continua a autora, apesar de determinada pela ordem do histórico, não chega a ser, como esta, uma memória construída, ordenada e sistematizada, pois para enxergá-la é preciso buscar os signos de autocompreensão da sociedade para posteriormente interpretá-la. “Por isso, trata-se, antes, de um estatuto social que a memória adquire no corpo da coletividade e que produz as condições para o funcionamento discursivo e, conseqüentemente, para a interpretabilidade dos textos” (PÊCHEUX *apud* GREGOLIN, 2001, p. 70).

Na relação entre discurso e memória, há um elemento que não pode ser deixado de fora: o sujeito. Sobre isso, afirma Achard (1999, p. 17):

A análise de discurso é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico (seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada), mas de um sujeito histórico que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo, à hipótese de sujeito histórico de que fala.

Daí a necessidade de sua inserção (do sujeito) na ordem do discurso. A ordem do discurso, diz Gregolin (2001), é uma ordem do *enunciável*. A ele deve (o sujeito) assujeitar-se para se constituir em sujeito de seu discurso. Por isso, o *enunciável* é exterior ao sujeito enunciativo e o discurso só pode ser construído em um espaço de memória, no espaço de um *interdiscurso*, de uma série de formulações que marcam, cada uma, enunciações que repetem, se parafraseiam, opõem-se entre si e se transformam. “Esse domínio de memória constitui a exterioridade do *enunciável* para o sujeito enunciativo, à qual ele recorre e da qual ele se apropria para construir sua enunciação” (GREGOLIN, 2001, p. 72). Isso mostra que a memória está no exterior, porém é no sujeito que ela significa, que ela se realiza, em suas *práticas discursivas*. O que nos leva a pensar na relação direta entre memória e interdiscurso, como se pode captar das palavras de Pêcheux:

Esses movimentos de constituição da memória e da legibilidade mostram a indissociabilidade entre o intradiscurso e o interdiscurso: a materialidade das formas (verbais e não-verbais) são vestígios por meio dos quais a repetição se inscreve na *ordem do discurso*, nessa ordem em que o enunciado é

⁸ Sobre esta questão do discurso como acontecimento, ver Michel Pêcheux. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

determinado pela exterioridade do enunciável. Por isso, a memória deve ser entendida como um conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices lisíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços. (PÊCHEUX, 1997a, p. 286)

Discutiremos no próximo tópico sobre o sujeito e suas *performances* na relação com o discurso. Nessa relação da memória com o discurso, é fundamental perceber o papel do sujeito da história no estabelecimento do sentido “[...] a fim de poder realizar suas análises sobre a constituição do sujeito na trama da história da qual participa, bem como sobre os mecanismos e as estratégias empregadas pelas diversas práticas discursivas para instituir e legitimar processos de subjetivação” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 107). No enunciado a seguir, há um sujeito histórico que enuncia de uma determinada posição que remonta a uma memória que faz com que o seu discurso adquira sentido, pois ele remete a um discurso que diz que “ter domínio da língua” é necessário para ter voz e vez na sociedade em vive. Mas esse dizer não é novo. Esse segue na esteira de um dizer da tradição normativo-gramatical que enfatiza domínio da língua culta como meio de ascender socialmente e entrar na ordem do discurso. Este enunciado é um *já-dito*, que volta em um novo acontecimento, dito por sujeitos constituídos historicamente.

(18) Portanto, ter domínio da língua faz muita diferença. Significa estar preparado para interagir com outras pessoas, o que implica ter a possibilidade de influenciar seu modo de agir e pensar e, da mesma forma, também ser influenciado. (CEREJA; MAGALHÃES, Apresentação, 1999)

Ora, nesse sentido é que se diz que “[...] os sujeitos não estão na origem de seus discursos, nem se manifestam como unidade na cadeia discursiva” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 113), antes, eles são construções discursivas. Por isso Foucault recusa de sua genealogia o *antropocentrismo*, por considerar que o discurso não é fruto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discurso⁹ que determina o que o sujeito deve falar, pois é ele que estipula as modalidades enunciativas. “Logo, o sujeito não pré-existe ao discurso, ele é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de que modo” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 113). Nesse sentido, afirma Foucault (2007a, p. 61):

⁹ Essa concepção se aproxima do conceito de FD criado por Foucault e adotado por Pêcheux que o introduziu na AD, o que marca o início da segunda época dos estudos da AD.

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Para fechar este tópico, gostaríamos de sintetizar nosso pensamento com as palavras de Sargentini (2004, p. 94) por estarmos em consonância com o seu pensamento:

Considero que as reflexões de Foucault sobre o sujeito são pertinentes para os estudos do discurso e da articulação língua e história, ressaltando que a preocupação central desse filósofo não tem como objeto buscar a verdade do ser (e creio que esse também não é o objeto central dos estudos do discurso), mas, sobretudo, diagnosticar técnicas, processos, forças que movem a história, constroem os discursos e constituem os sujeitos.

É sobre o sujeito que passaremos a discutir no próximo tópico, na sua relação com o discurso e a sua clivagem enquanto espaço vazio, que pode ser preenchido por diferentes sujeitos de discurso, desde a *função-sujeito* até a *função-autor*.

1.2 Da Função-Sujeito à Função-Autor: da clivagem do sujeito

Entre os fatores sócio-históricos do discurso está o sujeito. O sujeito é um assujeitado às condições sócio-histórico-ideológicas do meio em que vive. Como o discurso é um dos aspectos materiais de ideologia, é nele que se revelam o *sujeito* e a *ideologia* a que este está assujeitado. O sujeito é resultado de uma constituição no interior da história, não é portador da “verdade”, mas está envolvido na rede dos *jogos de verdade*, não é, então, dado definitivamente. Ora, para a Análise do Discurso, diz Mussalim (2004, p. 131), o que importa é o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos, isto é, para a AD não existe o “sujeito em si”, mas o “lugar vazio”, a posição de onde ele enuncia, de onde produz o discurso.

Podemos afirmar que os discursos estabelecem relações diretas com quem os enunciam, relações essas que evidenciam posições que o sujeito, disperso, pode ocupar, obedecendo, evidentemente, a certas condições impostas pela FD que o domina ou ao lugar de

onde enuncia. Assim, na relação do sujeito com o que ele enuncia a linguagem pode variar, considerando-se que a “função vazia” pode ser ocupada por diferentes papéis de sujeitos.

Os pressupostos para a constituição do sujeito foucaultiano passam pelo pensamento de Nietzsche. Este diz que o sujeito é historicamente formado, o que implica que essa formação necessariamente passa pelo *saber*, pela *verdade* e pelas *relações de poder*, já que também estes foram historicamente formados num determinado *momento e lugar*. O sujeito, portanto, é constituído a partir dos conhecimentos que remetem a uma “verdade” que por sua vez está ligada a um *poder*, assim, na visão foucaultiana, diferentemente da marxista que trata desses aspectos como algo a ser combatido, posto que são tomados como nocivos, os aspectos ideológicos não são vistos de forma negativa e opressora, pelo contrário, eles são constitutivos do sujeito de conhecimento. Portanto, sintetiza Araújo (2001, p. 111): “o sujeito não é dado definitivamente, nem é portador da verdade, mas alguém que se constitui no interior da história e é cada vez fundado por ela”. O que Foucault chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que considera a constituição dos *saberes*, dos discursos, dos domínios de objetos etc. sem ter de se referir a um sujeito, quer ele seja transcendente em relação ao campo de conhecimentos, quer ele persiga sua identidade vazia ao longo da história. Sendo assim,

trata-se, portanto, de pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores: esta é a questão que se coloca, por exemplo, *As palavras e as coisas* ao interrogar essa constituição segundo a modalidade específica do conhecimento científico, visto que se trata de compreender como o sujeito pôde, numa certa época, tornar-se um objeto de conhecimento teve efeitos sobre as teorias do sujeito como ser vivo, falante e trabalhador.” (REVEL, 2005, p. 84)

Segundo Revel (2005, p. 85), “a afirmação de que o sujeito tem uma gênese, uma formação, uma história, e que ele não é originário, foi, sem dúvida, muito influenciada em Foucault pela leitura de Nietzsche, de Blanchot e de Klossowski, e talvez também por aquela de Lacan.” O problema da subjetividade, isto é, a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo, se constitui no centro das análises do filósofo: se, não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento ou ainda por técnicas de si¹⁰ (FOUCAULT, 1997b).

¹⁰ A corroboração dessa observação da obra do autor está em suas próprias palavras, conforme Foucault (1995), em que o filósofo declara em entrevista que todo o seu trabalho foi uma “perseguição” ao sujeito, em suas três fases: a *arqueológica*, a *genealógica* e as *técnicas de si*.

A caracterização do indivíduo moderno no contexto da sociedade disciplinar pode ser feita, segundo Foucault, a partir do momento que o corpo do indivíduo passou a ser vigiado e passivo de punição. A norma e a vigilância são uma constante nesse processo de disciplinarização do corpo que serve aos propósitos da sociedade, ou seja, “o corpo útil, produtivo e submisso é componente essencial das sociedades modernas” (ARAÚJO, 2001, p. 114). Para Foucault, a disciplina não é vista como algo nocivo, pelo contrário, ela serve como uma técnica de fabricação de indivíduos normatizados, posto que a disciplina é necessária para o bom funcionamento da sociedade e das relações sociais. Ela não é centralizada por um *poder* absoluto, mas dissolvida entre os indivíduos de uma sociedade assim como o próprio *poder* está. Com isso, tanto serve ao controle do indivíduo sobre si mesmo e sobre o outro quanto à vida em sociedade. Essa disciplinarização do indivíduo tem sua origem nas ciências humanas, que ao mesmo tempo que objetivam o homem também o sujeitam, moldando-o ao controle do espaço e do tempo. Portanto, a sociedade disciplinar é caracterizada por essa postura de controle e vigilância sobre o indivíduo para torná-lo útil e produtivo para atender aos propósitos da sociedade moderna capitalista.

“O sujeito constitui-se de si para si pela injunção geral à confissão e pelo papel das ciências que lidam com a vida na urdidura de um saber/poder acerca do sujeito” (ARAÚJO, 2001, p. 118). Os traços constitutivos do sujeito subjetivado, assim, são problematizados pelas ciências que objetivam o indivíduo e produzem o sujeito objetivado como resultado da relação do saber/poder que por sua vez leva a um estágio denominado *biopoder*, que se caracteriza por ser um poder que se volta para o cuidado da população nos aspectos da saúde, da educação, por exemplo, ou seja, com o bem-estar como um todo. Isso remete ao que Foucault chamou de governamentalidade ou governo de si, isto é, o cuidado consigo mesmo e com o outro. Nesse passo, “o sujeito objetivado” pelas “ciências humanas que o examinam e o normalizam” e é “subjetivado por ciências confessionais”, ou aquelas que são formadas pelo radical “psico”, que “buscam extrair do sujeito sua ‘verdade’” (ARAÚJO, 2001, p. 119), assim, arrancada a “verdade”, constitui-se no mesmo ato o pensar-se como sujeito, pois o *saber/poder* cria relações, induz à “verdade”, produz subjetividade. “Ao lado da dominação maciça da economia, da política e dos meios de comunicação, há o fator disciplinar, isto é, instrumentos de objetivação e subjetivação das disciplinas e do *biopoder*, que têm como alvo o sujeito individualizado e sujeitado” (ARAÚJO, 2001, p. 122).

Uma questão posta por Possenti (2004a) é a de como se concebe o sujeito. Ele diz que não acredita em sujeitos livres nem em sujeitos assujeitados, isso porque, sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer em uma situação de interação e sujeitos assujeitados

seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Por isso, Possenti (2004a) diz acreditar em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semi-sistemas em processo porque nada é estanque, muito menos totalmente estruturado. Nesse sentido, diz o referido autor que seu objetivo, ao levantar tal questão, é de colaborar com a destruição das teses estruturalistas em AD, o que significa basicamente postular que nem só o discurso de arquivo é discurso, por um lado, e que a atuação do sujeito é possivelmente diversa da que o estruturalismo prevê, certamente fora do arquivo – quem sabe mesmo em seu interior.

Em consonância com essa discussão de Possenti, Furlanetto (2007b) chama a atenção para o fato de a AD marcar alguns textos com um conjunto negativo de enunciados de outros terrenos para não contaminar, com a articulação e a re-significação desses elementos, incluindo aí o sujeito da psicologia e da filosofia. “Compreende-se que a redução se dê porque a AD só pretende privilegiar o institucionalizado *no* sujeito [...]” (FURLANETTO, 2007b, p. 8). E por que não um sujeito de outra ordem em que se poderia pensar no sujeito da psicologia sob o ponto de vista positivo? Porque isso poria em risco a concepção de sujeito com a qual ela trabalha. Citando Maingueneau, a autora diz que a AD “trata de sujeitos tomados em arquivos e não de manipuladores dominando do exterior suas enunciações” (FURLANETTO, 2007b, p. 8). Nesse ponto a autora questiona a relação sujeito/arquivo, o que remete ao seu principal questionamento: é possível o sujeito fora do arquivo? Por que a AD não aceita tal posição? Será que o sujeito não é consciente de suas escolhas? Ou não pode fugir ao arquivo? Da forma como a AD trata o sujeito, ele apenas reproduz o já-dito sem qualquer parcela de consciência ou de criatividade porque não pode fugir ao arquivo.

Nessa discussão, ficamos com o ponto de vista de Possenti (*sujeitos ativos*) por ser mais coerente com a nossa discussão. Pois em relação aos *sujeitos-gramáticos*, se eles fossem totalmente assujeitados ao discurso de arquivo (à FD) da tradição normativo-gramatical, não seria possível a eles fazer pontes com a FD da Linguística, como mostraremos nas análises. Esse sujeito assim caracterizado, se enquadra na concepção de *sujeito* adotada pela AD em sua terceira época¹¹, como definiu Pêcheux (1997b), inferida da seguinte passagem:

¹¹ Em texto intitulado *A Análise do Discurso: três épocas* (1983), Pêcheux diz que a AD passou por três momentos, que ele as denominou de AD1, AD2 e AD3. Para cada uma dessas épocas, o autor apresenta as principais características que as marcaram, que na verdade, foram reformulações que a teoria sofreu ao longo do tempo. Assim, define o autor: “A primeira época da análise de discurso: AD1 como exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural”; “AD2: da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual”; “A emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas: AD3” (PÊCHEUX, 1997b). A AD3 é influenciada pelos estudos de Bakhtin e a sua concepção sobre dialogismo. Os trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz é que melhor refletem esta influência.

Alguns desenvolvimentos teóricos que abordam a questão da heterogeneidade enunciativa conduzem, ao mesmo tempo, a tematizar, nessa linha, as formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*:

- discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (cf. as diferentes formas da “heterogeneidade mostrada”);

- mas também e sobretudo a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” seqüência, *estruturar* esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo que o desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde *o controle estratégico de seu discurso lhe escapa*¹²). (PÊCHEUX, 1997b, p. 316-7)

É justamente este sujeito que não tem “o controle estratégico de seu discurso” que nos interessa aqui. É o “discurso-outro” que estaremos buscando em nossas análises, no sentido de revelar/mostrar um *sujeito-autor* paradoxal que não está totalmente submisso à FD normativo-tradicional, mas também não pode fugir dela; ou, está assujeitado à FD da Linguística, mas não foge ao normativismo apesar do discurso de neutralidade científica.

Essa terceira época da AD é assim sintetizada por Fernandes (2007):

A noção de maquinaria discursiva estrutural é levada ao limite e estabelece-se o primado teórico do outro sobre o mesmo; a idéia de homogeneidade atribuída à noção de condições de produção do discurso é definitivamente abandonada; a idéia de estabilidade é banida em função do reconhecimento da desestabilização das garantias sócio-históricas; há o reconhecimento da não neutralidade da sintaxe; a noção de enunciação passa a ser abordada e as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa levam à discussão sobre o *discurso-outro*. (FERNANDES, 2007, p. 89)

Esse *discurso-outro* é revelado por meio dos efeitos de sentido. Ao se considerar que na AD nenhum sentido em linguagem se produz sem que o sujeito, que o suporta de alguma forma, esteja inserido numa FD. Em qualquer sociedade há uma conjuntura sócio-histórica atravessada por FI que, por sua vez, possibilitam a existência dos espaços chamados FD – lugares que são normatizados em relação ao que pode ser dito (ou não) e deve (ou não) ser dito. São as FD, na qual o sujeito está inserido, que determinam o que pode e o que deve ser dito pelo sujeito, posto que nem tudo pode ser dito de qualquer forma em qualquer situação. Dito isso, postula-se, também, que o *saber* cotidiano, nos sujeitos em que ele ocorre, se apresenta com sentidos evidentes para esses mesmos sujeitos, desconhecedores da construção histórica dos sentidos que circulam. Sentidos, pois, aparecem como efeito da

¹² Grifo nosso

ideologia e esta por sua vez está no sujeito, daí, na verdade, os sentidos estão no sujeito. Ele é quem dá um sentido, posto que o sentido não existe *a priori* nas palavras, ele é construído historicamente. Só há sentido na interpelação com o sujeito marcado ideologicamente, por isso não há o sentido, mas efeitos de sentido para a AD. Pêcheux assim como Foucault não acreditam no sujeito como origem de seu discurso e o sentido não está *a priori* no texto. Pois “[...] se nossas palavras não significam segundo uma vontade pessoal imediata, é que primeiramente temos um manancial lingüístico marcado ideologicamente, com sentidos potenciais (memória); depois é que recebemos a interpretação através da relação interlocutiva (pelo outro)” (FURLANETTO, 2007a, p. 15). Os sentidos se encontram em nossa memória discursiva, e eles são resgatados de acordo com um “manancial” lingüístico-ideológico presente no sujeito, daí as palavras só significarem no processo de interpretação interlocutiva e não de acordo com nossa vontade imediata.

A teoria da ideologia de Althusser, que parte da releitura de Marx, diz Furlanetto, é bastante original à medida que combina a psicanálise de Lacan (releitura de Freud) com os aspectos menos historicistas da obra de Gramsci e parte da ideia de que todo pensamento se conduz com base em uma problemática inconsciente, portanto, formada de categorias que “constituem os limites do que somos capazes de enunciar e conceber” (EAGLETON, 1997, p. 25). Diferentemente de Althusser, o ponto de contato de Foucault com a teoria de Lacan é a concepção de sujeito como não sendo origem de seu discurso, de seu dizer e não uno. Foucault concebe o sujeito multifacetado, clivado e não faz nenhuma referência ao filósofo italiano.

Eagleton (1997) vê, no entanto, no empréstimo feito por Althusser a Lacan, dois erros que considera cruciais. Primeiro, quanto ao sujeito imaginário de Althusser, que seria o *eu (moi)* de Lacan, constituindo este apenas uma ponta do iceberg do *Eu (je)*. Daí que *eu (moi)* represente no imaginário uma entidade unificada. Isso significaria que o sujeito de Althusser aparece como uma entidade mais estável e coerente que o de Lacan, que seria mais volátil e turbulento. O *Eu* de Lacan seria aquele do inconsciente que equivaleria ao *eu* imaginário de Althusser. Ambos são diferentes. Para Lacan, o *Eu* é apenas uma manifestação do inconsciente e ele não é centrado, o que vai de encontro à concepção de Althusser, o que provocaria uma incompatibilidade entre os dois, daí a crítica de Eagleton (1997). Essa discussão em Pêcheux pode ser ilustrada pelo seguinte trecho, onde o autor se posiciona diante da questão:

Concluiremos esse ponto dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. Ao dizer que o *EGO*, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza no sujeito *sob a forma da autonomia*, não estamos, pois, fazendo apelo a nenhuma “transcendência” (um *Outro* ou um sujeito *reais*); estamos, simplesmente, retomando a designação que Lacan e Althusser – cada um a seu modo – deram (adotando deliberadamente as formas travestidas e “fantasmagóricas” inerentes à subjetividade) do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como *interior* sem *exterior*, e isto *pela determinação do real (exterior)*, e especificamente – acrescentaremos – *do interdiscurso como real (exterior)*. (PÊCHEUX, 1997a, p. 162-3)

Furlanetto (2007a) diz que Althusser simplesmente junta a necessidade de alguma identificação ‘geral’ com nossa submissão a papéis sociais específicos e, com isso, não há razão alguma para presumir que essas várias formas de inserção na ideologia sejam mutuamente harmoniosas e, portanto, não haveria submissão total do sujeito à ordem simbólica e mesmo ao diálogo com outros. Com isso Althusser quer dizer que uma pessoa pode acumular vários papéis sociais e essa noção de papéis sociais será retomada por Pêcheux, o que para Foucault seria posição do sujeito, que podem entrar, inclusive, em conflito interior.

É aqui que ele insere a proposta da teoria materialista do discurso, com duas ‘evidências’ a serem investigadas: a da existência do sujeito como origem de si e a do sentido – que lhe permitirão esboçar em seguida o domínio dos dois esquecimentos na proposição do desconhecimento. A constituição do sentido e a constituição do sujeito sintetizam, em Pêcheux, a sua pesquisa em torno do discurso. (FURLANETTO, 2007a, p. 7)

O ideológico é marcado como exterior, diz Pêcheux (1997), e nessa qualidade ele é dado como constituinte da subjetividade. A *forma-sujeito* se mostra, pois, como o sujeito que é efeito da ideologia, aparecendo como ‘essência do real’, algo uno e identificável, autônomo, mas, em última análise, na verdade, ‘ilusão idealista’, nas palavras do autor, assim expresso na seguinte passagem:

Compreende-se, pois, que o idealismo não é, de início, uma posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, por meio do qual se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 163)

Como tal, essa *forma-sujeito* corresponde ao *Eu (moi)* lacaniano ou *Ego-imaginário*, como o chamou Pêcheux, por isso, para este autor,

somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário”, como “sujeito do discurso”. [...] o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. [...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [pré-construído e processo de sustentação] [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1997a, p. 163)

Nesse sentido afirma Pêcheux (1997a, p. 173):

Vamos precisar o funcionamento dessa ilusão no espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva: ao falar de “intersubjetividade falante”, não estamos abandonando o círculo fechado da forma-sujeito; bem ao contrário, estamos inscrevendo nessa forma-sujeito, a necessária referência do que *eu* digo àquilo que *um outro* pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer*¹³.

Esse efeito, sublinha Pêcheux, se resume em mascarar o objeto daquilo que ele chamou o esquecimento n° 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento n° 2. Esses esquecimentos são assim definidos por Pêcheux (1997a, p. 173):

- Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na forma discursiva considerada*.¹⁴
- Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento n° 1, que dá conta

¹³ Grifos do autor

¹⁴ Grifos do autor

do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva o que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão.

A *forma-sujeito*, conceito adotado por Pêcheux - segundo ele, tomado em Althusser -, “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”, em outras palavras, é marcada ideologicamente, ou seja, tal forma só passa a existir porque a *forma-sujeito*¹⁵ é efeito da ideologia, ele incorpora valores que lhe são exteriores e passa a pensar e agir de acordo com esses valores como se eles tivessem sempre existido, o que lhes confere um caráter de natural e o sujeito não se dá conta de que o seu discurso é condicionado às condições de produção que envolve esse discurso porque, segundo Pêcheux, ele lança mão do esquecimento nº 1 e do esquecimento nº 2. Em nota de rodapé, o autor esclarece a concepção de esquecimento por ele adotada: “O termo ‘esquecimento’ não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda de memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX, 1997a, p. 183).

O sujeito adotado em AD - o sujeito dividido, descentrado, clivado, que é a concepção de sujeito da Psicanálise lacaniana - se justifica na medida em que o sujeito, no âmbito da Análise do Discurso, é marcado como uma posição e não como um *sujeito-em-si* (o *esse in se*, dotado de plena consciência). Isso o faz ser clivado (não é uno) e também assujeitado (pois não é a origem do discurso, e sim uma posição da qual este é proferida). Sobre ele, Possenti (2004, p. 388) se pronuncia: “resumindo: a AD rompe com a concepção de sujeito uno, livre, caracterizado pela consciência (isto é, sem inconsciente, sem ideologia) e tomado como origem [do discurso]”.

O sujeito da AD não é o dos tempos áureos do Iluminismo. Projetado por Descartes (“Penso, logo existo”) como um homem dono de si, senhor de seu próprio destino, consciente de suas ações e desejos, capaz de conhecer a “verdade” e alcançar a felicidade através da razão. Não é o sujeito da Linguística Clássica, muito menos é o sujeito¹⁶ da

¹⁵ Essa definição de *forma-sujeito* é anotada em forma de nota de rodapé, de nº 31, à p. 183. A nota completa é a seguinte: “A expressão ‘forma-sujeito’ é introduzida por L. Althusser (‘Resposta a John Lewis’, op. cit., p. 67): ‘Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.’”

¹⁶ O conceito de *sujeito* apresentado pelas GN/GP, GD e MDL será uma das categorias sintáticas que iremos analisar no Cap. 3.

Gramática Normativa que o classifica em simples, composto, determinado, oculto e inexistente.

Para a Análise do Discurso, o sujeito do discurso é *descentrado/clivado, histórico e social*. Descentrado, pois é separado pela ideologia e pelo inconsciente; histórico, porque não está alienado do mundo que o cerca; social, porque não é o indivíduo, mas aquele apreendido num espaço coletivo. “O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam” (ORLANDI, 2005b, p. 20). O que define de fato o sujeito é o lugar de onde fala. Foucault diz que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (2007a, p. 139). Esse lugar é um espaço de representação social (ex: médico, pai, professor, motorista etc.), que é uma unidade apenas abstratamente, pois, na prática, é atravessada pela dispersão. Essa unidade que nos referimos é uma criação ideológica, é uma coação da ordem do discurso. Por isso, podemos dizer que o sujeito é um acontecimento simbólico. “Se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (ORLANDI, 2005a, p. 49).

O sujeito pode ocupar várias posições no texto, sendo caracterizado, portanto, como um *eu* pluralizado, pois se constitui *na e pela* interação verbal. “É múltiplo porque atravessa e é atravessado por vários discursos, porque não se relaciona mecanicamente com a ordem social da qual faz parte, porque representa vários papéis, etc” (ORLANDI, 2001, p. 11).

Orlandi (2005a) afirma ainda que o sujeito passa por uma constante “*formação discursiva*”. Esta é quem determina o posicionamento ideológico de um discurso. “As palavras mudam de sentido segundo as posições que as empregam” (ORLANDI, 2005a, p. 42-43), ou seja, a partir do momento em que relacionamos os diferentes sentidos que se pode ter de uma determinada palavra como o sujeito que a usa em seu dizer, isso nos permite compreender o processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia, levando-nos cada vez mais próximo ao sujeito e a sua *intenção* ao dizer.

O sujeito da AD se funda na contraposição de um sujeito originário, advindo do cartesianismo, que nega a sua constituição histórica. A interpelação é um fato, mas ela supõe um desdobramento: de um lado teríamos um ‘locutor’ (sujeito da enunciação, o que se responsabiliza por ela, o que toma posição); de outro, um sujeito de tipo ‘universal’, ou ainda sujeito da ciência – o que, na prática, produziria um efeito discursivo tal que, a partir de um pré-construído, se efetuaría uma articulação promotora do efeito forma-sujeito. No enunciado (19) a seguir, o sujeito se subjetiva num ato dialógico. É para seus pares que ele fala, se

dirige, tomando para si, enquanto um sujeito identificado entre aqueles que estão insatisfeitos “com a qualidade das gramáticas”, pois ele faz parte de “todos os grupos interessados”, porém esse dizer não “nasceu” com ele. Quando ele enuncia que “vem de longe”, traz esse enunciado a um novo acontecimento, a uma nova enunciação.

(19) *A insatisfação com a qualidade das gramáticas vem de longe e atinge todos os grupos interessados: lingüistas teóricos, especialistas e professores de português, alunos e simples curiosos. (PERINI, Apresentação, 2004)*

A interpelação pressupõe um ato dialógico, em que um locutor, o sujeito da enunciação, dirige-se a outro, que neste caso, pode estar no mesmo sujeito: o *sujeito da enunciação* e o *sujeito da ciência* que estariam presentes no *sujeito-autor*. Um significante já inscrito no tesouro simbólico expressa o sujeito, representa-o; por sua vez o sujeito, assim submetido à ordem simbólica, pode subvertê-la e transformá-la.

O *ser na linguagem* também é aquele que produz *com linguagem*¹⁷. Se a subversão não fosse o contraponto necessário da interpelação, não haveria o lugar da ciência, que precisa de um sujeito em deslocamento, um sujeito polissêmico, um sujeito em atitude de busca. (FURLANETTO, 2007b, p. 20)

Neste ponto, a autora corrobora a sua tese, que vai ao encontro da posição de Possenti, e corrobora o que defende: o sujeito é um ser de linguagem que se faz pela linguagem, ao mesmo tempo em que se utiliza da linguagem para interpelar o mundo semioticamente constituído e a si mesmo, pois o sujeito por ser incompleto, está sempre buscando, se deslocando, provocando, assim, a possibilidade de subversão da ordem simbólica. Esse sujeito *descentrado, dividido, deslocado* ou *clivado* é o que de fato marca o *sujeito discursivo*. Assim, mesmo quando se tem uma especificidade de *sujeito*, como o *sujeito-autor* (ou o sujeito na *função-autor*) que é apenas uma das especificações possíveis da *função-sujeito*, segundo Foucault (2001), ele não está “isento” de tal *clivagem*.

Essa *função-sujeito* é o que discutiremos a seguir no sentido de mostrar/revelar que os *sujeitos-autores*, gramáticos ou linguistas, enquanto “*ser na linguagem*” que produz “*com linguagem*” são sujeitos *clivados* e paradoxais em seu dizer.

Foucault (2001) em *O que é um autor?* começa por discutir “o que é um nome de autor”. É um nome próprio, diz ele, mas não desempenha apenas as funções indicadoras

¹⁷ Grifos da autora

(como nas análises de Searle). Em suma, diz Foucault (2001), um nome de autor caracteriza um certo modo de ser do discurso, indica que ele não é um discurso cotidiano, indiferente, flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de uma certa maneira e que deve, em uma cultura, receber um certo estatuto. Um nome de autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas, de alguma maneira, bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os.

Os textos a seguir são bem *marcados, delimitados, recortados*. Contêm enunciados que remetem a uma formação discursiva da gramática, cujos dizeres requerem uma autoria para que eles signifiquem dentro desse arquivo e para que *circulem e funcionem*, enquanto discursos, no interior de uma sociedade.

*(20) Ao estudarmos uma língua com o objetivo de explicitar sua **gramática** na segunda acepção acima, baseamo-nos necessariamente em um modelo teórico, o qual constitui, na verdade, uma hipótese sobre como essa língua se organiza estruturalmente para tornar possíveis a expressão e a compreensão de sentidos. (AZEREDO, **Apresentação**, 2004)*

*(21) Durante longo tempo, acreditou-se que falar bem português era falar difícil, isto é, empregar frases de efeito, com estrutura complicada e vocabulário culto. Hoje pensa-se de modo diferente: usar bem o português é o mesmo que saber adequá-lo às diferentes situações sociais de que participamos. (CEREJA; MAGALHÃES, **Apresentação**, 1999)*

É preciso dizer que textos têm autores, mas no nível do discurso temos sujeitos, ou mais especificamente em sua *função-autor*, os *sujeitos-autores*. Como os textos (tais como os produzidos na estrutura psicanalítica) são manifestações discursivas, o *sujeito-autor* tem como função básica organizar, disciplinar e dar unidade a seus textos. Ele é, hierarquicamente, subordinado a posições de sujeito, ou seja, já é uma função derivada da subjetividade. Das funções subjetivas, nas palavras de Furlanetto (2007a), a autoria é aquela que ‘cola’ mais proximamente às práticas de linguagem, sem que por isso procure qualquer espécie de fidelidade à realidade ou reflexo da realidade. A *função-autor* é, reafirmamos, uma função específica da *função-sujeito*, segundo Foucault. Convém citá-lo:

Creio que existe um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os casos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo

tenha acesso a ele. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 2005, p. 36/37)

Na ordem do discurso, o autor é aquele que, diz Foucault (2005), dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. O autor é, ainda, um princípio de “rarefação” de discursos, ou seja, de “controle dos discursos” na sociedade, assim, observa o filósofo, não se deve transformá-lo como um indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o *sujeito-autor* visto como “princípio de agrupamento do discurso”, visto como uma unidade e como uma origem das significações desse discurso, daí ser visto como foco de sua coerência (FOUCAULT, 2005).

Creio que existe outro princípio de rarefação de um discurso que é, até certo ponto, complementar ao primeiro. Trata-se do autor. O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. (FOUCAULT, 2005, p. 26)

Foucault vai dizer mais sobre o autor: “o nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros” (FOUCAULT, 2001, p. 273) porque esse nome dentro de uma sociedade de discurso aponta para um sujeito que detém um *saber/poder* que faz de seu discurso algo institucionalmente respaldado e o seu nome está atrelado a um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”, o que implica dizer que não se trata de qualquer sujeito nem de qualquer discurso. Sendo assim,

todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que poderia ter dito, em tudo o

que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra.
(FOUCAULT, 2005, p. 29)

Assim, o enunciado (22) a seguir, não poderia ser dito por qualquer um. Apenas alguém autorizado, pela posição que ocupa na “sociedade de discurso”, poderia proferi-lo. Só poderia ser um *sujeito* na *função-autor* inserido numa FD que tenha a língua como seu objeto de estudo:

(22) Procuraremos apresentar as características do português contemporâneo em sua modalidade culta, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores do século XX. (CUNHA, Apresentação, 1986)

porque um discurso como o que constitui esse texto, inserido em uma FD que prescreve o que pode e o que não pode na língua, requer que ele venha com uma assinatura. O texto é assinado por um nome, cuja autoria reconhecida pela sociedade de discurso de que faz parte, faz com que esse nome próprio, “Cunha”, dentro dessa FD, não seja tomado como um simples nome próprio, porque ele é mais do que uma indicação, é uma descrição na medida em que sua autoridade sobre o assunto é uma referência para outros.

O nome próprio e o nome do autor estão situados entre esses dois pólos da descrição e da designação; eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica. Entretanto - e é aí que aparecem as dificuldades particulares do nome do autor -, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfas nem funcionam da mesma maneira.
(FOUCAULT, 2001, p. 272)

Ora, se a *função-autor* é uma função específica da *função-sujeito* e como essa função é uma posição “vazia” que pode ser ocupada por diferentes sujeitos que convivem no mesmo sujeito, aqui entra a concepção de sujeito advindo da psicanálise, que fala em sujeito *descentrado*, *deslocado*, *disperso* ou *clivado*, ou seja, que se pode encontrar em diferentes níveis no mesmo sujeito. É justamente esse sujeito que não tem o controle “total” sobre o que diz. Nos trechos a seguir, podemos perceber dois sujeitos distintos e contraditórios, num mesmo *sujeito-autor*. Ao fazer uma abordagem sobre a gíria, o *sujeito-autor* diz:

(23) *Ao contrário do que muitos pensam, a gíria não constitui um flagelo da linguagem. Quem um dia já não usou bacana, dica, cara, chato, cuca, esculacho, estrilar? Usada no momento certo, porém, a gíria é um elemento de linguagem que denota expressividade e revela grande criatividade, desde que, naturalmente, adequada à mensagem, ao meio e ao receptor. (SACCONI, 1996, p. 11)¹⁸,*

mas no capítulo dedicado aos vícios de linguagem, o *sujeito-autor-gramático* assim se expressa ao definir *plebeísmo*:

(24) *“Plebeísmo é qualquer desvio que caracteriza a trivialidade ou a falta de instrução.” (SACCONI, 1996, p. 480)*

para na sequência afirmar que

(25) *“[...] exemplo maior de plebeísmo são as gírias.”¹⁹ (SACCONI, 1996, p. 480)*

Nessas passagens percebemos dois sujeitos: no primeiro fragmento, percebe-se um sujeito que demonstra estar atualizado com os conceitos do ponto de vista da ciência da linguagem, colocando-se, inclusive, entre aqueles que não veem a gíria como “um flagelo da linguagem”, o que implica dizer que há outros autores que a consideram. Esses outros são *autores-gramáticos* que certamente não estão atualizados como ele, posto que há estudos sobre as gírias²⁰ que fazem com que ele reconheça que elas têm o seu valor expressivo e criativo, como ele diz. É um discurso que o põe na ordem do dia das pesquisas linguísticas, o que imprime no leitor a diferença que ele, o *autor-gramático*, não se opõe aos avanços das pesquisas a ponto de em sua gramática trazer os resultados dessas pesquisas.

Ao dizer que as gírias são o maior exemplo de *plebeísmo*, contradizendo-se em relação à sua fala inicial contida no trecho anterior, traz uma carga semântica de valor negativo que *revela* outros *jogos de verdade* acerca das gírias. O fato de ser posta em um capítulo cujo título é “*Vícios de Linguagem*” já aponta para a concepção que o *sujeito-autor* tem em relação a esse nível de linguagem. Este sujeito que se diz aqui não é o mesmo que se disse no primeiro capítulo ao tratar de aspectos linguísticos cuja FD é da Linguística. Aquele sujeito atualizado com os novos paradigmas de estudos sobre a língua(gem) do início se revela um *sujeito conservador* de uma tradição normativo-gramatical que se baseia em julgo de valor e não em bases científicas.

¹⁸ Primeiro capítulo da obra onde ele aborda questões e conceitos de fato muito mais da Ciência da Linguagem que gramática normativa propriamente dita.

¹⁹ Grifo nosso.

²⁰ Destaca-se principalmente o trabalho do linguista Dino Pretti, da USP.

Assim, temos um *sujeito* que se revela clivado em seu discurso e essa clivagem faz com que ele não tenha total controle sobre o que diz. Isso nos permite fazer duas leituras desse *sujeito*²¹:

1. um sujeito que parece/quer estar na ordem do discurso pela atualização do seu dizer em consonância com o discurso da Linguística; 2. um sujeito que precisa estar na ordem do discurso pela corroboração de um discurso que vem na esteira da tradição normativo-gramatical, portanto, é preciso repetir o dito dessa tradição.

Dada à clivagem do *sujeito*, o *sujeito-autor*, como é próprio do *sujeito discursivo*, também é um sujeito de contradição. Estaria aqui a noção de *sujeito disperso* de que fala Foucault, em citação anterior, que é ideológica e historicamente constituído.

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.); ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si [...]. (FOUCAULT, 2001, p. 273)

Enfim, o dizer de um *sujeito-autor* tem um valor de “verdade” institucionalmente assegurado, pois os textos que levam a assinatura de “Sacconi”, - passam a ser uma “verdade” dita por “Sacconi” -, por exemplo, um reconhecido *autor-gramático*, uma “autoridade” sobre as normas da língua materna, portanto detentor de um *saber/poder* sobre a “língua padrão”, não são um simples dizer do cotidiano. Esse nome não é um simples nome, porque,

enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*. (FOUCAULT, 2001, p. 273-4)

Assim, nomes como Celso Cunha, Luiz Antonio Sacconi, Ulisses Infante, por exemplo, dentro da FD da GN, não remetem a um indivíduo, mas a um *autor-gramático*.

²¹ A discussão sobre a clivagem do *sujeito-autor* será retomada no capítulo das análises quando tivermos oportunidade de discutir com mais detalhes e tentaremos comprovar nossa tese: o *sujeito-autor-gramático* é um sujeito clivado na medida em que se mostra atualizado com o discurso da ciência, mas que ainda está preso à tradição normativo-gramatical, por isso, algumas vezes se mostra assujeitado e outras não tão assujeitado ao discurso da gramática tradicional.

Como afirma Foucault (2001), o nome do autor, assim como o nome próprio, não passa do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, mas que ele corre, de qualquer maneira, aos limites dos textos, que ele os recorta, segue suas arestas, manifesta o modo de ser ou, pelo menos, que ele o caracteriza. O nome do autor manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao *status* desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura.

O nome do autor, pois, em uma “sociedade de discurso”, não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser, como afirma o filósofo francês. Conseqüentemente, se poderia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da *função-autor*, enquanto outros são dela desprovidos. Há diversos textos sem autoria que circulam na sociedade. Sendo assim, “a função autor²² é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2001, p. 274), por isso, a *função-autor*

é o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de autor. Sem dúvida, a esse ser de razão, tenta-se dar um *status* realista: seria, no indivíduo, uma instância “profunda”, um poder “criador”, um “projeto”, o lugar originário da escrita. Mas, na verdade, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam. Todas essas operações variam de acordo com as épocas e os tipos de discurso. (FOUCAULT, 2001, p. 276-7)

Foucault (2001) traça como se caracteriza, em nossa cultura, um discurso portador da *função-autor*, pontuando em que se opõe aos outros discursos. Diz o filósofo que podemos reconhecer, no autor de um livro ou de um texto, quatro características:

1. *são objetos de apropriação*: a figura do autor nasceu junto com a criação do regime de propriedade para os textos (final do séc. XVIII e início do XIX);
2. *a função autor não se exerce de forma universal e constante sobre todos os discursos*: para os textos científicos pouco importa o nome de autor; já o literário não se separa de um nome de autor; já em outros textos, o nome de autor lhes dá “confiabilidade”, etc.

²² O termo *função-autor* aparecerá grafado de duas formas, com hífen e sem hífen. Será grafado *função-autor* quando aparecer em nossa fala; e *função autor* quando estiver em citações diretas e indiretas.

3. *a função autor não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo*: a autoria é uma instância “profunda”, um poder “criador”, um “projeto”, o lugar originário da escrita. É o resultado de uma operação complexa, do tratamento a que submetemos os textos. É uma construção que muda com o tempo, mas há uma certa invariante nas regras de construção do autor.
4. *a função autor não é uma pura e simples reconstrução que se faz em segunda mão a partir de um texto tido como um material inerte*. O texto traz um conjunto de signos que reenviam para o autor. Esse jogo é comum em todos os textos que apresentam a função autor, assim, afirma o autor: “na verdade, todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de ego” (p. 279).

Fazendo um correlato com a exposição²³ que Foucault faz, podemos dizer que o “eu” que fala no prefácio da GN não é idêntico ao “eu” que fala no curso da obra. Da mesma forma que o autor, podemos apontar três “eus”: 1. um “eu” que remete a um indivíduo sem equivalente, em um lugar e em um tempo determinados; 2. um “eu” que designa um plano e um momento de demonstração que qualquer indivíduo pode ocupar; 3. um “eu” que fala para dizer o sentido do trabalho. A função autor não está em nenhum desses “eus” sozinhos, mas desempenha um papel de tal ordem que dá lugar à dispersão desses 3 “eus” simultâneos.

Resumindo as quatro funções:

- a) a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula, o universo dos discursos;
- b) a função autor não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização;
- c) a função autor não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas;
- d) a função autor não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” simultaneamente, a várias posições-sujeitos que diferentes classes de indivíduos podem ocupar.

²³ O autor faz a seguinte análise: “O ego que fala no *prefácio* de um tratado de matemática – e que se indica suas circunstâncias de composição – não é idêntico nem em sua posição nem em seu funcionamento àquele que fala no curso de uma demonstração e que aparece sob a forma de um “Eu concluo” ou “Eu suponho”: em um caso, o “eu” remete a um indivíduo sem equivalente, em um lugar e em um tempo determinados, concluiu um certo trabalho; no segundo, o “eu” designa um plano e um momento de demonstração que qualquer indivíduo pode ocupar, desde que ele tenha aceito o mesmo sistema de símbolos, o mesmo jogo de axiomas, o mesmo conjunto de demonstrações preliminares. Mas se poderia também, no mesmo tratado, observar um terceiro ego: aquele que fala para dizer o sentido do trabalho, os obstáculos encontrados, os resultados obtidos, os problemas que ainda se colocam: esse ego se situa no campo dos discursos matemáticos já existentes ou ainda por vir.” (p. 279)

Como Foucault aponta o comentário e o autor como princípios de limitação dos discursos que circulam na sociedade, faz a seguinte distinção: “o comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (FOUCAULT, 2005, p. 29). Esses princípios de limitação dos discursos da “sociedade de discurso” fazem parte dos *jogos* e da *vontade de verdade* que envolvem a relação *saber/poder* que essa sociedade estabeleceu e na qual os *sujeitos* estão inseridos. Assim, convém citar Oliveira (2005, p. 59):

A constituição do sujeito [...] é determinada pelos jogos de verdade, pelas relações de poder e pelas tecnologias do eu, as técnicas de si. Nestas condições, não é possível pensar a questão do sujeito, assim como a noção de função-autor, como uma função do sujeito, sem relacioná-la às instâncias de sua constituição [...] sem pensar a relação entre esses domínios: a verdade, o poder e a conduta individual.

São esses os pontos que veremos no próximo tópico.

1.3 Do Saber/Poder aos Jogos/Vontade de Verdade

Em Foucault, *saber/poder/verdade* são palavras-chave do seu pensamento, de sua obra. Em torno delas é que sua obra se fundamenta em busca da compreensão do sujeito e do presente.

A palavra *poder*, em geral, quando lida sob uma ótica marxista, provoca um efeito de sentido de caráter negativo. Remete a dominação em que há a relação dominador sobre dominados e, invariavelmente, se pensa num poder centralizado. Esse contexto relacionado, por sua vez, sempre ao âmbito da FD político-partidária. Assim, num processo revolucionário, dentro do pensamento marxista, chegaria um momento em que os dominados e oprimidos tomariam o *poder* e se tornariam política e socialmente iguais.

Para Foucault, no entanto, diferentemente da visão marxista sobre o *poder*, diz Oliveira (2005, p. 49),

geralmente, quando pensamos nas relações de poder, pensamos a partir de uma idéia negativa, vindo-nos já a de idéia [sic] opressão, dominação, força castradora. Essas relações geralmente são tomadas numa acepção negativa. Como se elas fossem sempre adversas, sempre hostis. No entanto, segundo Foucault (2004b), o poder, ou melhor, as relações de poder não são essencialmente repressivas nem unicamente contratuais. O poder não está primordialmente no nível da violência nem simplesmente no nível do direito, pois não é algo que sempre impõe limites, que sempre castiga, que sempre diz não.

De acordo com o enunciado acima, o *poder*, ou as *relações de poder*, segundo o filósofo francês, não apresenta apenas ou tão somente o lado negativo que estamos acostumados a ver nos discursos político-partidários, ou no senso comum. Nesse sentido afirma Oliveira (2005, p. 49):

Para o filósofo francês, o “poder” nem é um bem nem um mal, *o poder são jogos estratégicos* (p. 284). Em geral, o “poder” é uma força produtora que vai gerir a vida dos homens e mulheres, controlando-os em suas ações, levando-os a desenvolver suas potencialidades, auxiliando-os no *cuidado de si e*, conseqüentemente, no *cuidado dos outros*.

Se, como foi afirmado acima, “o *poder* são jogos estratégicos”, então, “os *jogos de verdade* estão inevitavelmente relacionados às relações de *poder*”, conseqüentemente, “a *vontade de verdade*, na qual estão incluídos os *jogos de verdade*, desempenha o papel de suporte de instrumento para os efeitos das *relações de poder*” (OLIVEIRA, 2005, p. 50). Diante disso, podemos dizer que o exercício de *poder* baseado no *saber* linguístico, seja por meio da “verdade” da GN seja por meio da “verdade” da Linguística, não é em princípio bem ou mal, mas “uma força produtora” que está relacionada, de alguma forma, ao “cuidado de si” no trato da língua materna.

Ora, o *poder* não pode disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de *saber* que os objetiva e antecipa toda experiência de subjetivação. A articulação *saber/poder* será, portanto, dupla: *poder* de extrair dos indivíduos um *saber*, e de extrair um *saber* sobre esses indivíduos submetidos ao olhar e já controlados. Vai se tratar, por consequência, de analisar não somente a maneira pela qual os indivíduos se tornam sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual acaba-se por exigir que os sujeitos produzam um discurso sobre si mesmos a fim de fazer da própria vida, tornada objeto de múltiplos *saberes*, o campo de aplicação de um *biopoder* (REVEL, 2005).

Foucault nunca trata do *poder* como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de *relações de poder* que supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do *poder*. Ainda que Foucault pareça por vezes ter questionado a importância do tema do *poder* em seu trabalho (“Não é, portanto, o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral de minha pesquisa” (FOUCAULT, 1995, p. 231))²⁴, suas análises efetuam dois deslocamentos notáveis: se é verdade que não há *poder* que não seja exercido por uns sobre os outros – ‘os uns’ e ‘os outros’ não estando nunca fixados em um papel, mas sucessiva, e até simultaneamente, inseridos em cada um dos pólos da relação -, então uma *genealogia do poder* é indissociável de uma *história da subjetividade*; se o *poder* não existe senão em ato, então é à questão do ‘como’ que ele retorna para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto à emergência histórica de seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada. Revel faz a seguinte asserção:

Em nenhum caso, trata-se, por conseqüência, de descrever um princípio de poder primeiro e fundamental, mas num agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido não se reduz somente à dominação, pois não pertence a ninguém e varia ele mesmo na história. (REVEL, 2005, p. 67)

Para se fazer uma análise do *poder*, na perspectiva foucaultiana, exige-se que se fixe um certo número de pontos suscitados da leitura de sua obra quando trata da temática:

- 1) o sistema das diferenciações que permite agir sobre a ação dos outros, e que é, ao mesmo tempo, a condição de emergência e efeito de *relações de poder* (diferença jurídica de estatuto e de privilégios, diferença econômica na apropriação da riqueza, diferença de lugar no processo produtivo, diferença linguística ou cultural, diferença de saber-fazer ou competência...);
- 2) o objetivo dessa ação sobre a ação dos outros (manutenção de privilégios, acumulação de proveitos, exercício de uma função...);

²⁴ “Gostaria de dizer inicialmente qual foi o objetivo de meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi o de analisar os fenômenos do poder, nem de lançar as bases para uma tal análise. Procurei acima de tudo produzir uma história dos diferentes modo de produção de subjetivação do ser humano na nossa cultura; tratei, nessa ótica, dos três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. [...] Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que designarei de ‘práticas divergentes’. O sujeito é quer dividido no interior dele mesmo, quer dividido dos outros.este processo faz dele um objeto. [...] Enfim, tenho procurado estudar – é esse o meu trabalho em curso – a maneira como um ser humano se transforma em sujeito [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 231)

- 3) as modalidades instrumentais do poder (as armas, o discurso, as disparidades econômicas, os mecanismos de controle, os sistemas de vigilância...);
- 4) as formas de institucionalizações do poder (estruturas jurídicas, fenômenos de hábito, lugares específicos que possuem um regulamento e uma hierarquia próprios, sistemas complexos como aquele do Estado...);
- 5) o grau de racionalização, em função de alguns indicadores (eficácia dos instrumentos, certeza do resultado, custo econômico e político...).

Caracterizando as *relações de poder* como modos de ação complexos sobre a ação dos outros, Foucault inclui na sua descrição a liberdade, na medida em que o poder não se exerce senão sobre sujeitos – individuais ou coletivos – que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas podem acontecer. Não há *relação de poder* onde não há resistência. As determinações estão saturadas. A análise foucaultiana destrói, portanto, a ideia de um paradoxo/contradição entre o *poder* e a *liberdade*: é precisamente tornando-os indissociáveis que Foucault pode reconhecer no *poder* um papel não somente repressivo, mas produtivo (*efeitos de verdade*, de *subjetividade*, de lutas), e que ele pode, inversamente, enraizar os fenômenos de resistência no próprio interior do *poder* que eles buscam contestar, e não num improvável exterior. Revel chama a atenção para o fato de que:

A genealogia do poder desenhada por Foucault possui, ao mesmo tempo, constantes e variáveis. Se, a partir de Platão, todo o pensamento ocidental concebe que há uma antinomia entre saber e poder (‘onde saber e ciência se encontram na sua verdade pura, não pode aí existir mais poder político’), Foucault, na esteira de Nietzsche, vai, ao contrário, buscar dissolver esse mito e reconstruir a maneira pela qual, a cada época, o poder político tramou com o saber: a maneira pela qual, ele faz nascerem efeitos de verdade e, inversamente, a maneira pela qual os jogos de verdade fazem de uma prática ou de um discurso um lugar de poder. (REVEL, 2005, p. 68)

Foucault (2007b) distingue o ‘saber’ do ‘conhecimento’: enquanto o *conhecimento* corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende; por sua vez, o *saber* designa, ao contrário, o processo pelo qual o *sujeito* do *conhecimento*, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer. “Os saberes [...] delegam a autoridade do discurso verdadeiro, em função dos quais [...] somos julgados,

condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer” (OLIVEIRA, 2005, p. 49).

Possenti (2009) chama a atenção para o fato de que em Foucault o *saber* não é qualquer conhecimento acumulado, mas aquele advindo da ciência, contudo, o autor faz a seguinte ressalva:

No entanto, não é exatamente assim que se caracteriza um saber – isto é, como um estágio, uma fase – porque não é necessário que um saber, para ser um saber, venha posteriormente a transformar-se em uma ciência, galgando outro limiar [...]. Ou seja, nem todos os saberes se tornam ciências, segundo Foucault. Isso é claro. Mas também é claro que os discursos que não sejam produzidos de forma organizada à moda das ciências não são saberes, para Foucault. (POSSENTI, 2009, p. 170)

Aplicando essa observação à GN e à Linguística, em princípio, esta seria o resultado da “relação do saber com a ciência” e aquela baseada em “saberes construídos segundo outros procedimentos” (POSSENTI, 2009, p. 170), contudo, de acordo com a citação anterior, não deixam de ser *saberes*. Ou seja, os *saberes* contidos na GN/GT não podem ser menosprezados como não *saberes* por não advirem do discurso científico. Isso porque, diz Possenti (2009, p. 172): os “saberes são campos organizados, tão organizados que muitos até os caracterizam (de fato, os caracterizam) como científicos: bons exemplos são a psiquiatria, a economia, a antropologia, a *gramática* etc.”

Machado (2007) diz que:

Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber. A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem. *Não há saber neutro*. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque *todo saber tem sua gênese em relações de poder*. (p. XXI)

Com isso o autor acentua uma característica fundamental da obra de Foucault. A análise arqueológica conduzida por Foucault ocupa-se da organização do conhecimento numa época dada e em função de classes de objetos específicos; a análise genealógica que sucede a arqueológica tenta reconstituir a maneira pela qual o *saber* implica, ao mesmo tempo, uma relação com os objetos de conhecimento (a objetivação do sujeito) e com o si cognoscente (a

subjetivação do sujeito) (REVEL, 2005). O *saber* está essencialmente ligado à questão do *poder*, nesse sentido, pois, é que Oliveira (2005, p. 49) argumenta: “esses *discursos verdadeiros* trazem em si efeitos específicos de poder.”

Corroborando esse pensamento, Machado (2007, p. XXI) diz que “não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.” Segundo Foucault, essa relação é estabelecida na medida em que, a partir da idade clássica, por meio do discurso da racionalidade – isto é, a separação entre o científico e o não-científico, entre o racional e o não-racional, entre o normal e o anormal – vai-se efetuar uma ordenação geral do mundo, isto é, dos indivíduos, que passa, ao mesmo tempo, por uma forma de governo (Estado) e por procedimentos disciplinares. A disciplinarização do mundo por meio da produção de *saberes* locais corresponde à disciplinarização do próprio *poder*: na verdade, o poder disciplinar, para exercer-se mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um *saber*, ou melhor, *aparelhos de saber*, isto é, instrumentos efetivos de acumulação do *saber*, de técnicas de arquivamento, de conservação e de registro, de métodos de investigação e de pesquisa, de aparelhos de verificação etc.

Essa divisão histórica deu sem dúvida sua forma geral à nossa *vontade de saber*. Mas não cessou, contudo, de se deslocar: as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como conseqüências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a parição de novas formas na *vontade de verdade*. Há, sem dúvida, uma *vontade de verdade* no século XIX que não coincide nem pelas formas que põe em jogo, nem pelos domínios de objeto aos quais se dirige, nem pelas técnicas sobre as quais se apóia, com a *vontade de verdade* que caracteriza a cultura clássica. (FOUCAULT, 2005, p. 16)

A transformação dos procedimentos de saber acompanha as grandes mutações das sociedades ocidentais: é assim que Foucault é levado a identificar diferentes formas de *saber/poder* e a trabalhar sucessivamente sobre a medida, a inquirição e o exame. A forma do exame será central nas análises que Foucault consagra ao nascimento da governamentalidade e do controle social: ela implica um tipo de *poder* essencialmente administrativo que impõe ao *saber* a forma do *conhecimento*: um sujeito soberano tendo função de universalidade e um objeto de conhecimento que deve ser reconhecível por todos como já estando ali. Ora, o paradoxo encerra precisamente o fato de que não se trata, na verdade, de modificações do *saber* de um *sujeito do conhecimento* que seria afetado pelas transformações da

infraestrutura, mas de forma de *saber/poder* que, funcionando no nível da infraestrutura, dão lugar à relação do conhecimento histórico determinado que se fundou sobre o par sujeito/objeto (REVEL, 2005).

Ora, essa *vontade de verdade*, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um *suporte institucional*: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, *pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade*²⁵, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2005, p. 17)

Não é preciso lembrar que GN e Linguística de apoiam em um “suporte institucional”, portanto, seus *saberes* são institucionalizados, entretanto, como frisa o autor, o “modo como o *saber* é aplicado” na sociedade são diferenciados, pelo menos em princípio: a GN de modo prescritivo e a Linguística de modo descritivo.

Da mesma forma que *saber* e *poder* são indissociáveis, *saber* e *verdade* também mantêm essa estreita relação. Desde Descartes, a filosofia moderna tem sido sempre ligada ao problema do conhecimento, isto é, à questão da “verdade”, porém Foucault desloca esse lugar quando busca em Nietzsche o questionamento do que é a *verdade*, daí essa questão se transformou. Não é mais, portanto, perguntar qual é o caminho mais certo da “verdade”, mas, sim, perguntar qual foi o caminho fortuito da “verdade”. Trata-se, segundo Revel (2005), consequentemente, de:

1. reconstituir uma *verdade* produzida pela história e isenta de relações com o *poder*, identificando ao mesmo tempo as coerções múltiplas e os jogos, na medida em que cada sociedade possui seu próprio *regime de verdade*, isto é, os tipos de discurso que elas acolhem e fazem funcionar como verdadeiros;
2. os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos e a maneira como uns e outros são sancionados;
3. as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade;
4. o estatuto daqueles que têm o poder de dizer aquilo que funciona como verdadeiro.

²⁵ Grifos nosso

As análises de Foucault procuraram, em particular, trazer à luz as características de nosso próprio *regime de verdade*. Esse regime possui, efetivamente, várias especificidades:

1. a verdade está centrada no *discurso científico* e nas *instituições* que o produzem;
2. ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político;
3. ela é muito largamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação;
4. ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídia, escrita exército);
5. ela é lugar de um enfrentamento social e de um debate político violentos, sob a forma de lutas ideológicas.

O problema parece ser, conseqüentemente, para Foucault, o de interrogar os *jogos de verdade*, isto é, as relações por meio das quais o ser humano se constitui historicamente como experiência, que permitem ao homem pensar-se quando se identifica, por exemplo. “É por essa razão que o filósofo define seu trabalho, no final de sua vida e de maneira retrospectiva, como uma ‘história da verdade’” (REVEL, 2005, p. 86).

Foucault assim se expressa sobre o “verdadeiro” e o “falso”:

Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez como um *sistema de exclusão* (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 2005, p. 14)

O tema dos “jogos de verdade” é onipresente em Foucault a partir do momento em que a análise das condições de possibilidade da constituição dos objetos de conhecimento e a análise dos modos de subjetivação são dadas como indissociáveis. Na medida em que essa objetivação e essa subjetivação são dependentes uma da outra, a descrição de seu desenvolvimento mútuo e de seu laço recíproco é precisamente o que Foucault chama de “jogos de verdade”, isto é, não a descoberta do que é verdadeiro, mas das regras segundo as

quais aquilo que um sujeito diz a respeito de um certo objeto decorre da questão do verdadeiro e do falso. Às vezes, Foucault utiliza igualmente o termo ‘veridicção’ a fim de designar essa emergência de formas que permitem aos discursos, qualificados de verdadeiros em função de certos critérios, articularem-se com um certo domínio de coisas.

Segundo Foucault (2007b, p. 14), “por ‘verdade’ entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” o que existe, de fato, é a *vontade de verdade* que se imbrica nos *jogos de verdade*. Cada “verdade” procura ser a “verdade” em seu tempo, em seu momento histórico. Contudo, cada *verdade* está envolvida em *jogos de verdade* que se justificam pela *vontade de verdade* que está relacionada ao *saber/poder* que a respalda de acordo com a episteme do momento. Assim se posiciona Foucault sobre a *vontade de verdade* que classifica como um dos “três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso” (FOUCAULT, 2005, p. 19):

Enfim, creio que essa *vontade de verdade* assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2005, p. 18)

A concepção que Foucault (2006) tem de “verdade”, pois, é que não há “a verdade”, mas “jogos de verdade” que ele compreende como um conjunto de regras de produção de “verdade” e essas regras, por sua vez, estão sujeitas às intervenções histórico-sociais, portanto, mudando as epistemes do momento histórico, mudam-se as *verdades*. Em outras palavras, segundo Revel (2005, p. 87), “jogos de verdade” para Foucault “não [é] a descoberta do que é verdadeiro, mas das regras segundo as quais aquilo que um sujeito diz a respeito de um certo objeto decorre da questão do verdadeiro e do falso”, o que implica dizer que para o filósofo francês os *jogos de verdade* são “as relações por meio das quais o ser humano se constitui historicamente como experiência – que permitem o homem pensar-se [...]” (REVEL, 2005, p. 87). Oliveira, no entanto, faz a seguinte ressalva:

É preciso salientar que nem sempre os *jogos de verdade* mascaram “uma dada verdade” ou que essa “verdade” vá se transformar em algo não “verdadeiro”, em algo fora da realidade. Estamos apenas, a partir da concepção foucaultiana, procurando evidenciar a transitoriedade dos *jogos de verdade* e sua relação com o poder. (2005, p. 50)

Para Foucault, “a *verdade* está centrada no *discurso científico*²⁶ e nas *instituições* que o produzem” (REVEL, 2005, p. 86), pois, assim se refere o filósofo:

Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. (FOUCAULT, 2007b, p. 7)

Esses *efeitos de verdade* estão relacionados às condições de possibilidade da constituição dos objetos de conhecimento e dos modos de subjetivação, os quais são indissociáveis, isto é, os *jogos de verdade* estão relacionados à objetivação e à subjetivação, o que implica no papel fundamental do sujeito. Foucault (2007) afirma que a “verdade” está diretamente ligada ao *poder*, e que, portanto, *não há verdade fora do poder*. Segundo o autor,

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2007b, p. 12)

Nós temos a *vontade de verdade* da GN/GP, que tem a seu favor a tradição normativo-gramatical e a institucionalização sócio-política; e a *vontade de verdade* da GD e dos MDL baseada na “verdade” da Linguística, que tem a seu favor a chancela de ser ciência e, portanto, o respaldo de um *saber/poder*, ainda dentro da perspectiva foucaultiana, institucionalizado pela academia e pelo discurso da ciência (“a verdade está centrada no *discurso científico* e nas *instituições* que o produzem”). Nesses *jogos de verdade* é que se contrapõem os discursos da GN/GP e da Linguística, posto que as “verdades” da primeira são contestadas pela segunda em alguns de seus aspectos, seja na abordagem de conteúdos, seja na forma como trata esses conteúdos, seja na visão restrita de língua que a GN/GP passa, seja na forma como se ensina essa gramática, essa língua etc. como se evidencia na passagem abaixo, em que há uma *vontade de verdade* expressa pelo *sujeito-autor*, o qual se respalda em uma “insatisfação” generalizada daqueles que lidam com a língua em relação aos “defeitos da tradição gramatical”:

²⁶ Grifos nosso

(26) *A insatisfação com a qualidade das gramáticas vem de longe e atinge todos os grupos interessados: lingüistas teóricos, especialistas e professores de português, alunos e simples curiosos. Depois de décadas apontando os defeitos da tradição gramatical, cobra-se insistentemente dos pesquisadores a elaboração de gramáticas mais adequadas. (PERINI, **Prefácio**, p. 13, 2004)*

Depreende-se desse discurso que o sujeito propõe substituir a “verdade” vigente, já que ela não mais satisfaz os anseios de quem lida com a língua, por uma outra “verdade”, a qual ele se propõe pôr na ordem do dia (ou na ordem do discurso), com o respaldo do discurso da ciência que se baseia na pesquisa, e assim, está o pesquisador, como ele, propício a elaborar “gramáticas mais adequadas”. Se há este embate é porque “o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro [pois] o que está em jogo [é] o desejo de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 20), o que denuncia uma *relação de poder e poder é ação sobre ação*. Só há *relações de poder* se houver resistência e isso está caracterizado nos discursos da GN e da Linguística. Não há uma aceitação passiva de ambos os lados. O que podemos perceber é que

o discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (FOUCAULT, 2005, p. 20)

As palavras de Foucault apontam para um aspecto que nos vislumbra uma explicação plausível para esse embate, que envolve a relação *poder-saber/vontade de verdade*:

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade. (FOUCAULT, 2007b, p. 14)

Na perspectiva foucaultiana, como a “verdade” está centrada no discurso da ciência com o respaldo das instituições que o produzem, ele estabelece

[...] uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. (FOUCAULT, 2005, p. 16-17)

Para Foucault (2005), é como se para nós, “sujeito cognoscente”, a *vontade de verdade* e suas peripécias fossem mascaradas pela própria “verdade” em seu desenrolar necessário e a razão disso é, talvez, que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o *poder*, na *vontade de verdade*, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, é porque o que está em jogo é o desejo e o *poder*. Por isso o discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do *poder*, não pode reconhecer a *vontade de verdade* que o atravessa, consequentemente, a *vontade de verdade*, essa que nos é imposta há bastante tempo, é tal que a “verdade” que ela quer não pode deixar de mascarar-la. Diante disso, afirma o filósofo:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura [...]. (FOUCAULT, 2005, p. 20)

Ainda segundo Foucault (2005, p. 35), “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”. Nosso próximo passo é ver como os discursos vão se construindo e as “verdades” vão sendo estabelecidas na abordagem de conteúdos e no estabelecimento das regras, tanto das GN/GP como das GD/MDL, e que posição os *sujeitos-autores* ocupam na sociedade de discurso de acordo com o *saber/poder* que detêm e impõem de acordo com a *vontade* e os *jogos de verdade* que o momento histórico oferece e as ideologias favorecem.

2 NA ORDEM DO DISCURSO

Após apresentar e explanar sobre as principais categorias de análise no capítulo anterior, - *enunciado/discurso, função-sujeito/função-autor, saber/poder, jogos/vontade de verdade* -, trataremos neste capítulo das discussões em torno da língua, tomando a GN e a Linguística e os seus *sujeitos-autores* como pontos de reflexão. Discutiremos, assim, os lugares e as posições que a GN, a Linguística e os *sujeitos-autores* ocupam na “sociedade de discurso” e a implicação do discurso pedagógico no processo de ensino/aprendizagem da língua, que a nosso ver é quem promove a propagação do preconceito linguístico institucionalizado no espaço escolar subjacente ao ensino de língua e gramática.

No contraponto, discutiremos como o discurso da Linguística propõe tal abordagem com o seu *discurso de ciência* da linguagem, portanto, de “verdade” científica e institucional acadêmica. Ambos os discursos estão na ordem do discurso e a “ordem do discurso própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio de saberes, de estratégias e práticas” (REVEL, 2005, p. 37).

Para estar na ordem do discurso é preciso estar em acordo com os mecanismos normativos e reguladores do funcionamento desses discursos que a sociedade de discurso impõe. Esses mecanismos são discutidos por Foucault em *A Ordem do Discurso*, no qual o autor mostra que nem todo discurso pode ser proferido nessa sociedade, a não ser que ele passe pelo crivo dos mecanismos de controle e dos mecanismos institucionais e entre esses mecanismos está o *autor*.²⁷

Aqui defenderemos que a GN é um mecanismo de controle do uso da língua na sociedade. Queremos dizer que ela funciona de forma similar aos mecanismos de controle dos discursos na sociedade de discurso. Ela teria o papel de normatizar, regular e disciplinarizar esse uso, determinar o que seria permitido ou não no uso padrão dessa língua. Sob a ótica foucaultiana essa normatização não é nociva, pelo contrário, é até necessário para o bom andamento da sociedade.

Contudo, essa normatização que busca estabelecer uma norma padrão está eivada de um preconceito linguístico que discrimina as variedades linguísticas que não são padrão.

²⁷ Aqui nos restringimos ao autor porque é o que mais diretamente nos interessa para os fins deste trabalho.

Esse preconceito é absorvido por aqueles que fazem uso desse discurso como prática de ensino. E é aí que entra o discurso pedagógico sobre a língua: a institucionalização escolar do ensino da língua materna, com todas as implicações sócio-político-ideológicas que isso acarreta. É preciso dizer, porém, que o problema real não está na gramática tradicional (GT) em si, mas no uso que se faz dela, o que não nos impossibilita de mostrar o “preconceito linguístico-social” apresentado em suas páginas.

São questões como essas que discutiremos neste capítulo. Além disso, procuraremos mostrar que no discurso da Linguística, na verdade, há uma proposta de trocar uma “verdade” por outra, ou seja, a “verdade” da GN é apontada pelo discurso linguístico como não sendo satisfatória para o momento sócio-histórico atual e, em contrapartida, oferece uma outra “verdade” advinda da ciência, portanto, de caráter científico. A gramática resultante desse estudo científico e “neutro” sobre a língua seria a gramática descritiva (GD), assim definida por Travaglia (2003, p. 32):

é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias lingüísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos.

De acordo com a definição acima, não é papel da GD prescrever o uso dessa ou daquela forma linguística, tomada como padrão e de bom uso, em oposição a formas consideradas não-padrão. Porém, Franchi (2006) faz a seguinte advertência sobre essa suposta “neutralidade” e a cientificidade dessa gramática:

A gramática descritiva parece mais neutra, mais científica que a normativa. Mas as coisas não são necessariamente assim. O ponto de vista normativo pode introduzir-se, sorrateiramente, na gramática descritiva pelo menos de dois modos. (FRANCHI, 2006, p. 22)

Para ele, a gramática descritiva em algum momento vai se deixar *contaminar* pela normativa à medida que for se posicionando sobre as formas linguísticas que devem ou não devem ser consideradas gramaticais e aceitáveis na língua, assim como pode usar critérios sociais para essa inclusão, o que não a diferenciaria da normativa. O autor, sobre isso, diz ainda que

[...] embora a gramática descritiva não pressuponha necessariamente a manutenção dos mesmos preconceitos da gramática normativa, o que ocorre habitualmente na prática escolar é que ela os incorpora: a gramática descritiva se transforma em um instrumento para as prescrições da gramática normativa. (FRANCHI, 2006, p. 23)

O ponto destacado pelo autor faz com que o caráter de neutralidade caia, no mínimo, em desconfiança. Isso nos interessa e será discutido mais adiante, na medida em que discutirmos a posição e o lugar dos *sujeitos-autores* e a posição da GN e da Linguística na ordem do discurso.

2.1 Da Posição da Gramática Normativa na Ordem do Discurso e a Institucionalização do Discurso Pedagógico sobre a Língua

O ensino tradicional de língua materna se pautava numa proposta de ensino de regras e conceitos da gramática normativa tomada como ensino de português, pois, nesse sentido, essa gramática seria o espelho da boa linguagem e modelo a ser seguido. Contudo, hoje, não se pode negar a influência dos estudos da Linguística e da Linguística Aplicada, distribuídos em suas várias disciplinas, que refletem sobre o que é gramática, em que consiste o seu ensino, *como se ensina, o que se ensina, para que se ensina e a quem se ensina* essa disciplina. Além disso, esses estudos ampliaram a concepção de gramática de uma língua e puseram em xeque a concepção errônea e equivocada de um discurso que só considerava a gramática da variedade padrão. Dentro desta visão, da tradição normativo-gramatical, as variedades não-padrão são *erros* porque se desviariam da norma padrão, portanto, não obedeceriam às normas, às regras da *gramática*, pois nesse sentido, gramática e língua são tomados como sinônimos, como aponta Antunes (2008). Fazendo eco a esta fala de Antunes, afirma Bagno (2003, p. 20):

Essa concepção tradicional opera com uma sucessão de reduções: primeiro, reduz “língua” a “norma (cult)””; em seguida, reduz esta “norma culta” a “gramática”, gramática entendida como uma série de regras de funcionamento mecânico que devem ser seguidas à risca para dar um resultado perfeito e admissível. Essa concepção abstrata e reducionista de

língua>norma>gramática é tão antiga que já se tornou parte integrante das crenças e superstições que circulam na sociedade.

Dentro dessa visão é que se dá o ensino de língua. A escola e o professor de língua portuguesa, de fato ainda veem o ensino de GN como ensino de língua, assim, é pelo ensino de regras dessa gramática que se deve *substituir* a variedade do aluno pela variedade padrão, o que normalmente ocorre de maneira violentamente impositiva.

Todos sabem que existe um grande número de variedades lingüísticas, mas, ao mesmo tempo que se reconhece a variação lingüística como um fato, observa-se que a nossa sociedade tem uma longa tradição em considerar *a variação numa escala valorativa*, às vezes até moral, que leva a tachar os usos característicos da cada variedade como *certos* ou *errados*, *aceitáveis* ou *inaceitáveis*, *pitorescos*, *cômicos*²⁸ etc. (TRAVAGLIA, 2003, p. 41)

Essa “escala valorativa” apontada na citação ainda é o que a tradição normativo-tradicional propaga e se pratica na escola, principalmente, pelo professor de língua materna. Este esquece ou não tem conhecimento de que a língua é viva, dinâmica e heterogênea e de que quem faz a língua é o falante e não a GN, ou seja, o processo é inverso. O falante da língua, por diversos fatores, provoca naturalmente variações e mudanças constitutivas da língua. Isso é o que determina o caráter dinâmico e mutável da língua e contraria o privilégio dado à variedade padrão e, por conseguinte, à GN. Em face disso, afirma Hora (2004, p. 18):

A Teoria da Variação enfatiza a variabilidade e concebe a língua como instrumento de comunicação usado por falantes da comunidade, num sistema de associações comumente aceito entre formas arbitrárias e seus significados. Objetiva explicar o processo de mudança lingüística em função de diversos fatores, assim subdivididos: lingüísticos, variáveis internas da língua; e sociais, variáveis relacionadas ao falante como sexo, idade, grau de escolaridade, classe social, entre outras.

Porém é preciso ressaltar que a norma padrão precisa ser ensinada na escola. Essa é a função político-social dessa instituição em relação ao ensino da língua materna. O problema, repetimos, da mesma forma como fazem uso da GT, está em *como* esse ensino é feito. A norma padrão tem a sua utilidade e seu papel político-social, ela não existe por acaso, por isso não podemos colocá-la como *vilã* da história. O problema pode estar na concepção de gramática que ainda perdura entre os que fazem o ensino de língua e como ainda fazem uso da

²⁸ Grifos nosso

GN. Segundo Antunes (2008), trata-se de uma visão redutora sobre a língua e, conseqüentemente, sobre a GN. A autora, na passagem a seguir, expressa o seu descontentamento com aqueles que “assumem a tarefa pedagógica de orientar o ensino” e questiona o “suposto ensino” que ainda persiste:

Surpreende reconhecer quanto diferem os *olhares observadores dos que fazem da língua um objeto da ciência*, e os *olhares míticos dos que cristalizaram verdades irrefutáveis*, entre os quais, por vezes, se incluem até mesmo os *olhares daqueles que assumem a tarefa pedagógica de orientar o ensino*. Essa diferença de olhares se percebe, sobretudo, pelo ângulo da *redução*, da simplificação que os fatos lingüísticos sofrem na escola quando são submetidos às atividades de um *suposto ensino*²⁹. (ANTUNES, 2008, p. 21)

Podemos tomar da fala acima “os olhares observadores dos que fazem da língua um objeto da ciência” como equivalente de: aqueles que veem a língua com os olhares da Linguística; “olhares míticos dos que cristalizaram verdades irrefutáveis” e “olhares daqueles que assumem a tarefa pedagógica de orientar o ensino” como equivalente de: aqueles que veem a língua com os olhares da GN. São esses últimos que veem “pelo ângulo da redução” provavelmente porque ainda se mantêm presos a uma concepção de gramática como a que segue: “gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores” (FRANCHI, 2006, p. 16). Tal definição nada mais é do que o conceito de GN que se estabeleceu desde os gregos e é hodierno, valendo o princípio de que a boa linguagem é aquela usada pelos escritores. Esse sentido é corroborado pela definição seguinte:

[...] é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. A GN apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira. (TRAVAGLIA, 2003, p. 30)

Segundo Travaglia (2003), há basicamente três sentidos para o termo *gramática*, que ele assim os apresenta:

1. *gramática* é concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente.

²⁹ Grifos nosso

2. *gramática* como um conjunto de regras que o cientista encontra nos dados que analisa, à luz de determinada teoria e método, e são utilizadas pelos falantes na construção real de enunciado.
3. *gramática* como o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança ao falar, isto é, considera a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa em que o usuário da língua está engajado.

Dadas as três concepções, pela forma como se tem ensinado tradicionalmente a GN, certamente, não temos nenhuma dúvida de que ela se encaixa na primeira concepção. Na segunda concepção se encaixa a gramática descritiva. E na terceira, a gramática internalizada ou competência linguística internalizada do falante. Travaglia (2003, p. 30) assim define gramática normativa: “é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial.” Dado o conceito, o autor faz algumas considerações sobre esse tipo de gramática e diz que ela, em geral, se baseia em “fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita” (*idem*).

Como ela se vale apenas da modalidade escrita para exemplificar e dizer o que é certo e o que é errado na língua, a modalidade oral não é levada em conta, talvez motivada pelo equívoco apontado na citação anterior. Com isso, queremos atentar para o fato de que a modalidade escrita é uma tentativa de representação gráfica e que a escrita dos “bons escritores” é de caráter literário e, portanto, o estilo e o uso nem sempre condizem com o uso real, cotidiano, na tentativa de se buscar o efeito de sentido ou a estrutura sintática que fuja ao comum. Assim ela se caracteriza como

uma gramática predominantemente *prescritiva*, preocupada apenas com marcar o “certo” e o “errado”, dicotomicamente extremados, como se falar e escrever corretamente, não importando o que se diz, como se diz, quando se diz, e se tem algo a dizer. Por essa gramática, professores e alunos só vêm a língua pelo prisma da correção [...] uma gramática que não tem como apoio o uso da língua em textos reais, isto é, em manifestações textuais da comunicação funcional e que não chega, por isso, a ser o estudo dos usos comunicativamente relevantes da língua. (ANTUNES, 2004, p. 33)

É preciso levar em conta que outros tipos de gramática existem, além da normativa, e podem ser trabalhadas de maneira combinada, como veremos a seguir. Dentro da proposta da Sociolinguística, a gramática descritiva seria a mais coerente, pois ela se preocupa

em descrever as variedades e nuances que a língua apresenta sem, no entanto, nomear o que é certo ou errado e sim mostrar que tais variedades existem e convivem numa mesma comunidade linguística com o mesmo propósito e finalidade comunicativos. Com certeza, o conceito de gramática a seguir, definido por Franchi (2006, p. 22), vai de encontro ao conceito tradicional acima citado:

Gramática é um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.

Travaglia (2003) lista e define onze tipos de gramática, o que quebra a visão restrita e limitada de que ao se referir à gramática, necessariamente não se está referindo à normativa. Faz-se necessário que o profissional de língua materna tenha em mente esse referencial teórico e faça uso, como proposto acima, combinado destes tipos, a seguir listados. Travaglia faz a seguinte listagem: *Normativa, Descritiva, Internalizada, Implícita, Explícita ou Teórica, Reflexiva, Contrastiva ou Transferencial, Geral, Universal, Histórica, Comparada*.

Ter conhecimento de que ao se falar em *gramática* tem que se pensar em que tipo se está falando, já é uma mudança significativa dentro do processo, o que não implica dizer que o ensino de GN seja abolido. Pelo contrário, tudo isso é para que se pense a *quem*, o *quê*, *como*, *para que* e *porque* se ensina a GN e que não se deve ensiná-la isoladamente sem a confluência dos outros tipos. E que o professor saiba *quando* e *como* utilizá-las em favor de um ensino proficiente e útil, de acordo com a situação e a proposta de ensino. As gramáticas descritiva e reflexiva, por exemplo, podem ser trabalhadas em conjunto com a GN.

É papel da GN promover a unidade linguística do país dentro da diversidade por meio do estabelecimento de uma variedade padrão que atenda ao que se pode chamar de língua nacional. Daí se justifique o porquê de uma proposta de mudança na postura da GN ser tão difícil e causar tanta resistência sócio-político-ideológica, pois isso envolveria não apenas o linguístico, mas também mexeria com “verdades” historicamente estabelecidas secularmente sobre a língua materna.

Contudo, diante do que foi discutido até aqui, é preciso dizer que a língua não pode, primeiro, ser reduzida a sinônimo de gramática normativa; segundo, as variedades linguísticas não podem ser simplesmente ignoradas; terceiro, que a variedade padrão é só mais uma entre as variedades, mas que foi elevada à variedade de prestígio por questões

óbvias que não envolvem critérios linguísticos; por último, que o discurso equivocadamente da GN, limitado à dicotomia do certo e do errado – e por isso falho, lacunoso – é resultado de um preconceito linguístico que por sua vez é resultado de um preconceito social.

As distinções entre as classes sociais também estão presentes na língua. Há duas línguas distintas: uma da classe dominante, correta, perfeita, virtuosa, modelo a ser seguido; a outra, da classe dominada, errada, imperfeita, viciosa, que deve ser consertada, corrigida, pois fere os brios da pureza da língua pátria. E para isso é preciso corrigir todos os erros para atingir as formas corretas da língua para ser bem aceito pela sociedade de discurso que dita o que é certo e o que é errado. Esse é o discurso ideológico da GN que é reproduzido no ensino de língua materna. Na verdade, um discurso de imposição ideológica que tem na língua a ferramenta ideal, posto que é ela quem propaga tal discurso.

O discurso da GN, atendendo ao discurso ideológico que a perpassa, nega a existência/presença da variação linguística, cujo argumento, segundo Travaglia (2003, p. 25), é elitista ou aristocrático, em que se contrapõem “o uso que é feito pela classe de prestígio ao uso das classes ditas populares.” Esse discurso ideológico que a norteia é o discurso do *saber/poder* intelectual, ou antes, representa o discurso da classe dominante política, social e economicamente que é representada por esse *saber/poder* em relação à língua. Diante disso, esse discurso tem o *poder* de dizer que a Língua Portuguesa se resume a uma única variedade, ou seja, a um único modo de dizer, que é a variedade padrão³⁰.

O discurso da GN é de negação de que haja outras possibilidades de uso da língua que não seja a dita norma padrão. Tudo que fugir a essa norma padrão é considerado erro, desvio da verdadeira e correta língua. Aqui entra o argumento político que, conforme Travaglia (2003), se prende a critérios de purismo e vernaculidade, por isso, a pretensão de excluir tudo que não esteja dentro do já estabelecido. Sempre pautado no *certo* ou no *errado*, o discurso da GN não admite o diferente. O diferente, mesmo que seja uma variante do vernáculo, é “errado” e ameaça o purismo vernacular da Língua Portuguesa. Essa “verdade” é aceita por quase todos os falantes da língua.

Em vista disso, dentro dessa concepção,

[...] a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a **correta** utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira.

³⁰ Usaremos o termo “padrão” por questões ideológicas a que este trabalho está submetido, embora sejam usados indistintamente pelas gramáticas como sinônimos os termos culta/padrão.

A gramática normativa é mais uma espécie de lei que regula o uso da língua em uma sociedade. (TRAVAGLIA, 2003, p. 30)

Negando o diferente, nega a existência de outras variedades linguísticas que são pertinentes a toda e qualquer língua no mundo. Toda língua varia porque é dinâmica e por conta dessa dinamicidade é que ela está sujeita a sofrer mudanças, assim, variedade e mudança³¹ estão intrinsecamente ligadas, como afirma Camacho (2004), mas a GN discursa como se esses dois aspectos não existissem.

Calcada num discurso simplista, na dicotomia restritiva do certo e do errado, a GN nega a historicidade da língua e do sujeito falante desta língua, num flagrante ato de desrespeito ao processo histórico de formação da língua, contudo, bastante coerente com a ideologia que norteia o seu discurso, o discurso da classe dominante.

Assim como a sociedade é dividida em classes sociais, formada por uma estratificação que a classifica em alta, média e baixa, a língua segue essa mesma divisão de classes. A GN também diz que há uma divisão assim classificada por nível: culto, coloquial e popular. A ordem apontada na divisão de classes parece “coincidir” com a divisão dos níveis de linguagem. De fato, o nível de maior prestígio, dito culto ou padrão, é aquele que se atribui à fala da classe de maior prestígio econômico-social. “A gramática normativa aparece quando os fatos da variedade culta da língua são transformados em regras, em leis de uso [...], considerando como ‘erro’ as outras possibilidades existentes nas demais variedades da língua” (TRAVAGLIA, 2003, p. 31).

O referido discurso é uníssono em dizer que há uma verdadeira e correta língua e qualquer outra forma diferente dela é errada e, portanto, deve ser corrigida. A fala do usuário que estiver vazada por outra(s) variedade(s) não padrão, o discurso gramatical não a(s) reconhece como legítima(s), posto que se estabelece uma relação nível de linguagem/classe social, num flagrante ato de preconceito linguístico-social expresso explicitamente nas falas de alguns *autores-gramáticos*. Mesmo quando não é explícito, está velado em seu discurso. Nesse discurso, perpassa uma “verdade”, dentro dos *jogos de verdade*, que faz o usuário acreditar que a sua fala, de fato, tem erros a serem corrigidos, que infringem as normas gramaticais, e, portanto, da sociedade, e não atende aos propósitos desta sociedade em que ele

³¹ Sobre esse assunto ver os capítulos 1 (parte I e parte II) e 2 do Vol. 1 da coletânea *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, organizada por Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes; os capítulos 2 e 3 em *Lingüística histórica*, de Carlos Alberto Faraco; os capítulos *A variação lingüística*, de Ronald Beline, e *A mudança lingüística*, de Paulo Chagas, na coletânea *Introdução à lingüística: I. objetos teóricos*, organizado por José Luiz Fiorin; e o clássico *Fundamentos empíricos par uma teoria da mudança lingüística*, de Weinreich, Labov, Herzog.

vive. O “saber” que ele detém não corresponde ao “saber” instituído e legitimado na ordem do discurso, logo não corresponde à “verdade” instituída e legitimada que lhe garantiria um “poder” de discurso.

Creemos que o que está em jogo aqui seja o controle do Estado de poder sobre o discurso das classes minoritárias (um controle político), na medida em que ao taxá-lo de errado, haja vista a estigmatização da variedade que usa, por meio da GN, desautoriza-o social e politicamente. Ou seja, o seu discurso é negado porque a variedade que usa é errada, portanto não pode ser aceito pela/na sociedade. Diante disso, é oportuno citar Foucault (2005) quando ele diz que existem procedimentos que permitem o controle dos discursos nas sociedades. Segundo o autor, não se trata apenas de dominar os poderes que os discursos têm, nem, tampouco, de conjurar os casos de sua aparição, mas trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a ele.

Entre as “verdades” correntes em torno da língua materna que justificam o ensino/aprendizagem de uma *norma padrão*, está a de que é por meio do domínio dessa norma que se tem acesso aos bens sócio-político-culturais. O que não deixa de ser uma “verdade”, porém fazemos uma ressalva: esse discurso já é em si uma forma de “determinar as condições de [...] funcionamento, de impor aos indivíduos [falantes] [...] certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a ele.” Em outras palavras, só tem acesso ao discurso autorizado, em se tratando de língua, aquele que domine a norma “cultura” e isso lhe possibilitaria – está implícito a essa “verdade” - a ascensão social e política, ou seja, teria voz e vez na sociedade. Segundo Bagno (2004), entre os vários mitos que existem em torno do ensino/aprendizagem da norma “cultura”, há o mito de que “o domínio da norma culta é um instrumento da ascensão social”, assim caracterizado pelo autor:

É muito comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é “instrumento de ascensão social”. Seria então o caso de “dar uma língua” àqueles que eu chamei de “sem-língua”? (BAGNO, 2004, p. 69)

[...] o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. (*idem*, p. 71)

[...] o que está em jogo não é a simples “transformação” de um indivíduo, que vai deixar de ser um “sem-língua padrão” para tornar-se um falante da variedade culta. (*idem, ibidem*)

Em resumo, o acesso ao discurso autorizado na sociedade de discurso seria garantido com o domínio da norma padrão (das regras da GN).

A imposição de uma variedade padrão sobre as demais nega a legitimidade linguística das variedades não padrão. Esse *poder* de impor uma variedade e negar a legitimidade das demais variedades linguísticas não-padrão é dado por um “poder” de “controle dos discursos” (FOUCAULT, 2005) que é outorgado aos *autores-gramáticos*. “A língua dos gramáticos [autores] é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade” (GNERRE, 1998, p. 15) e é justamente esta figura, o SAG, que exerce uma função nesta sociedade, a de “legislador da língua”, dotado de um certo *saber/poder*, que será um dos focos principais de nossa pesquisa. O SAG tem uma *vontade de verdade* sobre a língua que pretende seja legitimada pelo discurso oficial do Poder³².

Como todo texto se organiza e produz sentidos como um objeto de significação, e também se constroi na relação com os demais objetos culturais, porque está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico, ele é determinado por uma FI específica que por sua vez determina a FD. O texto se caracteriza como um objeto de comunicação (mas não só), o que implica dizer que é definido por uma organização linguístico-discursiva e pelas determinações sócio-históricas (BARROS, 2004), além de ser o vestígio da materialidade histórica da linguagem, o discurso. O discurso, assim determinado, se encaixa em um determinado tipo.

Orlandi (2003a) diz que o discurso pode ser de três tipos. Entre eles se pode distinguir o lúdico, o polêmico e o autoritário. O discurso do tipo autoritário é assim esclarecido pela autora:

No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz ‘isso é uma ordem’, em que o sujeito passa a instrumento de comandado). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem. (ORLANDI, 2003a, p. 15)

A esse tipo de discurso está filiado o discurso pedagógico, segundo a autora, que ela diz ter uma circularidade. O discurso pedagógico atravessa o discurso da GP, logo, o discurso desta se caracteriza por ser um discurso autoritário. E esse autoritarismo é disfarçado

³² O sentido aqui empregado é o de Poder enquanto posição de comando mesmo, do ponto de vista político-econômico, daí grafarmos com maiúscula.

sob a rubrica da informação que se quer neutra e, portanto, adquirir um aspecto de cientificidade (ORLANDI, 2003a) como o discurso da Linguística.

Estamos pensando aqui na prática escolar. A GN como instrumento de ensino-aprendizagem da língua materna e na relação professor/alunos. Em geral a GN é o material de que dispõe o professor para o ensino de língua materna (ensino de regras, muitas vezes sem qualquer tipo de reflexão sobre o que está lá, afinal são “verdades” que ela contém), e o ideológico do SAG (não somente da GN como dos livros didáticos que reproduzem e propagam as “verdades” da GN) é absorvido pelo professor que por sua vez repassa aos alunos um discurso de autoridade, por isso “verdades” que não caberiam àquele e a estes últimos qualquer tipo de contestação, posto que não estariam autorizados por uma instituição a contestar um *autor-gramático*. As palavras de Foucault (2005, p. 43) dão uma imagem do que isso quer dizer:

Enfim, em escala muito mais ampla, é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. *Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.*

O discurso pedagógico que atravessa o discurso normativo-gramatical deveria cumprir o papel de facilitar o “acesso a qualquer tipo de discurso”, porém, da forma como se dá, ainda hoje, o ensino/aprendizagem de língua, ele só corrobora o ensino tradicional, apesar dos estudos e pesquisas da Sociolinguística a partir de Labov provocarem um forte impacto no ensino de línguas. O preconceito linguístico, que invariavelmente acompanha este ensino, foi posto em evidência quando se provou que a heterogeneidade é própria de toda e qualquer língua, portanto, ao lado da norma padrão estão presentes outras variedades linguísticas que são perfeitamente tão válidas quanto aquela. Os estudos de Labov apontaram outras possibilidades de abordagem da língua calcadas numa metodologia científica própria e não apenas baseadas em julgo de valor, mas com critérios científicos.

Soares (1997) fazendo uma abordagem do fracasso escolar em ensino de língua materna à luz da teoria laboviana, contesta a forma de ensino corrente, cuja abordagem se dá apenas com ênfase na variedade padrão em *detrimento* das outras variedades o que para a

autora incorre em um equívoco que dificulta a aprendizagem dos alunos que não detêm aquela variedade. Assim ela propõe o bidialetismo no ensino: o ensino da variedade padrão concomitante com a variedade do aluno. Afinal, língua e variação são inseparáveis, por isso a *Sociolinguística* - uma ciência por onde perpassa o *poder do saber* - encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico, como enfatiza Alkmin (2004), e a escola precisa encarar este fato e saber trabalhá-lo. E esse aspecto está bem posto na exposição que Monteiro (2002) faz da teoria de Labov: a necessidade de ver, encarar a língua como um objeto constituído de variação.

O que subjaz a essa FD, que é fruto de uma FI que vem intrínseco ao discurso de um poder que diz que somente os letrados é quem possuem o domínio da língua correta, isto é: o poder do discurso não é para todos. E aqueles que não têm acesso a esse letramento, não têm domínio da língua e, por isso, falam errado. E nisso acredita-se de forma alienada e acrítica, inclusive por aqueles “olhares míticos dos que cristalizaram verdades irrefutáveis” e pelos “olhares daqueles que assumem a tarefa pedagógica de orientar o ensino”, ou seja, os que trabalham com o ensino de língua e têm na GN sua “bíblia” e se tornam, fatalmente, porta-vozes desse discurso excludente.

Fazendo uma análise do fracasso escolar quanto ao ensino da língua materna na escola, Soares (1997) diz que tanto o discurso oficial quanto o pedagógico atribuem única e exclusivamente tal fracasso ao aluno. Discurso absorvido e reproduzido também pelo professor, que prefere acreditar na deficiência linguística dos alunos das camadas populares porque vivem em um ambiente “cultural pobre”, isto é, são deficientes culturalmente. O que estaria corroborando a teoria da deficiência cultural de Bernstein (já rejeitada em suas origens como equivocada). Assim, afirma a autora:

A teoria da deficiência cultural afirma que as crianças das camadas populares chegam à escola com uma linguagem deficiente, que as impede de obter sucesso nas atividades e aprendizagem: seu *vocabulário é pobre* – não sabem os nomes de objetos comuns; usam frases incompletas, curtas, monossílabas; cometem “erros” de concordância, de regência, de pronúncia; comunicam-se muito mais através de recursos não-verbais que de recursos verbais. Em síntese: são crianças “deficitárias” linguisticamente. (SOARES, 1997; p. 20)

Os critérios para se estabelecer o que é certo e o que é errado na língua não são de caráter científico. Pelo contrário, são meramente social, ou melhor, são estabelecidos pelo preconceito linguístico-social que a sociedade impôs sobre as classes menos favorecidas. A

linguagem desses falantes é errada porque eles não têm “cultura”, e se não têm “cultura” é porque não estudaram; e se não estudaram é porque não quiseram, afinal tiveram as mesmas chances e oportunidades de acesso à língua culta/padrão. Em vista disso, acredita-se que as condições sociais sejam também condições da inferioridade ou superioridade linguística. A inferioridade linguística dos falantes das classes menos favorecidas fica comprovada quando eles se mostram incapazes para adquirir a língua “correta”, a norma padrão, ou seja, se não se aprende falar e escrever corretamente a língua é porque são realmente inferiores não só socialmente quanto linguisticamente.

Se isso é aceito tacitamente pelas “vítimas” desse processo é porque, diz Britto (2004b, p. 137), “[...] a ideologia é mais determinante, é mais violenta, é mais brutal, é mais eficiente, exatamente no lugar e momento em que não é percebida, porque é exatamente nesta situação que não é possível nenhum discurso contra-ideológico.” Se não há um discurso contra-ideológico por parte desses falantes, é porque não lhes é possível perceber que existe um preconceito linguístico-social, ideologicamente marcado, nesse discurso. Britto (2004b, p. 145-6) diz que há uma

[...] relação entre ideologia e forma linguística, que se manifesta tanto no modo como a gente fala como no que uns falam do modo que os outros falam. A idéia básica que predomina nas sociedades de escrita, como é o caso da sociedade ocidental, é que existe uma forma correta de falar – a norma culta ou língua formal ou ainda língua padrão, entre outros nomes – e que conhecer e saber usar essa forma é importante para poder participar ativamente da sociedade.

Esse texto dialoga com o texto de Bagno anteriormente citado, do “mito da ascensão social” por meio do domínio da norma culta/padrão, que Britto reafirma ao dizer “que conhecer e saber usar essa forma [a língua formal, outra denominação] é importante para poder participar ativamente da sociedade”, ou seja, outra forma de dizer: “para ter acesso aos bens culturais (em sentido lato) da sociedade, é preciso dominar a norma padrão ou qualquer outra denominação dada)”. Ter o domínio da variedade culta é deter um certo poder que a sociedade respeitará e, até certo ponto, reverenciará. Consequentemente, a possibilidade de ascensão social, para quem é da classe social inferior, é iminente. Pelo menos é isso que nos passa o discurso da ideologia do domínio normativo-gramatical.

No entanto, o discurso ideológico produzido pela escola é o de negar ao aluno que não domina a norma padrão o direito de saber que a variedade de que faz uso não é pior nem melhor do que aquela que é considerada culta ou padrão. Que a variedade que ele utiliza é

considerada “errada”, porque ele pertence à classe social menos favorecida e que há uma relação direta, estabelecida pela sociedade, entre classe social e variedade linguística. Esse discurso ideológico, tomado aqui “no sentido de expressão de um pensamento hegemônico, como algo que destrói formas de impor uma representação da realidade, vê-la ou de fazê-la, por vieses particulares” (BRITTO, 2004b, p. 136), passa despercebido porque “a língua é um dos lugares em que a ideologia é mascarada, é despercebida e, portanto, é violenta” (*idem*). Britto (2004b) diz ainda que a relação língua e ideologia pode ser encarada em dois planos: o da forma e o do sentido. Segundo o autor, o plano do sentido é o mais aparente porque é o mais fácil de ser percebido e o plano da forma menos visível porque é um fenômeno mais abstrato. Bagno (2003), fazendo referência a Faraco, para quem é preciso travar uma guerra ideológica contra o normativismo, diz que o normativismo há muito deixou de ser uma regulação da língua para se tornar um instrumento de opressão ideológica, de perseguição e discriminação e preconceito social, em relação às classes menos favorecidas.

A opressão político-social traz em seu bojo a opressão linguística. É justamente a linguagem, ou melhor, as variantes linguísticas das classes menos favorecidas política e economicamente é que são consideradas erradas. É taxada de desvios da verdadeira e correta linguagem que deve ser usada em toda e qualquer situação de uso (como quem os gramáticos tradicionais ou pelo menos é essa ideia que passam), quando, na verdade, sabe-se que não é possível ou tão pouco viável fazer uso em toda e qualquer situação da linguagem formal. Falta ao discurso da GN o termo “adequação situacional” de uso da linguagem, cuja pertinência é defendida pela Sociolinguística e analisada pela Pragmática para que o ato de fala surta o efeito desejado pelo locutor.

Um gramático normativista conservador como Bechara (1995)³³, num ato paradoxal, defende que a função do professor de língua portuguesa [e por extensão função de toda escola] é de fornecer todos os subsídios necessários para que os alunos se tornem “políglotas” de sua própria língua. Ou seja, é preciso que a escola possibilite a todos os alunos as condições necessárias, calcadas numa visão muito mais ampla de ensino da língua materna do que aquela, que ainda insistem em propagar, meramente *gramaticeira*, para que eles aprendam e apreendam que dentro de toda e qualquer língua não existe apenas e exclusivamente uma única e correta forma, mas que existem outras variedades linguísticas. Elas são diferentes e não piores ou erradas e que todas são língua portuguesa, portanto, ter o

³³ Trata-se do livro Bechara, E. **Ensino de Gramática. Opressão? Liberdade?**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1995, no qual o *sujeito-autor-gramático* se mostra um *sujeito-autor-lingüista* à medida que defende um ensino plural de língua, sem qualquer tipo de preconceito. Contudo, no papel de gramático sua postura é outra, de gramático conservador da tradição normativo-gramatical. Exemplo da *dispersão do sujeito*.

domínio sobre elas, e não somente da variedade padrão, é que faz deles um usuário competente da língua. Isso porque são as circunstâncias/condições que irão determinar que variedade se adequa a uma ou outra situação de uso. Dessa forma, pode se considerar incompetente tanto o usuário das variedades “erradas” quanto o usuário da variedade padrão quando este não observar o contexto em que se encontra.

Um usuário culto que faz uso da variedade padrão em toda e qualquer situação, sem levar em conta o contexto e o seu interlocutor, é tão incompetente quanto um usuário não culto que faz uso de uma variedade não-padrão. Em ambas as situações ocorre um erro, que chamamos contextual, porque não foi levado em conta nem o contexto situacional nem o interlocutor. Assim, quando Bechara (1995) diz que o falante deve ser um ‘poliglota em sua própria língua’, quer dizer que ao dominar as variedades linguísticas de sua língua ele deverá saber *onde* e *quando* usar uma variedade ou outra. Isto é, saber adequar a variedade à situação, ao contexto e ao interlocutor. E isso é o que faz de um falante ser competente ou não no uso de sua própria língua, a materna.

Contudo, contrário a esse fato, ainda predominam o pensamento, os métodos e as metodologias tradicionais: o ensino de língua materna restrito tão somente ao ensino de regras da gramática normativa. Com isso passa-se a “verdade”, posto que o discurso advém de uma fonte e de uma autoridade, de que se deve falar e escrever de acordo com o que prescreve a gramática normativa, como se isso fosse, de fato, possível.

Pode-se argumentar que a *norma culta*, do jeito que é preconizada nas gramáticas, é apenas uma **idealização**³⁴, que funciona como uma espécie de lei, determinando usos orais e escritos e servindo de referência para a correção das formas linguísticas. De fato, não é falada por quase ninguém, e mesmo as pessoas instruídas e de boa condição social erram com relação à gramática. (BRITTO, 2004b, p. 147)

Se a norma culta é uma “idealização”, conclui-se que ela não corresponde ao real da língua, portanto, perde-se a sua historicidade. Contudo, Britto (2004b) não deixa de reconhecer a importância social e política desse instrumento de normatização linguística: “sua utilidade estaria em estabelecer um padrão que garantisse a unidade linguística nacional e os usos formais, públicos da língua” (p. 147).

Da mesma forma que a classe dominante não respeita política, social e economicamente as classes menos favorecidas, ela também não respeita linguisticamente.

³⁴ O grifo em negrito é nosso; em itálico do original.

Prova disso é que via discurso pedagógico-escolar se ensina uma língua pura e correta e que todos devem segui-la, mesmo que ela não exista de fato, quando impõe uma gramática normativa que se prende à tradição normativo-gramatical e a formas linguísticas que não condizem com o real da língua, com isso nega a realidade linguística da maioria dos falantes que não domina esse ideal de língua.

Em resumo, a GN ocupa uma posição na ordem do discurso da tradição normativo-prescritivo que serve a um propósito sócio-político-ideológico: demarcar a fronteira entre o certo e o errado na língua ao estabelecer o que pertence e o que não pertence à norma padrão; estabelecer uma unidade linguística nacional. Como consequência, demarca também a fronteira entre as classes sociais por meio dos níveis da fala, como se com isso quisesse, de fato, fazer uma distinção nítida e contundente de que o nível social seria marca indelével da distinção linguística, ou vice-versa, o nível de fala estaria condicionado ao nível social. Se o falante pertence à classe social favorecida, é claro que ele detém o nível de linguagem de maior prestígio. Caso ele pertença à classe menos favorecida, está fatalmente condenado a falar errado. Em outras palavras, a sua fala está diretamente relacionada com a sua condição de vida, na perspectiva dessa gramática.

Em um ato decididamente preconceituoso, associa-se condição de vida e linguagem. O erro, obviamente, está para os níveis de linguagem menos prestigiados que são aqueles de uso dos falantes das classes sociais menos favorecidas. Já o certo, está para o nível de linguagem de maior prestígio, aquele que foi eleito à condição de padrão, culto, pois é o de uso da classe social mais favorecida – pelo menos é esse o discurso às vezes dito abertamente.

Que a língua é dinâmica isso é inegável, contudo, para a GN esse parece ser um fato desconhecido. O tratamento que ela dá em relação à língua é a visão de uma língua estática que nega a sua dinamicidade. De fato, a abordagem daquela chega a apagar que a língua tem sua história. Que a Língua Portuguesa veio de uma outra língua, o Latim, e que para estar no estágio atual ela passou por todo um processo de mudanças e variações linguísticas. Dá a entender que uma de suas virtudes é ter sido sempre assim. Que todos aqueles que falam corretamente sempre falaram tal qual prescreve a GN. Que todos aqueles que fazem uso de tal variedade são os verdadeiros defensores da boa língua, livrando-a assim dos *vícios* que a depuram.

Ora, se tudo isso ocorre é porque há *condições e práticas discursivas* que favorecem a manutenção da tradição normativo-gramatical e do seu ensino. Isso é o que investigaremos no próximo tópico, ao abordar sobre a posição que os *sujeitos-autores* ocupam

na ordem do discurso e como se dá a manutenção do *saber/poder* sobre a língua na esteira da tradição e dos estudos da ciência da linguagem.

Enfim, passemos a analisar como o ciclo vicioso do preconceito linguístico é quem elege o que é certo e o que é errado dentro da língua materna. Para determinar e estabelecer o que é certo ou errado na língua (negando que a *priori* não existe erro de língua) há a figura do *autor-gramático*.

2.2 Da Posição dos Sujeitos-Autores na Ordem do Discurso ou da Manutenção do Saber/Poder sobre a Língua

A *função-autor* na sociedade de discurso é aquela a quem se autoriza, se outorga o direito a um discurso, a uma autoria e essa autoria lhe confere autoridade reconhecida dentro dessa sociedade. Esse *sujeito-autor* está inserido em uma FS (maior instância) e em uma FI (instância menor) que o assujeitam a uma FD. Além disso, a marca da autoria lhe confere dizer uma “verdade” que dentro desta sociedade é aceita. Assim são os *autores-gramáticos*. Eles legislam em relação à língua, dizendo o que é *certo* e o que é *errado* dentro da língua, em nome de uma putativa unidade linguística que atenderia uma unidade político-linguística do país. Para isso, deve-se traçar uma língua padrão (a língua nacional) que sirva a essa unidade e essa tarefa compete ao gramático. Assim, passemos a analisar que posição a GN e os *sujeitos-autores* ocupam na ordem do discurso.

A posição do SAG na ordem do discurso, como aquele que está autorizado a “legislar” em matéria de língua materna, é institucionalmente reconhecida. Mas esse poder de “legislar” está assujeitado à FI em que este discurso está inserido: o gramático é aquele que diz o que é certo e o que é errado na língua, seguindo uma tradição normativo-gramatical. O seu discurso beira a imposição de usos que não condizem com a realidade linguística dos usuários, em certos casos, e demonstra uma intolerância às formas variantes da língua ao negar formas e usos correntes na língua, imputando-lhes o rótulo de *erro*. Assujeitado ideológico-politicamente à FS a que pertence, o SAG exerce a função de “legislador” da língua materna cujo objetivo é manter o *status quo* que se estabeleceu na língua materna, que alcançou o *status* de língua nacional, e deve ser mantida a distinção entre a variedade eleita

padrão e as “outras”. Diferenças linguísticas de implicação social, isto é, diferenças sociais que ideologicamente se revelam também na língua. Por trás do discurso de uniformização da língua, que seria *a priori* o papel da GN, para se buscar a unidade político-linguística do país, subjaz um discurso ideológico preconceituoso de negação das variedades linguísticas não-padrão. Assim, imbuído de uma “verdade”, o SAG respaldado ideológica e politicamente, faz da língua um espaço de preconceito linguístico-social concretizado no discurso da GN.

Como foi visto, o *sujeito-autor* constitui um dos princípios de rarefação dos discursos, sendo assim, o SAG na ordem do discurso é aquele que supostamente detém a “verdade”, melhor dizendo, na terminologia foucaultiana, a *vontade de verdade*, posto que não há “verdade” absoluta nesta perspectiva, e o *saber* da/sobre a língua, constituído pelo *saber/poder* de que trata Foucault, e, portanto, é aquele que pode e está autorizado, pela sociedade de discurso que o outorgou, a legislar sobre o vernáculo. Ele deteria o *saber/poder* em matéria de língua. Assim, quando se tem alguma dúvida sobre o uso de alguma forma linguística, é a ela, GN (à “verdade” contida nela), que se recorre. Mas o que está lá é uma “verdade” dita por um sujeito histórico marcado política e ideologicamente, em outras palavras, pelas condições de produção que gerou essa “verdade” que constitui o discurso presente no texto da GN.

Como todo sujeito, o *autor-gramático* está dentro de uma formação ideológica que o assujeita e norteia o seu discurso. Assim, o SAG ao produzir a obra GN, a produz com um discurso atravessado por várias formações discursivas que remonta a uma memória discursiva, num processo interdiscursivo, a outros discursos que mantêm uma tradição que remonta aos antigos gregos, que é o de preservar a língua do mau uso pelos seus falantes. E o SAG assume esta tarefa de ser o último guardião em defesa da língua.

Mesmo quando determinado uso já esteja consagrado pelos falantes, mesmo entre aqueles considerados cultos, ele impõe uma “verdade” (dentro dos *jogos de verdade* em relação à língua) que nega tal forma linguística como legítima. Como aquele que detém o *saber/poder*, e, portanto, o que detém a “verdade” em matéria de língua, dentro dos *jogos de verdade* em “‘sociedades de discurso’, cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”, como diz Foucault (2005, p. 39), o SAG vai impondo as suas “verdades”, mesmo que para isso ignore os fatos e as pesquisas linguísticas advindas das ciências da linguagem, como se pode notar no enunciado (1):

(1) Aliás é muito comum existirem divergências entre a regência coloquial, cotidiana de alguns verbos, e a regência culta.

Um caso típico é o do verbo **namorar**. A **Gramática normativa**³⁵ considera esse verbo transitivo direto, indicando como **modelo** construções do tipo “Namoro aquela pequena deusa”. A **fala popular**, no entanto, **prefere** construções como “namoro com aquela pequena deusa”. Observe que o uso da preposição **com** reforça a idéia de companhia, de associação, típica do ato de namorar. (NICOLA; INFANTE, p. 352)

A GN tem como propósito precípua estabelecer uma padronização da língua para que a unidade linguística nacional seja alcançada. Ou seja, ao estabelecer uma língua padrão, pretende-se fazer com que todos tenham acesso aos mesmos conhecimentos e bens culturais veiculados na sociedade e tenham as mesmas chances e oportunidades favorecidas pelo bom uso da língua nacional³⁶. O SAG, contudo, demonstra em seu discurso uma postura de preconceito e intolerância em relação às variedades linguísticas não-padrão. Seu discurso, em geral, é atravessado pelo discurso do preconceito linguístico que beira a intolerância quando diz que as variedades não-padrão são erradas e próprias das pessoas que não têm escolaridade ou baixa escolaridade, o que revela um preconceito, na verdade, aos falantes dessas variedades, portanto, um preconceito social. Um outro aspecto relevante do discurso deste *sujeito-autor* é a validação do *capital linguístico*, do qual fala Bourdieu (1974). Na sociedade de discursos, há a sociedade de trocas e de poder simbólico. A GN exerce um poder simbólico, pois é depositária do “*capital de autoridade* daquele que fala” (SOARES, 1997, p. 57), corroborando, assim, a posição e o poder de discurso do SAG nessa sociedade.

Em toda sociedade organizada, sempre houve a necessidade de se normatizar a língua, dando a ela um padrão linguístico, pelo menos esta é a intenção: uniformizar. Segundo Britto (2004a, p. 31), fazendo considerações sobre os tipos de gramática, afirma que

a distinção se presta a sustentar a idéia de que caberia aos gramáticos não apenas procurar entender o funcionamento da linguagem (Gramática Geral) ou da língua (Gramática Descritiva e Gramática Textual), mas também estabelecer um padrão de correção, cuja finalidade seria garantir a unidade nacional da língua.

Assim, essa uniformização ganha um caráter político-ideológico que subjaz ao discurso oficial de que é necessário um instrumento que possibilite a unidade nacional por meio da língua. Tal instrumento é a GN. Ela nasce sob a égide de preservar a língua

³⁵ Grifo nosso negrito normal; negrito itálico do original.

³⁶ É aí onde entra a relação entre a língua e o seu papel político.

verdadeira e pura dos vícios que a maculam, a distorcem e põem em risco o verdadeiro vernáculo nacional. Por isso é preciso que alguém cujo discurso seja autorizado pelo poder diga o que é e o que não é permitido, o que é certo e o que é errado dentro da língua. Esse “alguém” é o *autor-gramático*.

Dentro da ordem do discurso, na leitura foucaultiana, esse gramático é o autor, ou melhor, o *sujeito-autor* cuja palavra está devidamente autorizada e é autoridade nessa ordem, sendo o sujeito na *função-autor* na classificação de Foucault (2005), um dos elementos de controle e delimitação internos dos discursos, ou de rarefação dos discursos. Assim, “a função-autor se constrói às margens do texto, no cruzamento com as instituições e usa regras. Voltado para o exterior, o sujeito-autor se nutre do que ele lhe impõe; voltado para o interior (do discurso), ele trabalha a construção de sua identidade, de seu reconhecimento” (FURLANETTO, 2006, p. 124-5). Assim, em se tratando de normatização da língua, o sujeito que exerce a *função-autor*, dentro desta “sociedade de discurso”, recebe especificamente o nome de *autor-gramático* (o que estabelece as normas e isso o diferenciaria, por exemplo, do linguista, cuja função, em relação à língua, é de apenas descrever, pelo menos em princípio). Tendo em vista que nem todos têm o discurso autorizado, por isso não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar de qualquer forma (FOUCAULT, 2005), o *autor-gramático* asseguraria o uso correto da língua culta, visto que esse *sujeito-autor* tem uma especificidade marcada e bem delimitada nesta ordem do discurso: dirimir sobre a língua nacional, que recebe o nome de língua padrão ou culta.

Diante disso, fica claro o papel político e ideológico do *autor-gramático*. Cabe a ele, somente a ele, o papel de defensor do vernáculo, da língua nacional em prol de manter a unidade/uniformidade político-linguística do país. Reconhecida como discurso oficial, a GN deve ser obedecida sob pena (o falante) de ser excluído da ordem do discurso ou de não ter o seu discurso reconhecido na sociedade. É o discurso do SAG que valida ou não esses discursos. Assim os discursos são submetidos a uma “avaliação”, passa por um crivo sob a referência do discurso da GN que por sua vez tem a assinatura de uma autoria, o *autor-gramático*.

Como discutimos no capítulo 1, o *autor* é um dos mecanismos de rarefação dos discursos que podem ser proferidos na sociedade, o lhe confere uma determinada posição. Aqui apontamos que mesmo entre os *autores-gramáticos* há também um processo de rarefação dos discursos também. Rarefação, segundo Foucault (2005), como um controle de discursos, espécie de filtro para os discursos entre os *autores-gramáticos*, na medida em que há aqueles que gozam de maior ou menor prestígio na ordem do discurso. A FS e a FI, na qual

estão inseridos, é que dizem quem entre os *autores-gramáticos* há um discurso de maior autoridade. Estes são tidos como os cânones (em número bem restrito) dentre os *autores-gramáticos*. Seus discursos são referências inclusive para outros *autores-gramáticos*. Ou seja, a rarefação se dá também dentro da própria FD.

Lembremos que na concepção foucaultiana de autor, este não se restringe ao nome próprio de um sujeito. Com isso queremos dizer que ao se referir, por exemplo, a Celso Cunha, não se está fazendo referência simplesmente ao indivíduo, mas ao princípio que ele agrega em torno de seu nome. Em outras palavras, não se trata simplesmente de um nome, mas o que ele representa e a série de implicações que seu nome desperta. É uma autoridade, uma referência dentro dessa FD. Seu nome congrega *jogos de verdade* em relação ao que pode e o que não pode em se tratando de língua portuguesa. São *jogos de verdade* que seguem uma tradição de outras “verdades” que remontam a uma memória discursiva que torna o seu discurso uma “verdade inconteste”. A formação discursivo-ideológica que corrobora o seu discurso dá a ele um *status* de pesquisador, portanto, uma autoridade mais do que autorizada a “falar” sobre a língua portuguesa. O seu discurso é antes uma “verdade” que é aceita inclusive por seus pares. A prova disso é que Cunha é referência em quase todas as outras obras aqui analisadas, as GP, a GD e o MDL, com exceção da obra de Macambira, seja em autoria solo seja em co-autoria com Lindley Cintra.³⁷

O SAG é aquele cujo discurso impõe “verdades” e essas “verdades” são respaldadas pelo poder político-ideológico que subjaz ao linguístico. A assinatura, a atribuição de uma autoria dá ao seu autor um *status* de prestígio dentro da sociedade de discurso por estar em uma ordem que lhe confere uma autoridade sobre a língua. Assim, mesmo não sendo uma referência entre os pares, como os citados acima, assinar-se *autor-gramático* lhe confere um destaque de autoridade “incontestável”. Mesmo porque ser *sujeito-autor* na ordem do discurso já é uma rarefação e ser SAG é ainda mais raro.

Todo e qualquer texto, seja falado ou escrito, passa pelo crivo da GN sob o “olhar” do SAG, submetendo-se ao julgo do certo e do errado. Quando não estão de acordo com as normas dessa gramática, são desacreditados na sociedade de discurso porque não entrou na ordem do discurso gramaticalmente correto. Como o texto é a materialização do discurso, conseqüentemente, se o texto não é aceito implica a rejeição também do discurso, posto que as condições de produção dos discursos impliquem os aspectos político-ideológico-

³⁷Aqui estamos nos referindo à obra *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, em que Celso Cunha assina com Luís Filipe Lindley Cintra. Em algumas das gramáticas de nosso *corpus* constam as duas obras, a que estamos analisando e a supra citada.

linguísticos, e o linguístico é o que primeiro aparece na superfície do texto. E quem avalia isso é o discurso prescritivo do *autor-gramático* materializado no texto da GN, tomado com modelo a ser seguido.

Sendo um sujeito assujeitado à FD na qual está inserido, o SAG parece-nos não fugir à tradição que se herdou desde os gramáticos gregos. Mesmo as gramáticas rotuladas de pedagógicas (as GP), que se diferenciariam das não-didáticas³⁸ (como a de Cunha, por exemplo, teria um caráter “mais científico”, daí o seu maior prestígio e ser fonte de referência para outros gramáticos, como comentamos acima), por serem destinadas ao ensino, à prática escolar não fogem a essa tradição. O que se discute aqui é que se esperaria das GP um discurso menos preso à tradição normativo-gramatical conservadora e mais próximo à realidade linguística, já que elas parecem estar em consonância com as pesquisas linguísticas e sociolinguísticas sobre a língua materna, como procuraremos comprovar por meio das análises do *corpus*, o que não acontece. Os discursos das GP em nada, de fato, diferem das não-pedagógicas. Com isso queremos dizer que o SAG, independente do tipo de autoria (entenda-se de gramática pedagógica ou não-pedagógica), segue o discurso da tradição normativo-gramatical, ele atende aos mesmos interesses político-ideológicos que perduram desde os primeiros gramáticos. É o que nos afirma Gnerre (1998, p. 12):

O pensamento linguístico grego apontou o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade linguística de prestígio. Desde o “legislador”³⁹ platônico que impõe e escolhe os nomes apropriados dos objetos, até chegar à tradição gramatical divulgada, estruturada talvez na época alexandrina, a elaboração da ideologia e da reflexão relativas à linguagem foi constante.

Vemos neste discurso que diz que a GN tem por objetivo promover a unidade e a uniformidade político-linguística uma política de manutenção do *status quo*, que separa a língua em níveis linguísticos e promove a propagação de um preconceito linguístico, que se revela nos discursos do SAG. Não estamos com isso fazendo um julgo de valor da GN nem tão pouco desmerecendo a validade e a utilidade da GN dentro desse processo. Pelo contrário, procuramos revelar o que esses discursos dizem de maneira equívoca, que faz da GN um instrumento de opressão e não de democratização linguística, como proclama o discurso oficial. O SAG ao se dizer, revela-se um sujeito preconceituoso que é, pois, intolerante em relação às formas linguísticas estigmatizadas, ou não padrão, retomando um já-dito

³⁸ Conforme esclarecemos na Introdução.

³⁹ Destaque no original

historicamente marcado em um novo acontecimento. Sendo um discurso de autoridade, de um autor em um espaço que veicula “verdades”, a GN, a sua ideologia é aceita e repassada como “verdade” inconteste, assim, todo o preconceito que aí subjaz a esse discurso é absorvido porque o sujeito deve se assujeitar ao discurso institucionalizado. Discurso esse que diz que essa “verdade” contida na GN coloca-o na ordem do discurso (que para ser aceito tem que está institucionalizado). Como diz Gnerre (1998, p. 15), “a língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma unidade imposta sobre a diversidade.”

A posição que o SAG ocupa na ordem do discurso lhe permite ser, de certa forma, autoritário. Ao lhe dar o direito de “legislar” sobre a língua, seu discurso é de imposição em nome da tradição, conservação e preservação da língua padrão/culta em detrimento das variedades *não-padrão*. Subjetivando-se como defensor e preservador da língua nacional (entenda-se como variedade padrão), ele se coloca numa posição de quem tem um conhecimento laico e irrestrito da língua e, portanto, tem o direito de discurso como autoridade constituída e reconhecida pelo discurso oficial em dizer o que é certo e o que é errado em matéria de língua materna. Essa subjetividade, ou seja, “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (REVEL, 2005. p. 85), se dá principalmente quando ele se posiciona ao fazer observações ou comentários a respeito de determinada construção(ões) linguística(s) de uso corrente que, segundo as normas da GN, não estaria(m) de acordo com o padrão. Em geral, os comentários e observações se restringem em dizer que tal uso está errado e que a forma correta é tal, fechando com comentários que atribuem o uso incorreto à fala de pessoas não escolarizadas e de baixa escolaridade (da língua popular). Como no enunciado a seguir, em que o *sujeito-autor* se coloca nesta posição de quem ocupa esse papel social de quem pode determinar o que deve ser a língua (SACCONI, p. 291):

(2) **Verbo impessoal** é o que não tem sujeito e se apresenta na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são:

a) *haver*, quando sinônimo de *existir*, *acontecer*, *realizar-se* ou *fazer* (em orações temporais). Ex.: **Havia** poucos ingressos à venda. (**Havia**= *Existiam*.)

Em seguida o autor faz uma observação:

(3) Na **língua popular** se vê o uso do verbo **ter** como impessoal. Ex.:

Tinha poucos ingressos à venda.

Após os exemplos dados, o *sujeito-autor* escreve:

(4) **Mesmo** Carlos Drummond de Andrade escreveu: **Tinha** uma pedra no meio do caminho.

Nos enunciados (3) e (4) é que o *sujeito-autor* se revela, se subjetiva em um sujeito que segue a FD da tradição normativo-gramatical. Ao atribuir o uso do verbo “ter” em lugar de “haver”, diz que esse uso se faz apenas na “língua popular”, com isso pretende encerrar que o uso incorreto, o desvio da norma padrão, é próprio dessa “língua”. Em (4), o uso do operador “*mesmo*” remete a uma leitura que nos diz: um escritor como Carlos Drummond de Andrade fez uso de uma forma “incorreta”, que foge ao uso do padrão. No discurso do *sujeito-autor*, o fato de tal forma linguística está sendo usada na “língua popular” é motivo para desmerecê-la e não para torná-la legítima, já que é do uso da maioria dos falantes da língua. O fato de um escritor consagrado como Drummond ter feito uso de “*te*”r em lugar de “*haver*” ainda não é o bastante para legitimar tal forma. Esse ato põe o discurso da GN em contradição: é nos grandes escritores de nossa literatura que os exemplos da boa linguagem, da língua padrão, são colhidos.

Nesse discurso não há espaço para o diferente, pois é papel da GN, reconhecidamente, tratar da norma padrão, da uniformização e unidade linguística em prol da unidade político-linguística nacional. Porém, o que percebemos, na forma como se diz, é um preconceito velado. Um sujeito que legisla em favor de poucos, pois seu discurso é de exclusão, de desmerecimento, de estigmatização das formas não-padrão. Fazendo o seu papel de agente político-ideológico do poder, as normas, as leis da língua, impostas sempre favorecem o que a minoria usa, quando se esperaria que a regra se estabelecesse pelo que a maioria usasse. Pelo menos em língua não é assim que funciona.

Neste espaço de discurso, funcionando como um *mercado* de trocas *linguísticas*, na abordagem terminológica bourdieuniana da linguagem, nem todos os *capitais linguísticos* são aceitos como moedas de troca nesse *mercado* que, antes, é um *mercado* de trocas *simbólicas*. Soares (1997, p. 56), discutindo a teoria de Bourdieu, diz que “o preço do produto linguístico depende não só das mensagens que veicula, mas também da posição e da importância que tem, na estrutura social, o grupo a que pertence quem o produz.” Ou seja, caberá ao *autor-gramático* ratificar o que entra e o que não entra neste mercado de trocas linguísticas, que podemos tomá-lo, aqui, por extensão, como a ordem do discurso. Em vista disso, diz a autora, de forma sentenciosa:

São essas relações de força materiais e simbólicas que definem o *preço* do discurso; esse preço depende mais de quem fala e de como do que

propriamente do conteúdo da fala: depende do capital de autoridade daquele que fala. Em determinados *mercados lingüísticos*, quando certas pessoas falam (ou escrevem), são respeitadas, acreditadas, apreciadas, obedecidas; sua linguagem é autorizada, é uma linguagem legítima. (SOARES, 1997, p. 57)

Contudo, devemos observar que determinadas formas linguísticas apontadas como incorretas pelos gramáticos são de uso corrente mesmo por falantes considerados cultos. Mas num ato adverso, no exercício de seu *poder*, favorecido pela posição em que se encontra, de SAG, com o discurso devidamente reconhecido e autorizado, afirma que tais usos são indevidos porque ferem a uma regra ou regras da GN. O falante não tem conhecimento de tal norma porque nunca fez uso ou tal uso já não é mais corrente entre os falantes da comunidade linguística por ter sido substituído por outro (uma variante). O que poderia levar o *autor-gramático* a tomar essa posição? O assujeitamento à tradição normativo-gramatical e a necessidade de se impor, diante dos leigos, como autoridade que conhece os fatos da língua, pois os leigos não têm esse conhecimento da norma padrão, o que implicaria a legitimação de seu *poder-saber*, da sua autoridade de fato. O fato linguístico descrito acima – uso de *ter* como impessoal, apontado pelo gramático como um erro – certamente é corrente na fala de pessoas cultas e, com certeza, os falantes mais jovens não têm sequer conhecimento de que o *correto* é usar, por exemplo,

(5) *Há aula hoje?*

quando todos dizem, salvo exceções em situações de monitoramento,

(6) *Tem aula hoje?*

Isso porque nas “sociedades de discurso” há “sistemas complexos de restrição” que definem, selecionam a partir de um ritual, os sujeitos que estão qualificados a assumir determinados papéis sociais com certo poder de discurso, como se pode depreender desta passagem:

A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinados tipos de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem

acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles sobre os quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT, 2005, p. 39)

Ele representa, dentro dessa “*sociedade de discurso*”, que é “*coercitiva*”, a “*personagem do autor*” que se apropriou dos discursos outorgado por essa sociedade, cuja “*escritura*” (o livro) distribui um discurso “*com seus poderes e seus saberes*”, portanto “*institucionalizado*” (FOUCAULT, 2005). Nesse sentido, diz ainda o autor:

Com forma de funcionar parcialmente distinta há as “*sociedades de discurso*”, cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição. (FOUCAULT, 2005, p. 39)

É a partir dessa posição de autoridade que os sujeitos-autores, gramáticos e linguistas, podem exercer o seu *saber/poder* e estabelecer *jogos de verdade* em torno da língua materna. É o que veremos no próximo tópico.

2.3 Dos Discursos em Torno da Língua: Saber/Poder e Jogos/Vontade de Verdade

Partindo do princípio de que a linguagem não é clara, muito pelo contrário, é opaca e constituída de “*tramas*”, é que nos debruçaremos sobre textos constitutivos da GN/GP e da Linguística (GD/MDL) com o objetivo de analisar o discurso que subjaz a esses textos e o que esse discurso pode nos revelar. Trabalhando com as categorias *saber/poder* e *jogos/vontade de verdade*, faremos o contraponto entre os dois discursos constitutivos, procurando mostrar os confrontos e os pontos de vista.

Dois discursos, duas *vontades de verdade* que ora se opõem, ora se imbricam. Entre o discurso da GN e o discurso da Linguística podem-se perceber pontos de vista que divergem, mas que também convergem em determinados pontos. O discurso da Linguística, quando trata do ensino de língua materna, se constroi em contraponto à GN. Ele se constroi sob o rótulo de um discurso científico, sob a chancela das ciências da linguagem, enquanto

que o discurso da GN, argumentam os *autores-linguistas*⁴⁰ mais ligados à Sociolinguística, estaria baseado em julgo de valor social e preso a uma suposta tradição, que estes alegam se encontrar deturpada em sua essência. Os critérios de estabelecimento da norma padrão não seguem critérios científicos. Uma das severas críticas do discurso linguístico em relação ao discurso da GN é que esta apresenta várias lacunas, imprecisões, deturpações e, principalmente, gera um preconceito linguístico excludente entre os falantes de língua materna.

Gramáticos e linguistas não se entendem, pelo menos é este o quadro que ora se tem. A razão disso é o fato de que os gramáticos não aceitam de forma pacífica o que se divulga ou é defendido pelos linguistas. Já os linguistas se opõem abertamente à forma tradicional como se efetiva o ensino de língua materna a partir do ensino de GN tão somente, contudo, não se opõem ao ensino da GN, pelo contrário, defende que o ensino desta é necessário. Mas a questão está em torno do *como* se ensina e o *que* se ensina em língua materna.

Como já foi salientado no início deste Capítulo, há uma certa disputa de espaço social entre os *sujeitos-autores*, gramáticos e linguistas, que os afirmem como legítimos detentores de um *saber* em torno da língua materna. Se aquele se coloca na posição de defensor da pureza e da tradição da língua materna, este assume o papel de cientista (portanto “neutro” em suas posições) que, sob o respaldo da Ciência da Linguagem, procura dar à matéria um tratamento científico, de caráter não dogmático.

Orlandi (1997), em um texto intitulado *O Estado, a gramática, a autoria*, faz uma análise da importância de ser gramático no século XIX, no Brasil, e o papel político-ideológico que uma gramática da Língua Portuguesa escrita por autores brasileiros exercia naquele momento histórico, do pós Independência do Brasil e de Proclamação da República. Em vista disso, diz a autora que

ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um *saber* linguístico que não reflete meramente o *saber* gramatical português. Neste momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe (E. ORLANDI, 1996). *A gramática, dessa perspectiva, é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade.* (ORLANDI, 1997, p. 5)

⁴⁰ Entre eles, podemos citar alguns: Britto (2004), Bagno (2003, 2004 e outros), para ficar só nestes.

Das palavras acima, podemos retirar dois aspectos importantes para nossa discussão: a questão da *autoria* e a relação com o *saber* e o papel assumido pela GN e pelo *autor-gramático* no contexto sócio-político-ideológico. Esse papel institucional exercido pela GN/GT perdura até hoje como herança daquele momento que se pretendia firmar, do ponto de vista *político*, como uma instituição que resguardaria a pureza e a vernaculidade da língua nacional. Ao *autor-gramático*, caberia e ainda cabe o papel precípua de fazer este trabalho: dizer como o falante brasileiro “fala” legitimado na/pela gramática, pois ela “é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade”, portanto, ela é o *saber lingüístico* institucionalizado, política e socialmente, da língua nacional e oficial representada pelo estabelecimento de uma norma culta. Esse comprometimento da gramática com o político ainda é flagrante, como podemos vislumbrar no trecho a seguir:

(7) A **norma culta**, forma lingüística que todo povo civilizado possui, é a que assegura a unidade da língua nacional. É justamente em nome dessa unidade, tão importante do ponto de vista político-cultural, que é ensinada nas escolas e difundida nas gramáticas. (SACCONI, p. 8)

O que Orlandi (1997) aponta como sendo uma característica marcante das gramáticas do século XIX, é possível perceber em textos atuais como o acima, em que o SAG retoma em seu discurso um *já-dito*, retomado da memória discursiva sobre os *jogos de verdade* em torno da língua advindo da tradição normativo-gramatical, reafirmando o caráter de pouca mutabilidade em relação às “verdades” sobre a língua nacional e a sua função social e o seu papel político-ideológico. Nesse sentido é que a autora afirma:

A unidade do Estado se materializa em várias estâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um *saber* sobre ela e os meios de seu *ensino* (a criação das escolas e seus programas) ocupa uma posição primordial. A *gramática*, enquanto um objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa *unidade* e dessa *identidade* (Língua/Nação/Estado). (ORLANDI, 1997, p. 6)

Diante do que Orlandi expõe no trecho acima, em relação aos gramáticos do século XIX, e do trecho de Sacconi supra citado, podemos perceber que há um diálogo entre eles na medida em que um texto do século XX reafirma os valores linguísticos dos discursos gramaticais do século XIX. Além do aspecto sócio-político já mencionado, a relação com o seu ensino na instituição escolar também é reafirmada no texto de Sacconi. Vejamos nos trechos seguintes que essa mesma finalidade e preocupação em ensinar a língua nacional,

tendo como espaço de referência para esse ensino a escola, continuam sendo também dos *autores-gramáticos* da atualidade:

(8) *Esta Gramática foi redigida com a finalidade principal de tornar-se um útil instrumento didático em mãos de alunos da Escola Média [...]. (CUNHA, Apresentação)*

(9) *É nossa opinião que um livro didático deva ser prioritariamente dirigido ao aluno. Afinal, é ele o fim último e justificativa única de qualquer ação pedagógica. (NICOLA; INFANTE, Apresentação)*

Isso é justificável. É papel da GN promover, pois, a unidade linguística do país dentro da diversidade por meio do estabelecimento de uma variedade padrão que atenda ao que se pode chamar de língua nacional. Daí se justifique o porquê de uma proposta de mudança na postura da GN ser tão difícil e causar tanta resistência sócio-político-ideológica, porque isso envolveria não apenas o linguístico. Essa resistência é o que caracteriza as *relações de poder*, como vimos, portanto, há em jogo interesses diversos que não se prendem, não se restringem ao linguístico, mas, quiçá, ao político-ideológico a que estão ligados os *sujeitos-autores* e os *jogos de verdade* que envolvem a língua materna.

Diz ainda a autora que “ser autor de uma gramática é ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma *posição de autoridade* em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 1997, p. 5) e nos parece que é justamente essa “posição de autoridade” que o *sujeito-autor-gramático* procura manter quando se coloca na posição de defensor da tradição e detentor de um *saber* linguístico que o torna autoridade sobre a língua materna/nacional. Essa autoridade é que lhe permite estabelecer a *norma*.

Nesse ponto é fundamental discutir sobre a finalidade da norma e a sua importância no processo de construção da GN. Porém é preciso lembrar, com Orlandi (1997), que especificamente para o Brasil, como consequência daquele momento histórico pós-independência e pós-república, cada gramático, com o objetivo de firmar numa “posição de autoridade”, propunha a sua *norma* e isso vai se dar até segunda metade do século XX, quando se estabelece a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira)⁴¹ por meio de decreto Lei. Nesse sentido é que a autora cita Mattoso Câmara:

⁴¹ Entre os membros da Comissão que elaborou a NGB figurava Celso Cunha, que aliás, entre os autores do *corpus* analisado neste trabalho, é o único que declara na sua **Apresentação** estar seguindo as orientações da NGB, conforme exposto no enunciado 10.

Da minha parte tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No século XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se achava obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua. (MATTOSO CÂMARA *apud* ORLANDI, 1997, p. 8-9)

Essa declaração de Mattoso Câmara nos remete à importância que a NGB adquiriu no processo de normatização da língua portuguesa no Brasil. Os gramáticos passaram a ter um parâmetro terminológico sob o qual passa a estabelecer as normas da língua e coíbe, com isso, o “arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura”, como bem salienta Mattoso Câmara:

Com a NGB (1959) este estado de coisas muda sensivelmente, quando é uma comissão que, a partir de um decreto, estabelece a homogeneidade de uma terminologia que des-autoriza as variadas posições [...] dos gramáticos do século XIX que traziam para si a responsabilidade de um *saber* sobre a língua. (*apud* ORLANDI, 1997, p. 9)

Essa subordinação à NGB é bem ilustrada na passagem a seguir:

(10) Quanto à terminologia, seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira nos assuntos que ela cuidou, por serem patentes as inúmeras vantagens de uma terminologia unificada para o ensino da língua no 1º e 2º grau. (CUNHA, Apresentação)

O que o torna assujeitado à ordem do discurso oficial sobre a nomenclatura da língua materna. Contudo, Baldini (1998) ressalta que a referência à NGB nas gramáticas atuais é quase inexistente, embora elas sigam as orientações daquela do início ao fim, o que demonstra, segundo o autor, que “a NGB é mais do que seu texto. A NGB é o resultado discursivo de todos esses gestos de interpretação que lhe atribuem um sentido” (BALDINI, 1998, p. 102). Para o autor, esse fato não se apresenta de forma negativa, pelo contrário, ele comenta que é um sinal de que o discurso da NGB já faz parte da *memória coletiva*. Porém, a implantação da NGB traz outra consequência:

Depois desse deslocamento, a autoria do *saber* sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo *lingüista*. *Saber* como a língua funciona dá *autoridade* ao lingüista para dizer como uma língua é

(português no Brasil/português europeu). *A autoria da gramática passa a necessitar da caução do lingüista, já que este tem o conhecimento científico da língua.* Há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista. (ORLANDI, 1997, p. 9)

É por esse viés que pretendemos seguir para discutir a presença da figura do *autor-lingüista* que aparece como, usando as palavras da autora, aquele que “tem o conhecimento científico sobre a língua”. Que detém um *saber* que o torna apto a assumir a posição anteriormente ocupada pelo gramático, já que, como firma Orlandi, “há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista”, o qual detém um *saber* científico sobre a língua.

Sob o respaldo do discurso científico é que o linguista se contrapõe ao gramático no sentido de apontar as falhas, os problemas que a GN apresenta, ou seja, novas “verdades” são trazidas à tona à luz da ciência da linguagem. Em (11) e (12) podemos perceber essa insatisfação do linguista com a persistência dos gramáticos em não rever esse estado de coisas, bem como a reivindicação do lugar de direito da ciência no trato com a língua, e que as “verdades” da Linguística sejam aceitas e que se sobreponham sobre as “verdades” da GN/GT.

(11) A insatisfação com a qualidade das gramáticas vem de longe e atinge todos os grupos interessados: lingüistas teóricos, especialistas e professores de português, alunos e simples curiosos. Depois de décadas apontando os defeitos da tradição gramatical, cobra-se insistentemente dos pesquisadores a elaboração de gramáticas mais adequadas. (PERINI, Prefácio, p. 13)

(12) Hoje se faz lingüística de bom nível entre nós; lançam-se as bases para uma descrição coerente, empiricamente adequada, teoricamente sofisticada de todos os aspectos da língua, de seu uso, variação, aquisição, evolução histórica e assim por diante. Descubrem-se coisas novas e reinterpretam-se velhas descobertas, lançando mais luz sobre a nossa língua, sobre a realidade lingüística do país e sobre a linguagem em geral. (idem)

Essa fala encontrada em Perini é reveladora de um sujeito que tem na ciência as bases para a produção de sua obra. Quando ele reivindica a presença dos “pesquisadores” na “elaboração de gramáticas mais adequadas” aos fatos linguísticos da realidade e que, de fato, tomem os preceitos da ciência da linguagem nesse processo de elaboração, como fica claro em (12), e, assim, se faça uma gramática não apenas com base em uma tradição, em um modelo idealizado de língua, pressupõe-se a aceitação tácita das “verdades” da ciência pelos gramáticos. Mais adiante, apontando os pontos falhos da tradição gramatical, diz o *sujeito-autor*:

(13) Enquanto tudo isso acontece, porém, nossos filhos são obrigados a estudar compêndios de gramática onde se considera a homonímia e a polissemia “defeitos da língua”, e não recursos de comunicação; onde se definem funções e classes de maneira totalmente vaga e confusa; onde se fala de um fonema como sendo um “som”; onde se justifica uma análise com base em construções desusadas desde o século XIX; e assim por diante. (PERINI, **Prefácio**, p. 13-14)

Essa última observação de Perini é corroborada pela passagem (14) em que o *sujeito-autor* toma os textos de autores do Romantismo, do século XIX, como fazendo parte do que ele considera como “português contemporâneo”, até o século XX.

(14) Procuramos apresentar as características do português contemporâneo em sua modalidade culta, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores do século XX. (CUNHA, **Apresentação**)

Em (15), o *sujeito-autor* também diz estar baseado nos preceitos da “lingüística moderna” para tratar da estrutura da Língua Portuguesa:

(15) Ocorreu-nos à mente, como curso inicial, a Estrutura Morfo-Sintática do Português, à luz da **lingüística moderna**. (MACAMBIRA, **Introdução**)

Em todos os trechos é possível perceber a necessidade de os *sujeitos-autores* amarrarem os seus discursos a um *saber* e a uma *verdade* sobre a língua atrelados à ciência. Com isso, os *jogos de verdade* em torno da língua, que se sustentam nos aportes da ciência, buscam se sobrepôr aos que se baseiam na tradição normativo-gramatical. Essa mesma posição é encontrada em (16), quando o *sujeito-autor* diz que uma gramática tem que ser construída com base em uma teoria (algo que também se encontra em (12)) que descreva os fatos da língua:

(16) Ao estudarmos uma língua com o objetivo de explicitar sua **gramática** na segunda acepção acima [descrição formal da língua], baseamo-nos necessariamente em um **modelo teórico**, o qual constitui, na verdade, uma **hipótese** sobre como essa língua se organiza estruturalmente para tornar possíveis a expressão e a compreensão de sentidos. (AZEREDO, **Apresentação**, p. 11)

Ora, esse “modelo teórico” de que fala o autor só pode resultar de estudos e pesquisas sobre a língua. Guimarães (1997), em *História da Gramática no Brasil e Ensino*, trata de “como funcionam as ciências da linguagem como parte do corpo social em que se formula” (p. 7)

aplicando essa análise ao estudo da história da gramática e do ensino de língua portuguesa no Brasil. Nesse texto o autor procura demonstrar como os estudos linguísticos de caráter científico toma corpo e importância a ponto de ele asseverar que

a Língua, a ciência e a Política estabelecem entre si relações profundas e definidoras na constituição dos sujeitos e da forma da sociedade. Ao mesmo tempo em que a lingüística vai-se constituindo como ciência, a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado e as políticas gerais de um país manifestam essa interrelação, de que a forma mais visível é a formulação específica das políticas lingüísticas. (GUIMARÃES; ORLANDI *apud* GUIMARÃES, 1997, p. 10)

Essa assertiva de Guimarães corrobora a relação já apontada anteriormente entre língua e política e a relação do Estado com a ciência. Essa relação é apontada por Foucault (2007b) como sendo uma relação de *saber/poder*, já que *saber* e *poder* estão diretamente ligados e o saber institucionalizado é que institui a *verdade* e essa “verdade” está centrada no discurso científico o que lhe confere um determinado *poder*. Com isso queremos dizer que há uma nova política linguística, cujo *saber* sobre a língua passa a ser dos linguistas porque as *verdades* estabelecidas por eles têm o peso do discurso da ciência.

Essa *nova verdade* que o momento histórico-ideológico proporciona, com certeza, irá afetar os SAG, tendo em vista que, como disse Orlandi (1997), em citação acima, o gramático passa a necessitar da caução do linguista, e o reflexo disso começa pelos títulos das obras que se intitulam *gramáticas*, que é o que passaremos a analisar no próximo capítulo.

3 SUJEITO-AUTOR: ASSUJEITAMENTO E NOVOS PARADIGMAS

Neste capítulo, nosso olhar estará mais detalhadamente sobre os *sujeitos-autores*: os SAG e os SAL. Selecionamos (segundo os critérios elencados na Introdução) entre os SAG desde o que consideramos como um dos mais tradicionais e referência entre os próprios *autores-gramáticos*, até os menos tradicionais, ou os mais “modernos”⁴², cujas gramáticas são nomeadas de pedagógicas (porque se destinam a uma proposta de uso escolar, conforme explicitado na Introdução). Quanto aos SAL, *sujeitos-autores* da GD e dos MDL, são lingüistas e pesquisadores reconhecidos no meio acadêmico que se voltam sobre o conteúdo da GN/GP e o seu ensino e buscam mostrar em seus textos que é possível, com base nas teorias linguísticas, uma outra forma de abordagem em relação à língua materna que necessariamente não tem que ser como ora se apresenta nos manuais de GN/GP. Ou seja, propõem “novos paradigmas” na forma de abordar e ensinar a língua materna sob os aportes da “verdade da ciência”.

Assim, nos debruçaremos sobre os discursos constitutivos desses textos buscando deslindar os *sujeitos-autores*, *alors vontade/jogos de verdade* e o *saber/poder* constitutivos desses discursos em torno da língua materna e da proposta de ensino dessa língua, sobre os quais os seus discursos são construídos. Procuraremos revelar, portanto, como os *sujeitos-autores* (gramáticos e linguistas), a *vontade* e os *jogos de verdade* se apresentam nas tramas desses discursos que constituem gramáticas normativas/pedagógicas, manuais didáticos de linguística e gramática descritiva e como eles se comportam em relação à(s) episteme(s) que o momento histórico-ideológico oferece. Há neste momento um discurso acadêmico-institucional em favor do “discurso científico” sobre a língua materna que denota um “novo” *saber/poder* que favorece a ciência da linguagem, a Linguística.

Essa “revelação” de quem são esses *sujeitos-autores*, que “verdades” eles defendem, em que *jogos de verdade* estão envolvidos e em que *saber/poder* estão baseados, acreditamos ser possível encontrar nos títulos das obras, nos textos de apresentação/prefácio das obras (posto que é aqui que se delinea e se apresenta a proposta da obra) e nos

⁴² A designação para esses autores-gramáticos, como “modernos”, é motivada pelo discurso que eles imprimem, principalmente, nos textos de apresentação de suas respectivas obras. Denominam-se “modernos” como uma forma de se defender de duras críticas que a tradição gramatical vem sofrendo.

conceitos/definições de algumas categorias sintáticas que constituem o corpo dos textos dessas obras - as gramáticas e os manuais.

Em um primeiro momento, analisaremos os títulos das obras que fazem parte do *corpus*. No segundo tópico, a abordagem é sobre os textos de apresentação/prefácio. É nesses textos que os autores normalmente expressam a sua visão de língua, de gramática e o que espera da obra e suas pretensões. Além disso, comenta a estrutura e a forma como a obra está dividida e o porquê de se fazer tais escolhas. Por fim, analisaremos algumas categorias sintáticas, ou mais precisamente, os conceitos e definições dados pelas GN/GP pela GD e pelos MDL a essas categorias no sentido de revelar em que *jogos de verdade* eles se sustentam e de confrontar as *vontades de verdade* que o discurso da tradição normativo-gramatical e o discurso da ciência linguística construíram para tais categorias (aqui faremos o recorte: analisaremos categorias como *frase, oração, período*). Como salientamos no capítulo 1, de acordo com Foucault (2001), em *O que é um autor?*, há uma dispersão do sujeito na autoria de uma obra: há um sujeito no prefácio; “outro” no corpo; e “outro” na conclusão.

Nossa análise buscará responder as seguintes questões: Que *verdades* constituem os títulos, os textos de apresentação/prefácio e os conceitos das categorias sintáticas? Os conceitos e definições são iguais nas duas formações discursivas? Em que eles se diferenciam? Ou não se diferenciam? Sobre que *saber* eles foram constituídos? Em que *jogos de verdade* estão envolvidos? Quem são os *sujeitos-autores* desses/nesses discursos constitutivos desses enunciados? A GN e a Linguística se contrapõem em suas *verdades*? A pertinência de tais questões é pelo fato de a primeira se sustentar no discurso da tradição normativo-gramatical; a segunda, no “discurso científico” advindo da ciência da linguagem.

3.1 Os Enunciados, os Discursos e as Tendências: começando pelos títulos

Antes de começarmos as análises dos títulos que compõem o *corpus*, é pertinente a este trabalho analisar a forma como a obra está dividida, como está estruturada, a terminologia empregada e as referências constantes na bibliografia.

Entre os SAG analisados todos têm uma formação linguística, ou, pelo menos, têm leituras de obras da Linguística, ou, pelo menos, tiveram contato com textos e obras recentes e

de autores consagrados como linguistas, como se pode ver na bibliografia de suas obras. Nesse contexto, faz-se necessário situar os SAG e suas respectivas obras. Como apontamos acima, a própria estrutura, a divisão, os enunciados que constituem títulos de capítulos, tópicos e subtópicos de cada obra são constitutivos de sentido, são significativos e constituem o discurso de cada *sujeito-autor*, de cada obra, pois podem revelar a ideologia desse *sujeito-autor*, em que *jogos de verdade* ele está envolvido e que *vontade de verdade* procura exercer a partir de que *saber/poder*.

Em relação aos SAL, são linguistas que escreveram manuais didáticos como propostas de ensino de língua à “moda” de gramática, pois não se intitulam gramáticas da língua portuguesa, os MDL como denominamos.

Tanto gramáticos quanto linguistas são sujeitos de discurso que estão na ordem do discurso e são *sujeitos-autores*, na concepção foucaultiana de autor, ou seja, eles exercem a *função-autor* como definiu o filósofo francês. Esses *sujeitos-autores* são sujeitos de discursos que estão na ordem do discurso, pois seus textos materializam discursos autorizados por uma determinada instituição, em cuja FD se revela a FI a que pertence. Partimos do pressuposto de que tanto os SAG quanto os SAL buscam estabelecer uma “verdade” no contraponto ou na convergência de seus discursos, dentro de *jogos de verdade*, e que ambos atendem a um assujeitamento de caráter político-ideológico, e exercem um *poder* sustentado por um *saber* institucionalizado.

O título de uma obra, enquanto um enunciado, como mostramos no capítulo1, é bastante significativo, porque o discurso que o constitui diz muito sobre a obra e o seu *sujeito-autor*, assim, o denominamos de *título-enunciado*. A partir do título de uma obra é possível perceber que *vontade de verdade* a atravessa, que *desejo de saber/poder* espera exercer sobre o sujeito-leitor, pois o título de uma obra é o chamariz do leitor, e que *sujeito-autor* a constitui. A começar pelos títulos-enunciados, portanto, é que chegaremos ao discurso, finalidade última de nossa análise, que constitui as obras em análise.

Retomemos, assim, para análise, os títulos-enunciados, relacionados na Introdução e no primeiro capítulo, que formam o nosso *corpus*:

(1) *Gramática da Língua Portuguesa* (CUNHA, 1986)

(2) *Nossa Gramática: teoria e prática* (SACCONI, 1996)

(3) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* (NICOLA; INFANTE, 1999)

- (4) *Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação* (CEREJA; MAGALHÃES, 1999)
- (5) *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* (INFANTE, 2001)
- (6) *Gramática Descritiva do Português* (PERINI, 2004)
- (7) *Fundamentos de Gramática do Português* (AZEREDO, 2004)
- (8) *A Estrutura Morfo-Sintática do Português* (MACAMBIRA, 1999)

Começando por Cunha (1986), seguindo o critério da ordem apresentada no quadro da Introdução e o cronológico (ano das edições), o tomaremos como o mais tradicional e prestigiado dos autores-gramáticos. O autor ocupa um lugar de destaque entre os autores-gramáticos, pois possui uma formação muito sólida com pesquisas e produções científicas⁴³.

A obra analisada está em sua 11ª edição e em 2ª tiragem, que data de 1986, mas sua primeira edição é de 1972. O título é claro e objetivo: *(1) Gramática da Língua Portuguesa* e remete, à primeira vista, à tradição dos títulos de obras dessa natureza, porém, na divisão dos capítulos da gramática de Cunha há um aspecto a observar. Diferentemente de outras gramáticas normativas tradicionais, que seguem uma divisão tradicional da gramática, divididas em *fonética/fonologia*, *morfologia* e *sintaxe*, respectivamente, na referida obra, a *sintaxe* vem primeiro que a *morfologia*.

A obra está assim dividida: o capítulo I, intitulado *Noções históricas*, traça panoramicamente o percurso histórico da Língua Portuguesa; o capítulo II, *Fonética e fonologia*, segue sem nenhuma inovação; o III, *Ortografia*, trata de notações léxicas e regras de acentuação gráfica; já o capítulo IV, *Classe, estrutura, formação e significação dos vocábulos*, apresenta uma inovação: o autor faz uso dos termos *sintagmas (nominal e verbal)*, *sintagmas elementares*, *determinante*, *determinado*, terminologia da FD da linguística, que não consta na NGB, com o seguinte comentário:

(9) Entendemos por sintagma uma unidade lingüística dotada de significação, geralmente constituída de duas outras unidades significativas menores, sendo uma de ocorrência obrigatória (determinado) e a outra, facultativa (determinante). Nesse sentido, a maior parte dos vocábulos podem ser considerados sintagmas. Não é raro encontrar tais entidades definidas como sintagmas elementares, nos quais o radical opera como determinado e os demais elementos como determinantes. Da mesma maneira, uma frase é um sintagma: o sujeito é o determinado e o predicado o

⁴³ Consta no currículo do autor, em um pequeno box posto antes da Apresentação, a sua formação, doutor em Letras, professor da UFRJ e de outras instituições, no Brasil e no exterior, como professor visitante, e sua filiação a diversas entidades, nacionais e internacionais, de estudos lingüísticos e filológicos.

determinante. Vê-se, então, que o sintagma é uma unidade de complexidade variável. (CUNHA, 1986, p. 87)

Além disso, o autor apresenta, em item subsequente dentro do capítulo, uma discussão sobre a distinção entre *vocábulo* e *palavra* e faz a seguinte observação:

(10) Nem todos os autores distinguem palavra de vocábulo gramatical. Até há bem pouco tempo reservava-se o termo palavra para designar o que acima conceituamos como vocábulo⁴⁴, enquanto o termo vocábulo era usado de preferência para significar o que hoje se denomina vocábulo fonológico, isto é, o vocábulo considerado em sua face sonora (significante). (CUNHA, 1986, p. 90)

o que demonstra, além da crítica a alguns “autores” que não fazem a distinção entre os termos, que ele adota essa “verdade” advinda da formação linguística.

O capítulo V, *Derivação e composição*, trata dos processos de formação de palavras. Normalmente, esse assunto é tratado dentro do capítulo dedicado à morfologia e começa com a classificação dos morfemas, o que não ocorre. A discussão dos morfemas é contemplada no capítulo anterior, no item *Estrutura das palavras*.

Antes de tratar das classes gramaticais, porém, ele aborda *A oração e seus termos*, no capítulo VI. Neste capítulo, segue-se o tradicional sem qualquer tipo de inovação nas abordagens. A terminologia citada no capítulo IV – sintagmas verbal e nominal, determinante, determinado – não é retomada aqui. A terminologia usada é a da tradição: sujeito, predicado, objeto direto, adjunto adnominal etc.

O título do capítulo VII, *Morfo-sintaxe*⁴⁵, no entanto, é bastante significativo para revelar o discurso desse texto, pois, o *sujeito-autor* ao fazer uso de tal terminologia, parece-nos apontar para uma tendência que a Linguística vai defender no estudo e ensino da língua, e revela que este sujeito tem consciência do discurso da ciência da linguagem. O enunciado *morfo-sintaxe* nos remete a um efeito de sentido que implicaria uma abordagem da morfologia e da sintaxe concomitantemente, ou seja, o estudo se daria demonstrando a relação da classe gramatical e o seu uso em determinado contexto e as implicações que uma mudança de contexto poderia acarretar ao vocábulo ou palavra, dando a compreender que o ensino de língua deve abranger o todo e não partes, vistas isoladamente, como tradicionalmente se faz. Porém, no decorrer do capítulo, os itens seguem a divisão, a classificação, os conceitos e

⁴⁴ Em relação ao vocábulo diz o autor: “De um ponto de vista didático, podemos, no entanto, dizer que o **vocábulo** é a menor unidade significativa autônoma da frase, constituída por um ou mais morfemas, associados segundo uma ordem própria da língua.” (CUNHA, 1986, p. 89)

⁴⁵ Esta grafia é a mesma que consta no título da obra de Macambira (1999), *Estrutura morfo-sintática* do português, porém em Carone (2002) é grafado *Morfossintaxe*.

definições tradicionais seguidos de exemplos, como já anunciado na *Apresentação*, retirados de obras literárias de autores entre os séculos XIX e XX. Até a ordem da disposição das classes gramaticais, começando com o substantivo e terminando com as interjeições. Em nenhum momento, a abordagem dada contempla o efeito de sentido que o enunciado do título do capítulo sugere. Segue-se, em resumo, a tradição da ordem de apresentação, da divisão e classificação das classes gramaticais sem qualquer abordagem sintática.

Diante disso, podemos dizer que esse *sujeito-autor* está em uma *posição* em que vislumbra o discurso da ciência, mas ainda está preso ao discurso da tradição; vislumbra a *verdade* e o *saber* do discurso científico, mas o *lugar* que ocupa, de *autor-gramático*, o *assujeita* à FD à qual ele anuncia na *Apresentação* que irá seguir, por ser a instância maior, a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), que é a FD em que ele está inserido.

O título-enunciado (1) *Gramática da Língua Portuguesa* desprovido como os demais de um outro qualificativo ou determinante remete a uma FD de uma tradição gramatical, em que o efeito de sentido remete a ver a obra como uma *gramática* cujo conteúdo não é outro senão o que se espera de um livro que tenha esse título: enunciar as normas de uma língua, neste caso específico, a Língua Portuguesa. A *vontade de verdade* não é outra senão tratar dos *jogos de verdade* da gramática normativa da língua portuguesa. Entre as gramáticas normativas, esta não se caracteriza como pedagógica. E o seu *sujeito-autor* se mostra estar em acordo com a FD que rege a normatização da língua, a NGB. Daí se justifique a observação de Baldini:

“[...] a NGB impõe uma transformação no discurso gramatical. Os próprios títulos das gramáticas lançadas em seguida materializam esse acontecimento: *exemplificam, definem, interpretam e explicam* a NGB. O gramático passa a ser aquele que *comenta* a nomenclatura.” (BALDINI, 1998, p. 101)

A obra de Sacconi (1996), cujo título é (2) *Nossa Gramática: teoria e prática*, se encontra em sua 20ª edição, revista e ampliada, não contém *prefácio* ou *apresentação* ou mesmo uma *introdução*. O que nos chama a atenção nessa obra é o primeiro capítulo que traz uma série de termos próprios FD da Linguística, por isso transcrevemos para análise a síntese dos itens de que trata o capítulo, apresentado no cabeçalho da página:

(11) *Vocábulo, palavra, termo. Comunicação: código e ruído. Signo lingüístico: significante e significado; definição de código. Discurso ou fala. Linguagem e língua: funções de linguagem; lingüística; a linguagem e os tipos de discurso; transposições.*

Língua, norma culta, nível de linguagem: o conceito de erro em língua; língua escrita e língua falada; a gíria. (SACCONI, 1996, Capítulo 1, p. 1)

Ora, pelos itens dispostos no primeiro capítulo, percebe-se um sujeito preocupado em se mostrar atualizado com conceitos linguísticos, que necessariamente não precisam estar em uma GN porque esses termos não constam na NGB. Determinados termos ali elencados certamente figuram mais como uma mostra de atualização e “modernidade” do *sujeito-autor* do que como conceitos de uso prático no ensino de língua pelo professor ou de relevância para o falante, como pretende e aponta o subtítulo da obra, “teoria” e “prática”. O fato de o *autor-gramático* usar uma terminologia da FD da Linguística é revelador do atravessamento do discurso desta no discurso do *sujeito-autor*. Esses enunciados-tópicos denunciam um sujeito que parece estar atualizado com o *saber* advindo da ciência da linguagem, portanto, atualizado com o discurso científico, porém, os capítulos que se seguem retomam a divisão tradicional e os conceitos apresentados no Capítulo 1 não são levados em conta quando o autor se posiciona para expressar sua “palavra” sobre determinados assuntos⁴⁶. Os critérios são o *certo* ou *errado* de orientação prescritiva, que é próprio do discurso normativo, por isso, defendemos que não há uma razão para o uso desses termos. Eles constam no primeiro capítulo, nas primeiras palavras, mas se eles não são aplicados, parece-nos que o *sujeito-autor* busca estar em consonância com os *jogos de verdade* da FD do discurso científico da Linguística, mas se contradiz quando se revela assujeitado ao discurso da tradição normativo-prescritivo-gramatical.

Em relação à formação de Sacconi, constante na folha de rosto da obra, há a informação de que é professor de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e, pelo que nós sabemos, é autor de outras obras do gênero, contudo, não é um pesquisador ou acadêmico das Letras, como Cunha. Porém, em suas referências constam várias obras de cunho linguístico, de autores como Benveniste, Martinet, Mattoso Câmara, Saussure, Chomsky, Jakobson, Malmberg, Naro etc., sendo que, inclusive, Saussure, Martinet e Jakobson são citados no Capítulo 1, mas sem qualquer referência a uma obra específica desses autores, nas seguintes passagens:

(2b) O código, segundo André Martinet, é uma organização que permite a enunciação da mensagem. (p. 3)

(2c) Foi o lingüista Louis Ferdinand de Saussure o responsável pela dicotomia língua/discurso ou fala (em francês, langue/parole). (p. 3)

⁴⁶ Como mostramos no capítulo 2, tópico 2.2.

(2d) *A cada um desses elementos o lingüista Roman Jakobson fez corresponder uma função lingüística. (p. 4)*

No título-enunciado (2) *Nossa Gramática: teoria e prática*, o uso do possessivo “nossa” diante da palavra “gramática” faz do *sujeito-leitor* um *ator* dessa gramática, ou seja, por se tratar da gramática da língua portuguesa ela se estende a todos os falantes dessa língua. A gramática também é do destinatário do enunciado, pois o pronome possessivo de primeira pessoa do plural provoca o efeito de sentido de trazer para dentro do enunciado o *sujeito-leitor*, assim, não se trata de qualquer gramática, mas daquela que é dos falantes da língua. E o seu subtítulo formado pelas palavras *teoria e prática* aponta para uma FD que não se coaduna com a tradição e sim com a FD da ciência, em que o par *teoria/prática* não está dissociado, pelo contrário. Na FD da ciência o referido par é a base de uma proposta de pesquisa na qual o primeiro termo serve de base para o segundo, assim, nesse enunciado, como parte de um título de uma gramática, o efeito de sentido conseguido é que esta gramática está alicerçada em bases teóricas que por sua vez são postas em prática, portanto, não se trata de uma gramática desprovida de uma teoria e se tem teoria tem ciência e isso a distancia de outras que se mantêm apenas na FD da tradição normativo-gramatical cujos critérios se baseiam em fatos linguísticos que nem sempre correspondem aos fatos da língua viva, real e atual. Este *sujeito-autor* se mostra estar baseado nos preceitos da ciência da linguagem.

Já a obra de Nicola e Infante chamou-nos a atenção pelo seu título: (3) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* (1999), e já se encontra em sua 15ª edição, 4ª impressão. Esse título-enunciado sugere que se trata de uma obra que é o retrato da língua portuguesa no estágio atual, da contemporaneidade. É um trabalho que se diz inovador à medida que “os fatos da língua” serão “relacionados com a experiência lingüística do cotidiano”⁴⁷, o que a aproximaria, por sua proposta, de uma proposta de gramática descritiva⁴⁸, já que é esta que se presta à finalidade de descrição dos fatos da língua, e não de uma proposta de gramática normativa, a qual tem por finalidade a prescrição da norma padrão.

Assim como na obra de Cunha, a (3) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* começa com o Capítulo 1, da Parte 1, intitulado *Origem e evolução da língua portuguesa*; assim como a obra de Sacconi, o Capítulo 2, intitulado *Alguns conceitos lingüísticos*, traz também os conceitos de linguagem, língua e fala, por exemplo. Porém, a

⁴⁷ Da Apresentação da obra.

⁴⁸ O conceito de GD será apresentado adiante.

partir da Parte 2, intitulada *Fonologia*, segue-se a divisão tradicional acima exposta, ou seja, o discurso da tradição se repete. A Parte 3 compreende a *Morfologia* e a Parte 4, a *Sintaxe*. Mas no Capítulo 5, da Parte 3, que trata de verbo, aparece um tópico intitulado *Morfossintaxe do verbo ou o verbo na oração* e o termo *morfossintaxe* vai, a partir daí, aparecer nas discussões das demais classes gramaticais, com exceção da preposição e da conjunção, sempre com a mesma construção enunciativa, mudando apenas a classe gramatical abordada. Contudo, na parte da sintaxe esse termo não aparece e a abordagem dada segue o tradicional. Ora, o efeito de sentido, motivado pela palavra *morfossintaxe*, como já salientamos parágrafos acima, ao comentar a estrutura da obra de Cunha, é de remeter o leitor a uma abordagem em que morfologia e sintaxe sejam abordadas sem distinção, mas conjuntamente.

Como Bakhtin (2006) diz que toda palavra é um signo ideologicamente carregado, não poderia ser diferente com o termo “*morfossintaxe*”. A fusão dos termos “*morfologia*” e “*sintaxe*” implica uma mudança ideológica e o termo “*morfossintaxe*” traz em si a ideologia na maneira de ver e propor o ensino de língua portuguesa, uma mudança ideológica na postura e na abordagem da língua que advém do discurso da Linguística. O ensino/aprendizagem de um ponto de vista morfossintático defende que o processo se dê de forma a contemplar morfologia e sintaxe conjuntamente, ou seja, mostrando que a razão de ser das palavras/classes gramaticais (morfologia) é em relação ao seu emprego e posição que ocupa em uma determinada estrutura frasal ou sintagma (sintaxe) e a implicação disto para o con(texto) e o seu sentido (semântica). Fazer uso de tal terminologia expressa a *vontade de dizer* que está a par e que segue essa proposta.

Quanto à formação dos autores, não há qualquer tipo de informação a respeito que conste na obra, porém informações colhidas em outras fontes, como em outras obras dos autores, nos permitem dizer que eles não são pesquisadores, pois têm apenas licenciatura em Letras, mas não têm uma carreira acadêmica. O que os habilitaria, então, a escrever, produzir uma obra de tal envergadura? Inferindo das informações colhidas, seria o fato de serem professores de português há certo tempo no nível médio e cursinhos pré-vestibulares⁴⁹.

Em (3) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*, a pertinência desse título-enunciado está no uso da palavra *contemporânea*. “Contemporânea” significa, segundo o dicionário, “que ou aquele que é do mesmo tempo ou do nosso tempo; coevo, coetâneo” (FERREIRA, 2001, p. 180), o que implica dizer que a língua portuguesa da qual a obra tratará é a do momento atual, que é uma gramática coerente e atualizada com a língua que se usa em

⁴⁹ De acordo com as informações colhidas, ambos são professores há mais de vinte anos e trabalham na rede Anglo Vestibulares, de São Paulo.

“nosso tempo” o que remete a um contradiscurso, a uma *vontade de verdade* que valorizaria uma língua presa ao passado. Em outras palavras, esta gramática está de acordo com os *jogos de verdade* que a episteme do momento histórico-ideológico requer em relação a uma proposta de ensino de língua materna e, por isso, se coloca numa posição de contradiscurso às “verdades” de outras obras que ainda se prendem a uma proposta de ensino de língua materna presa a modelos arcaicos, pelo menos esse é um dos efeitos de sentido a partir do qual o sujeito-leitor pode fazer o contraponto com outras obras. Esses *sujeitos-autores* se mostraram em acordo com o ensino de uma língua “real”, “viva”, e “coevos” com a língua deste momento sócio-histórico. Assim, se mantêm dentro dos *jogos de verdade* que perpassam a “verdade científica”.

A obra (4) *Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação* (1999), de Cereja e Magalhães, por sua vez, chamou nossa atenção por seu título remeter a um tipo de gramática que *a priori* parece não se tratar de uma GN, mas de um tipo que contempla, segundo seu subtítulo, o *texto*, a *semântica* e a *interação*. Vejamos o que seja uma gramática reflexiva, para em seguida discutirmos se este título está em consonância com a proposta desses SAG.

A gramática reflexiva é a gramática em explicitação. Esse conceito se refere mais ao processo do que aos resultados: representa as atividades de observação e reflexão sobre a língua que buscam detectar, levantar suas unidades, regras e princípios, ou seja, a constituição e funcionamento da língua. Parte, pois, das evidências lingüísticas para tentar dizer como é a gramática implícita do falante, que é a gramática da língua. (TRAVAGLIA, 2003, p. 33)

De acordo com a definição acima, essa gramática está presa ao processo de “constituição e funcionamento da língua”. Ela se propõe um instrumento de reflexão e observação sobre a língua o que implica o uso de uma metodologia dedutiva, em que se parte do todo para a parte, do geral para o específico. Ou seja, a partir dos fatos lingüísticos é que se estabeleceriam as normas, as regras que regem os fatos, os princípios e o funcionamento da língua.

Porém, vejamos como o livro está estruturado e o que isso revela de seu discurso e de seus *sujeitos-autores*. A obra está dividida primeiramente em unidades e dentro destas os capítulos, porém os capítulos seguem em uma sequência numérica independente da unidade. A Unidade 1 é intitulada *A comunicação: linguagem, texto e discurso* e nela estão contidos três capítulos: o Capítulo 1 é intitulado *Língua, linguagem e interação social*; o 2, *Comunicação e intencionalidade discursiva*; o 3, *Texto e discurso*. Os enunciados dos títulos

de cada capítulo que compõe a unidade provocam um efeito de sentido que não abrange a GN, mas conceitos e categorias próprias da ciência da linguagem.

Se o leitor cria a expectativa nos primeiros capítulos de que não haverá uma abordagem semelhante a da GN, essa expectativa é quebrada quando a Unidade 2 é intitulada *Fonologia*; a 3, *Morfologia: a palavra e seus paradigmas*; e a 4, *Sintaxe: a palavra em ação*, pois retoma na memória discursiva do leitor o discurso da divisão tradicional da GN, com todos os seus elementos. Mesmo acompanhados de subtítulos que sugerem “algo mais” que morfologia ou sintaxe a abordagem segue o tradicional, portanto, na essência do conteúdo e das explicações não fogem ao discurso da tradição normativa.

Para manter a coerência com a proposta do livro, ao final de cada capítulo, os dois últimos tópicos têm em seus enunciados, respectivamente, as expressões “*na construção do texto*”, antecedida do nome do assunto ou da categoria gramatical que se está discutindo no capítulo, como por exemplo, “*Sons e letras na construção do texto*”, “*A ortografia na construção do texto*”, e “*Semântica e interação*”, como último tópico, em que sempre se trabalha um texto, dos mais variados gêneros textuais/discursivos, onde se procura interpretar e aplicar os conhecimentos do assunto trabalhado no capítulo.

Quanto à formação dos autores, consta que são mestres na área de literatura: Cereja, em Teoria Literária pela USP e Magalhães, mestra em Estudos Literários pela Unesp, o que os torna autores com certa bagagem de pesquisa, portanto, com uma visão mais acadêmica sobre a ciência, porém são de outro domínio discursivo, a Literatura, e não da Linguística.

O título-enunciado (4) *Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação* se apresenta como uma tipologia gramatical que não se define como normativa. Propondo-se uma gramática reflexiva, a obra, em seu subtítulo, diz que vai tratar com o *texto*, com a *semântica* e será *interativa*. De acordo com a definição acima, ela se encaixaria numa metodologia de caráter dedutivo, ou seja, partiria do geral para o específico. Com isso, implica dizer que estará tratando da língua materna sob o prisma de uma outra “verdade” que não a normativa. Essa *vontade de verdade* expressa no título-enunciado diz que a partir dos fatos da língua observados se formulariam as regras da língua. É um título completamente atravessado pela FD da Linguística. Além disso, ela se propõe interativa, o que certamente não se trata de mera coincidência, de acordo com a proposta defendida em Travaglia (2003) em cujo título consta a palavra *interação* o que aponta o atravessamento discursivo de tal proposta. Além disso, as palavras *texto*, *semântica* e *interação* que constam no subtítulo

implicam um efeito de sentido que vai além do simples estabelecimento de regras. A FD de onde provêm essas palavras com certeza não é da GN.

A obra de Infante, (5) *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* (2001), em sua 6ª edição revista e ampliada, além do fato de ser uma segunda obra do autor - co-autor da (3) *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* -, o título provoca um efeito de sentido que leva o leitor a pensar em *gramática* e *texto*. Da mesma forma que encontramos em Cereja e Magalhães, também Infante toma os textos como “pretexto” para o ensino de GN, mas com uma roupagem de “modernidade”, ou, como diz Faraco (2008), “modernoso”. Ela está dividida “à imagem e semelhança” de *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* apenas se diferenciando pelo fato de começar cada capítulo com um texto dos mais variados gêneros textuais, como fazem Cereja e Magalhães, donde parte as explicações iniciais para introduzir o texto do assunto gramatical do capítulo.

Esse título-enunciado é atravessado pela FD da Linguística Aplicada. O efeito de sentido provocado pelo termo “aplicada” no título remete a uma relação entre texto e gramática cuja discussão advém desse ramo da ciência da linguagem. É que a gramática será aplicada ao estudo de textos. Essa *vontade de verdade* expressa no enunciado - aplicar a gramática à abordagem do texto - estaria em consonância com os *jogos de verdade* da Linguística, pois esta defende que a razão de ser da gramática é em relação aos textos. Ele se mostra, com isso, um *sujeito-autor* sintonizado com a proposta do discurso linguístico ou mais precisamente com a FD da Linguística Aplicada.

A proposta dos SAL na abordagem da língua materna é mais de reflexão e descrição do que de prescrição, pelo menos em princípio⁵⁰. Aqui abre-se a questão sobre a suposta neutralidade da GD e dos MDL, já que estes dizem está sobre as bases da ciência assim como aquela.

A (6) *Gramática Descritiva do Português* (2004), de Perini, é a única com um título tão explícito e direto que remete à proposta de gramática da Linguística. Sua estrutura não segue o modelo e a divisão tradicional de uma GN. Os conteúdos abordados deixam de fora a fonética e a fonologia e a morfologia é tratada dentro do capítulo da lexicologia, mais especificamente no tópico *Princípios de taxonomia*, que é a parte da gramática que classifica as palavras em categorias gramaticais, mas incluem a semântica. A GD de Perini, marco na literatura linguística, até onde sabemos, é uma obra cujo título-enunciado vem delimitado por

⁵⁰ A nossa ressalva se dá pelo motivo levando por Franchi na citação no capítulo 2, em que ele chama a atenção para o fato de que “em princípio” descritiva, a GD pode vir a se tornar prescritiva pelas razões que ele elencou na referida passagem.

um adjetivo, “descritiva”, marcando bem o tipo de gramática, à semelhança de “gramática reflexiva”.

O que é uma GD? Em que ela se diferencia da GN? Qual a sua proposta? Vejamos o que é uma *gramática descritiva*, na definição de Travaglia:

é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias lingüísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos. Portanto a gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade culta e dá preferência para a forma oral desta variedade. (2003, p. 32)

Esse título-enunciado aponta para uma FD que não se restringe apenas à manutenção e ao estabelecimento das regras da variedade padrão, o que implicaria dizer que a língua portuguesa é o todo e não uma parte, como geralmente se faz. Esse título-enunciado, marcado pelo adjetivo “descritiva”, provoca um efeito de sentido que remete à formação discursiva da linguística. Ela representa o “ideal” nos *jogos de verdade* dessa formação discursiva, que é o discurso da ciência da linguagem. Além disso, o *sujeito-autor* que aí se revela é um sujeito da ciência que não está preocupado em estabelecer uma “verdade” baseada no julgo do “certo” ou do “errado” porque não é este o papel da ciência, mas o de descrever imparcialmente, trabalhar “com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade culta”.

Essa postura imparcial sobre a abordagem do objeto de estudo lhe conferiria o caráter de neutralidade que deve perpassar o discurso da ciência, dando a entender que o fato de se trabalhar com qualquer variedade da língua, não privilegiando a “variedade culta” e dando “preferência para a forma oral desta variedade”, não se trata de uma escolha ideológica. Além disso, o sintagma adjetival “descritiva” vem marcar com o seu efeito de sentido a oposição ao termo “normativa” e isso já é uma escolha ideológica. Nesse sentido a advertência de Franchi se justifica na medida em que ao se “descrever” duas variedades da língua, por exemplo, uma delas será indicada como mais adequada ao uso em determinado contexto, assim perde-se o caráter de neutralidade.

A observação feita por Britto (2004) para a gramática normativa serve também, neste contexto, para a gramática descritiva e por extensão aos manuais didáticos de linguística: “a *aparente neutralidade* da gramática se desfaz assim que se indaga que uso

idiomático que se quer registrar, já que todas as expressões lingüísticas decorrem do uso idiomático” (BRITTO, 2004, p. 34).

Já a obra de Azeredo, (7) *Fundamentos de Gramática do Português* (2004), apresenta uma estrutura bem mais próxima de uma gramática tradicional, porém com algumas peculiaridades que a torna diferente. Se ela se aproxima mais do plano geral de uma gramática normativa tradicional, o termo “fundamentos” (“O conjunto dos princípios básicos de um ramo de conhecimento, de uma técnica, de uma atividade, etc.”⁵¹) remete ao sentido de que se trata das primeiras noções básicas da gramática do português, portanto, não se trata de uma gramática normativa na concepção tradicional. Em forma de entrada de dicionário, na capa do livro, logo abaixo do título e do nome do autor, vem a palavra (verbetes) *gramática* assim definida: “1. estudo ou tratado dos fatos da linguagem, falada e escrita, e das leis naturais que a regulam. 2. livro onde se expõem as regras da linguagem. 3. exemplar de um desses livros.” O que aponta qual a concepção de gramática do *sujeito-autor* da qual ele irá tratar em seus *Fundamentos*.

No caso do título-enunciado (8) *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*, de Macambira (1999), o efeito de sentido provocado pela palavra “estrutura” remete à corrente lingüística denominada *Estruturalismo*, a qual tem início com Saussure, cujo princípio é estudar a língua pela língua sem levar em conta o seu uso. E o termo “morfo-sintática”⁵², como observamos nas obras de Cunha e Nicola e Infante, que também trazem o termo, porém grafado “morfossintaxe”, demonstra a proximidade terminológica usada tanto nas GN e GP e no MDL. Essa referência não é mera coincidência, pois o autor vai declarar na introdução que, de fato, a obra foi concebida “à luz da lingüística moderna”, portanto corrobora a sua filiação à corrente estruturalista da Lingüística, em cujas bases teóricas o autor irá se alicear para aplicar ao estudo da morfossintaxe do português.

Um ponto comum em todos os títulos das GP é que eles vêm sempre acompanhado de um adjetivo que procura diferenciar a obra em questão de uma outra com um “simples” título como em (1), que remete a um efeito de sentido de algo ultrapassado, antigo, não atualizado, pois o que parece é que dessa forma, palavras como “contemporânea”, “nossa”, “teoria e prática”, “reflexiva”, “aplicada aos textos”, os títulos em (2), (3), (4) e (5) procuram se aproximar daquilo que o efeito de sentido do título em (6) remete. Algo mais próximo do discurso da ciência, portanto, mais em acordo com a “verdade científica” que a Lingüística

⁵¹ Dicionário Aurélio Eletrônico

⁵² Ver discussão à página 105 em torno do termo “morfossintaxe” e nota 5, à página 101, sobre a ortografia.

propaga sobre a língua e que se contrapõe ao discurso da GT, que não tem um caráter de “verdade científica”.

Essa “vontade de verdade científica” fica mais evidente nos discursos dos textos de apresentação das obras. Como Foucault ressaltou que o sujeito do prefácio não é o mesmo do corpo da obra, é nessa esteira que vamos trilhar com o objetivo de revelar o *sujeito-autor* disperso, que ora parece “moderno” (em consonância com a ciência), ora parece “conservador” (na esteira da tradição). Vejamos isso no próximo item.

3.2 Sujeito-Autor-Gramático: o sujeito na/da apresentação

Faremos, neste tópico, a análise dos textos de apresentação/prefácio⁵³ das GN/GP e da GD e dos MDL. Esses textos da *Apresentação/Prefácio* julgamos ser reveladores da posição ideológica dos *sujeitos-autores gramáticos e linguistas* em questão e que *verdades*, ou antes, *vontades de verdade*, eles propagam nestes textos introdutórios de suas respectivas obras, o que nos permite ver como se subjetivam. Vejamos o enunciado (9):

(9) Esta **Gramática**⁵⁴ foi redigida com a finalidade principal de tornar-se um **útil instrumento didático** em mãos dos alunos [...]. Procuraremos apresentar as características do português **contemporâneo** em sua **modalidade culta**, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores do século XX. [...] Notar-se-á em toda a obra a preocupação de descrever, explicar e valorizar os fatos idiomáticos dentro de certos **princípios lingüísticos** que, à falta de melhor denominação, chamaríamos **funcionais**. (CUNHA, 1986, *Apresentação*)

No enunciado (9) o *sujeito-autor* fala em *português contemporâneo* provocando o efeito de sentido de *atualidade*, de *coetâneo*, contudo, ao situar historicamente o que ele considera como exemplo de *português contemporâneo*, vemos que essa delimitação, esse recorte, na verdade, será apontado no enunciado (10) como exemplos de “formas cristalizadas” e “desgastadas”, portanto ultrapassadas para ilustrarem a realidade linguística

⁵³ Como já foi informado na introdução deste capítulo, quando da análise da estrutura de cada obra, a gramática de Sacconi não contém texto de apresentação ou prefácio, por isso ela não será retomada neste tópico.

⁵⁴ Todos os grifos presentes nos textos transcritos são do original.

do português atual. No entanto, o SAG desse enunciado está assujeitado à FD da tradição normativo-gramatical, que tem nos escritores a fonte de exemplos do bom vernáculo, principalmente nos cânones da literatura. Nos *jogos de verdade* dessa FD, é nas obras literárias que se encontram as “verdades” da norma padrão, assim, o SAG retoma em seu dizer na memória discursiva dessa tradição.

No entanto, um aspecto relevante, ponto precípuo de nossa tese, é o atravessamento da FD da linguística na FD da GN. No texto (9a), o enunciado

*(9a) Notar-se-á em toda a obra a preocupação de **descrever, explicar e valorizar os fatos idiomáticos dentro de certos princípios lingüísticos** que, à falta de melhor denominação, chamaríamos **funcionais**.*

revela um SAG que se mostra paradoxal ao admitir que certos fatos da língua não poderão ser explicados simplesmente pelos recursos da GN, daí recorrer a “certos princípios lingüísticos” que são deslocados da FD da *gramática funcional* para a GN. Prova da dispersão, da clivagem de um SAG que se revela dividido entre a FD da NGB, mesmo reconhecendo as suas limitações para tratar dos “fatos idiomáticos”, daí a sua “preocupação” em recorrer a “certos princípios lingüísticos” para “descrever, explicar e valorizar” tais fatos. Esse dizer revela a clivagem do SAG deste discurso.

Já no texto (10),

*(10) [...] procuramos produzir uma gramática que se caracterizasse por uma **extrema clareza na apresentação de conceitos, sem, com isso, torná-la maçante. Ao mesmo tempo, os fatos da língua são sempre expressos de forma ampla, sendo relacionados com a experiência lingüística do cotidiano. [...] presente em diferentes níveis de fala do português contemporâneo [...] Esse farto material lingüístico foi organizado de maneira a fugir às formas cristalizadas que proliferam nos manuais do gênero, fórmulas desgastadas, nem sempre provenientes de uma reflexão ou experiência didaticamente comprometidas.** (NICOLA; INFANTE, 1999, *Apresentação*)*

os SAG fazem uma crítica a obras do gênero porque ainda adotam como exemplos ilustrativos das “formas cristalizadas”, “fórmulas desgastadas” que os *sujeitos-autores* dizem se proliferar “nos manuais do gênero [gramática]”. Para estes, se posicionando no contraponto desse dizer, “português contemporâneo” corresponde ao que está “presente em diferentes níveis de fala” e na “experiência lingüística do cotidiano”. Esse dizer, como já salientamos anteriormente, está atravessado pelo dizer da FD da GD e é uma crítica à tradição normativo-gramatical. Nesse dizer, os SAG parecem querer se colocar fora dessa tradição, o que os aproximaria do dizer da ciência, do discurso científico que “descreve e registra para uma determinada variedade da

língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias lingüísticas existentes”, conforme definição acima de Travaglia. São SAG que negam a FD da tradição normativo-gramatical, apesar de estarem dentro dela, e se mostram em consonância com a FD da Linguística ao revelarem que “os fatos da língua” serão “relacionados” “numa abordagem sincrônica”.

Vejamos o texto (11):

*(11) O ensino de Gramática **deve ser útil**. Essa foi e continua a idéia fundamental do nosso livro: apresentar os conteúdos da disciplina gramatical de forma a que ela possa constituir um poderoso **instrumento na utilização** diária da palavra falada e escrita. O caminho que escolhemos para **tornar significativos os conteúdos gramaticais** foi subordinar seu estudo aos textos. [...] **Textos contemporâneos**, produzidos numa forma de língua apropriada a um **ensino atualizado e dinâmico**. (INFANTE, 2001, **Apresentação**)*

A preocupação com o “contemporâneo” parece ser recorrente, pois também está em (9) e (10), quando o SAG em (11) diz que os conteúdos gramaticais da obra serão subordinados aos estudos de “textos *contemporâneos*, produzidos numa forma de língua apropriada a um ensino *atualizado e dinâmico*”. Essa ideia de contemporaneidade é reforçada pelos sintagmas adjetivais – “atualizado”, “dinâmico” - que vêm em seguida como qualificador do sintagma nominal “ensino”. Essa recorrência à atualização da dos usos da língua aliada ao discurso da utilidade da gramática (“útil”, “instrumento na utilização”), revela um SAG menos preso à FD da tradição normativo-gramatical e mais preocupado em estar “atualizado” com o discurso que diz que os “conteúdos gramaticais” devem ser “significativos” e, para isso, devem estar subordinados aos textos. Esse dizer é da linguística aplicada, assim, temos um SAG que se mostra, neste dizer, mais em consonância com esta do que com a GT.

Passemos ao texto (12):

*(12) [...] **o uso adequado e eficiente da linguagem verbal** é cada vez mais necessário. [...] Portanto, ter domínio da língua faz muita diferença. Significa estar preparado para interagir com outras pessoas, o que implica ter a possibilidade de influenciar seu modo de agir e pensar e, da mesma forma, também ser influenciado. **Língua é, pois, mudança, interação, transformação**. Durante longo tempo, acreditou-se que falar bem português era falar difícil, isto é, empregar frases de efeito, com estrutura complicada e **vocabulário culto**. Hoje pensa-se de modo diferente: usar bem o português é o mesmo que saber adequá-lo às diferentes situações sociais de que participamos. [...] A língua estudada nesta gramática **é a língua portuguesa viva**, isto é, a utilizada em suas variedades **oral ou escrita, culta ou coloquial, formal ou informal, regional ou urbana**, etc. (CEREJA; MAGALHÃES, 1999, **Apresentação**)*

Em (12), os marcadores temporais “durante longo tempo”, “hoje” fazem a oposição e assumem essa delimitação entre passado presente e o termo *língua portuguesa viva* retoma o discurso presente nos demais enunciados: a negação de um estudo gramatical preso a modelos que não condizem com a realidade linguística da atualidade do *português contemporâneo*. Em (12a), encontramos uma definição de língua que bem ilustra esse atravessamento discursivo e o paradoxo em que se encontram os SAG, pois este dizer não está dentro da FD da GN, pelo contrário, ele vai de encontro à concepção dessa tradição que tem a língua como algo estável e imutável.

(12a) *Língua é, pois, mudança, interação, transformação.*

Ora, essa definição é uma concepção de ordem linguística que remete aos discursos da sociolinguística e do sociointeracionismo. Esse discurso é um *contradiscurso* que dialoga com o discurso presente em Cunha. Este sofre a crítica de se prender a modelos de uma língua que já não atendem a uma “língua viva”, *língua apropriada*, portanto, já não fazem mais parte dos *jogos de verdade* sobre a língua portuguesa contemporânea, pois, como vimos, esse é um ponto em comum em todos os discursos: o estudo gramatical normativo deve retratar fielmente a realidade linguística da língua, deve estar relacionado “com a experiência linguística do cotidiano”, pois essa língua portuguesa deve “ser a utilizada em suas variedades oral ou escrita, culta ou coloquial, formal ou informal, regional ou urbana, etc.” Com isso, percebemos certa rejeição ao discurso da GT que tem nos escritores clássicos, como declara Cunha, os modelos da verdadeira e correta forma da língua portuguesa. Portanto, há uma nova *vontade de verdade* expressa nesses discursos que se opõe à “verdade” da tradição normativo-gramatical que os SAG parecem rejeitar na constituição de seus textos.

Nesse mesmo passo, em (10), (11) e (12) esse atravessamento é denunciado por palavras e expressões usadas advindas da ciência da linguagem, como: (10) “fatos da língua”, “experiência linguística do cotidiano”; (11) “palavra falada e escrita”; (12) “reflexão ou experiência didaticamente comprometidas”, “saber adequá-lo às diferentes situações sociais de que participamos”, “variedades oral ou escrita” etc. Isso aponta para um SAG que se revela, ou se diz (subjativa-se), um *autor-gramático* que tem um *saber* linguístico que vai além do discurso da tradição gramatical e que se coaduna com o discurso científico. Mais precisamente esses dizeres vêm da FD da Sociolinguística.

Em linhas gerais, podemos dizer que há um atravessamento comum de FDs em todos os textos, inclusive naquele texto constitutivo da obra que classificamos como uma GN,

que diz se destinar a uma proposta didática, portanto, de ensino e de caráter pedagógico. Todos os SAG se mostram preocupados com a atualização e a utilidade de suas obras como instrumentos de manutenção da língua materna contemporânea, atual⁵⁵.

Apenas Cunha, entre os *autores-gramáticos* que fazem parte do *corpus*, admite seguir a NGB, embora todos eles sigam as orientações ali postas⁵⁶, e extrair seus exemplos de escritores contemporâneos, delimitando-os a partir do Romantismo, século XIX, até os autores do Modernismo, século XX, dando preferência a autores consagrados e já falecidos, enquanto que os outros falam em *língua viva*, na língua usada pelos falantes nas várias modalidades e variedades, com exemplos colhidos nos mais diversos tipos de texto, inclusive em jornais, charges, letras de música etc., e não apenas em escritores consagrados, ao tempo em que se critica, visto no texto de Nicola e Infante, as “formas cristalizadas”, “fórmulas desgastadas”, ou seja, aquilo que representa a tradição da GN e que se rejeita no momento.

Mesmo nos casos em que a Linguística aponta falhas e deturpações conceituais ou metodológicas, elas permanecem nos textos das GN/GP sem qualquer tipo de restrição, porque preferem seguir a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). Nesse ponto, em nada difere daquelas que denominamos como GN. Estas por sua vez são mais coerentes e “honestas” ao que se propõe. Isso não quer dizer que também não apresentem suas incoerências, falhas e lacunas. O ponto em questão é o fato de as GN/GP atenderem a uma proposta metodológica de ensino/aprendizagem em âmbito escolar, portanto, são “verdades” que se querem servir de modelo a ser seguido restringindo-se apenas ao ensino da GN de forma dogmática.

Ainda presos ao restrito *certo* ou *errado* que guiam o estabelecimento das regras, normas da língua materna, os *sujeitos-linguistas* criticam essa visão limitada e por isso propõem uma “gramática plural” e “interativa”, “funcional” que, de fato, atenda ao que deve ser uma gramática de uma língua, pois ela não se limita à “verdade” do certo ou do errado. Há outras “verdades” sobre a língua que a GN ignora ou exclui, que certamente os mais conservadores defendem.

Diante disso, podemos dizer que há, pelo menos, dois sujeitos presentes nestes discursos (e aqui se poderia falar da clivagem do sujeito ao qual nos referimos no Capítulo 1, ou seja, o sujeito nunca é uno, depende da posição que ocupa), daí o paradoxo do sujeito, da manifestação de sujeitos discursivos clivados no mesmo sujeito. Percebemos um sujeito que

⁵⁵ Embora para Cunha a concepção de *contemporânea* não coincida com a dos demais, como pode ser visto no texto da *Apresentação* no enunciado (1). Para ele, contemporâneo é a partir do Século XIX; para ou outros, somente do Século XX à atualidade.

⁵⁶ Conforme foi discutido no Cap. 2, seção 2.2.

se mostra atualizado com as propostas que advêm das pesquisas linguísticas denunciado nos títulos e prefácios/apresentações e um sujeito que ainda se mantém preso à tradição normativo-gramatical e resiste, no interior da obra, a essas inovações propostas na abordagem e na metodologia de ensino da língua materna. Daí cabe-nos a seguinte pergunta: o SAG é um sujeito que vive o conflito de estar entre duas FD de que é preciso mudar, mas está preso, assujeitado à FI da tradição normativo-gramatical, e por isso incorre em contradição, pois entre o que ele se propõe no texto introdutório e o que de fato apresenta no conteúdo não condizem, ou é um “fingidor” que se apresenta como atualizado pela necessidade do momento histórico-ideológico quando na verdade não é? Diante dessa pergunta, convém fazer a seguinte colocação: “o *poder* da autoridade é obtido, pelo autor, através do *saber*. Enquanto detentor do conhecimento, o autor tem a autoridade para legitimar o seu texto e construir um *efeito de verdade*” (GREGOLIN *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 44).

Expostos os pontos de vista dos SAG, ou antes, os paradoxos dos SAG, que se revelam sujeitos clivados entre a *vontade de verdade* em ser atualizado com o discurso da ciência da linguagem e em se manter assujeitado ao discurso da tradição normativo-gramatical. Posto isso, passemos a analisar os pontos de vista dos SAL contidos nos prefácio/apresentações de suas respectivas obras. Da mesma forma que procedemos em relação à GN e às GP, faremos com a GD e os MDL: transcreveremos alguns trechos dos textos introdutórios dessas obras.

Vejam os fragmentos de texto (13), retirado do *Prefácio* da GD:

(13) A insatisfação com a **qualidade das gramáticas** vem de longe e atinge todos os grupos interessados: *lingüistas teóricos, especialistas e professores de português, alunos e simples curiosos. Depois de décadas apontando os defeitos da tradição gramatical, cobra-se insistentemente dos pesquisadores a elaboração de gramáticas mais adequadas.*

Algumas tentativas já foram feitas nesse sentido: mencionarei Back e Matos, 1972; Macambira, 1982; e Mateus et al., 1983. A presente **Gramática**⁵⁷ representa uma **nova proposta**, que espero seja **melhor** do que suas predecessoras. A seguir, farei algumas considerações sobre as condições do ensino gramatical no Brasil, para **situar este livro no contexto em que ele pretende atuar.**

Enquanto tudo isso acontece, porém, nossos filhos são obrigados a estudar compêndios de gramática onde se considera a homonímia e a polissemia ‘defeitos da língua’, e não recursos essenciais de comunicação; onde se definem funções e classes de maneira totalmente vaga e confusa; onde se fala de um fonema com sendo um ‘som’; onde se justifica uma análise com base em construções desusadas desde o século XIX; e assim por diante.

⁵⁷ Grifo do autor

Existe um lugar para a gramática no ensino de primeiro e segundo graus [sic], lugar atualmente ocupado por uma doutrina gramatical que prescindir de toda a lingüística dos últimos setenta anos – e, na verdade, também de boa parte da lingüística anterior. Trata-se da gramática tradicional; ou, melhor dizendo, da versão atual, seriamente empobrecida, da velha gramática tradicional. (PERINI, 2004, Prefácio, p. 13- 14)

No fragmento (13), o SAL se subjetiva de forma contundente quando faz um juízo de valor em relação à “qualidade das gramáticas” ao dizer que há uma “insatisfação” por parte de todos que fazem uso de gramáticas. Ora, sendo assim, devemos inferir que o seu trabalho vem no sentido de sanar tal insatisfação, já que produzir um manual de gramática, também estaria entrando na seara daqueles que escrevem gramáticas e, com certeza, não pretende cair na mesma condição: produzir uma gramática de má qualidade e que gere insatisfação. Em seu dizer não há negação da gramática, pois diz ele que “existe um lugar para a gramática [qual?]”, mas não para aquela “doutrina gramatical que prescindir de toda a lingüística dos últimos setenta anos”, ou seja, como ressalta o *sujeito-autor*, da “da versão atual, *seriamente empobrecida*, da velha gramática tradicional”. Sendo assim, o SAL apresenta a “sua” Gramática (grafada em maiúscula) como uma “nova proposta” que possa vir a substituir, de certo, as que aí estão, com “os defeitos da tradição” e que se baseia “em construções desusadas desde o século XIX”. Esta “Gramática” que ora ele apresenta, certamente, é “mais adequada” que as GN/GT porque foi elaborada por um “pesquisador”, um sujeito da ciência

Ora, percebemos aqui nesse dizer o diálogo com os textos dos SAG das GP anteriormente analisados. A rejeição às “formas cristalizadas”, às “fórmulas desgastadas” a que se prende a tradição normativo-gramatical, está neste discurso, ao tempo em que se caracteriza como um contradiscurso, também, ao texto de Cunha, único entre os SAG, que declarou seguir a tradição, quando nega “as construções desusadas” do “século XIX”.

Além disso, esse discurso revela um SAL cujo dizer não é o da neutralidade do discurso científico, a-ideológico. Quando diz que sua obra “representa uma *nova* proposta”, certamente não diz sem uma “intenção”, mas, pelo contrário, pretende que ela ocupe o lugar que ele diz existir para a gramática em lugar da “*velha* gramatical tradicional”. Não é a-ideológico, com certeza, o jogo de oposição que se dá entre as palavras “nova” e “velha” e o efeito de sentido aí provocado: substituir a velha proposta, que já não atende mais as necessidades do momento histórico-ideológico, pela nova (um novo paradigma com bases científicas). Portanto, quando diz “situar este livro no contexto em que ele *pretende atuar*” remete, mais uma vez, ao dizer de Franchi (2006, p. 22) e o corrobora: “a gramática descritiva parece mais neutra, mais científica que a normativa. Mas as coisas não são necessariamente

assim. O ponto de vista normativo pode introduzir-se, sorrateiramente, na gramática descritiva [...]” e esta por sua vez “na prática escolar” pode incorporar “a gramática descritiva” e se transformar “em um instrumento para as prescrições da gramática normativa” (*idem*, p. 23).

Vamos ao texto (14):

*(14) Os sinais sonoros ou gráficos com que se materializam nossos discursos veiculam sentidos que elaboramos durante o processo de falar-escrever e ouvir-ler. [...] **Conhecê-los para fins interativos** é um requisito da vida em sociedade, mas descobrir e explicitar como são e a que leis estão sujeitos em seu funcionamento é tarefa adicional, nem sempre de efeitos práticos evidentes, mas pertinente à aventura histórica do homem em busca do autoconhecimento.*

*Entre os objetivos do **estudo da linguagem** está, portanto, a descoberta dos mecanismos e procedimentos que utilizamos tanto para produzir os sinais sonoros e gráficos que constituem nossos discursos quanto para atribuir-lhes sentido. Uma parte desses mecanismos e procedimentos recebe o nome de **gramática**⁵⁸, tanto na acepção de **conhecimento intuitivo e prático da língua** que qualquer usuário possui, quanto na acepção de **descrição formal** desse conhecimento.*

*Ao estudarmos uma língua com o objetivo de **explicitar sua gramática** na segunda acepção acima, baseamo-nos necessariamente em um **modelo teórico**, o qual constitui, na verdade, uma hipótese sobre como essa língua se organiza estruturalmente para tornar possíveis a expressão e a compreensão de sentidos*

*Nenhum **modelo pode ser rígido**, mas sempre precisa ser concebido como uma **forma homogênea e coerente**. [...]*

*Pode-se daí concluir que qualquer **modelo descritivo** tem suas **limitações**, e que, por isso, **toda análise está sujeita a reformulação**.” (AZEREDO, 2004, *Apresentação*, p. 11-12)*

O enunciado (14) de imediato nos chama a atenção pelo diálogo que trava com o texto de (4) *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*, de Cereja e Magalhães, ou pelo menos com a proposta desta obra. Aqui também se fala em “interação”, em sentido, pois o *sujeito-autor* diz que “nossos discursos veiculam *sentidos*” à medida que interagimos em atos de comunicação e interlocução e esses sentidos devem ser conhecidos “para fins *interativos*”, ou seja, nós interagimos por meio de textos, seja oral ou escrito, que veiculam discursos e discursos são constituídos de sentidos (semântica). Assim, dizer que no discurso do SAL também há o atravessamento da FD do sociointeracionismo como estar presente no discurso dos referidos SAG, é corroborar a aproximação entre as FD que norteiam as duas obras, na medida em que ambas parecem direcionar seus dizeres para a relação linguagem e sociedade.

A ênfase é no “estudo da linguagem” e não na língua. Isso desloca o foco da abordagem, porém o *sujeito-autor* não deixa de ressaltar que “sentidos” e “funcionamentos”

⁵⁸ Grifo do autor

são mecanismos que estão ligados à gramática, que ele define como “conhecimento intuitivo e prático da língua” e “descrição formal”, e esta última deve estar respaldada por um “modelo teórico”, mas, como diz o autor, “nenhum modelo pode ser rígido”.

Assim, esta obra, construída sobre os alicerces da Linguística, no seu dizer não nega o ensino de gramática, contudo, o SAL não determina com um sintagma adjetival a que tipo de gramática ele se refere, mas pelos termos empregados no texto, como “descrição formal”, “explicitar sua *gramática*”, “modelo teórico”, “modelo descritivo”, denunciam a que FD ele se refere: a gramática descritiva. As últimas observações feitas para o texto (13) no último parágrafo servem indubitavelmente para o texto (14).

Analisemos o texto (15):

(15) Não se trata de abolir a gramática tradicional, que tantos e tão bons serviços prestou e vem prestando ao estudo e ao ensino de línguas, nacionais ou estrangeiras. O que cumpre e urge é favorecê-la com as conquistas da lingüística moderna, que já são inúmeras e se alargam a cada passo. Não é mais possível ensinar pela boca de Apolônio Díscolo, que viveu e gramaticou no segundo século da era cristã. O termo gramatiquice testemunha penosamente o descrédito que invadiu a esfera dos estudos gramaticais, e adverte-nos que se deve mudar, conservando-se o que esteja certo e alterando-se o que for errado. (MACAMBIRA, *Introdução*)

Ao contrário do que ocorreu nos textos anteriores, a posição do SAL, em (15), é de reconhecimento da importância da GT, “que tantos e tão bons serviços prestou e vem prestando ao estudo e ao ensino de línguas”. Apesar desse reconhecimento, o SAL não deixa de anotar a necessidade de ela ser favorecida “com as conquistas da lingüística moderna”. Essa ressalva implica dizer que de fato a GN/GT precisa do respaldo do *saber/poder* da Linguística, se isso é necessário, é porque o SAL também reconhece que a GN/GT apresenta problemas e esses problemas a levou ao “descrédito”, assim, caberia à Linguística “favorecê-la” com o seu *saber* e não “abolir a gramática tradicional”. No discurso deste SAL, há uma *vontade de verdade* que o faz reivindicar que a Linguística cumpra o seu papel social de ciência: que as suas “conquistas” sejam revertidas em benefício dos estudos e ensino da gramática normativo-tradicional. Porém ele não deixa de fazer também sua crítica ao ensino de formas arcaicas tomadas como modelo e à “gramatiquice”.

Em resumo, os discursos dos SAL, seja na GD seja nos MDL, não se distanciam daquilo que pretendem as GN/GP em seus dizeres (discursos) na introdução/prefácio. São dizeres muito próximos. Em outras palavras, a *vontade de verdade* dos sujeitos-autores, gramáticos ou linguistas, são praticamente a mesma. Um ponto comum a todos é o foco de ensino. Essa *vontade de verdade* constituiu todos os discursos, de todos os *sujeitos-autores*.

Nosso próximo passo é ver como os textos vão se construindo e os discursos vão se constituindo e sendo constituídos e como as “verdades” vão sendo estabelecidas na abordagem de conteúdos e no estabelecimento das regras e construção de conceitos/definições, tanto das GN/GP como da GD e dos MDL, em relação a algumas categorias sintáticas, no sentido de constatar se as “verdades”, o *saber/poder* e os *sujeitos-autores* que constituem os discursos dos títulos e apresentações/prefácio são os mesmos.

3.3 A Sintaxe nos Jogos de Verdade da GN e da Linguística

Lembrando que a sintaxe é a parte da gramática que estuda as relações e funções das categorias gramaticais em determinados contextos, neste tópico, vamos fazer uma análise dos enunciados que constituem conceitos/definições de algumas categorias sintáticas, tais como *frase*, *oração* e *período* no sentido de revelar os *sujeitos*, os *jogos/vontade de verdade* e o *saber/poder* que permeiam, constituem e são constituídos nos discursos constitutivos desses enunciados. Nesse sentido, convém citar Oliveira (2005, p. 50): “os *jogos de verdade* alicerçados nas relações de poder são responsáveis pela constituição dos indivíduos em sujeitos”, por isso, diz ainda a autora, são “esses *jogos de verdade* que, numa sociedade, determinam o modo ‘verdadeiro’ de ser sujeito [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 50-51).

Buscaremos ver como cada *sujeito-autor* define/conceitua cada categoria sintática; se há um consenso conceitual entre os próprios gramáticos e entre gramáticos e linguistas, sabendo que estes têm objetivos e formas de olhar para a língua diferenciados, caso não haja, em que eles divergem? Em que *jogos de verdade* estão inseridos os conceitos por eles formulados? Que *vontades de verdade* eles expressam? Os conceitos/definições seguem na esteira da tradição ou são apresentados sob novos paradigmas advindos da Linguística? Os SAL são inovadores ou se assujeitam à tradição normativo-gramatical, apenas redizendo os ‘velhos’ conceitos dogmáticos? Todas essas questões levantadas vão servir para nortear nossas análises neste item.

Começemos pelo conceito de *frase*. Assim, vejamos os conceitos a seguir:

(16) A *frase* é uma **enunciação** de sentido completo, a verdadeira unidade da fala. (CUNHA, p. 135)

(17) A **frase** se define pelo seu propósito **comunicativo**, ou seja, pela sua capacidade de, num intercâmbio lingüístico, ser capaz de transmitir um conteúdo satisfatório para a situação que é utilizada. (INFANTE, p. 412)

(18) **Frase** é a unidade de texto que numa situação de **comunicação** é capaz de transmitir um pensamento completo. (CEREJA; MAGALHÃES, p. 211)

(19) Costumamos entender por **frase a menor enunciação verbal suficiente para a expressão de um ato comunicativo**⁵⁹, seja ela uma interjeição, seja um período. (AZEREDO, p. 66)

Nas demais obras o conceito de frase não é dado diretamente ou é dado por citação de outro autor. Neste caso, especificamente, nas duas obras em que isso ocorre, as duas fazem, coincidentemente, a mesma referência a Mattoso Câmara. Tanto em Nicola e Infante quanto em Perini encontra-se a seguinte definição atribuída ao referido linguista, retirada de seu *Dicionário de Lingüística e Gramática*:

(20) *Unidade de comunicação lingüística, caracterizada, como tal, do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo, e do ponto de vista fonético – por uma entonação, que lhe assinala nitidamente o começo e o fim.* (NICOLA; INFANTE, p. 243)

(21) *Unidade de comunicação lingüística, caracterizada [...] do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo -, e do ponto de vista fonético – por uma entoação [...] que lhe assinala nitidamente o começo e o fim.* (PERINI, p. 61)

Em Sacconi não há uma definição explícita, direta. Antes há uma definição “indireta” e um comentário contrário ao que seria o conceito tradicional de frase, como o de (17). Quando dizemos “indireta” é porque aparece como título do tópico que discorre sobre frase e não é retomado no decorrer do texto.

(22) *Frase, a unidade mínima da comunicação.* (SACCONI, p. 283)

para logo a seguir dizer:

(23) **Não há fundamento** na afirmação de que a frase deve ter, necessariamente, sentido completo, já que as palavras vicárias **sim** ou **não** (das respostas), isoladas de um contexto, nada representam; só vão ter sentido se houver um propósito definido de expressar um pensamento, caso em que substituem uma oração. (SACCONI, p. 283)

⁵⁹ Os grifos são do autor.

Em Macambira (1999) o termo *frase* não aparece. O autor trabalha com o conceito de *oração* e não faz nenhuma menção ao termo *frase*.

No trecho (17) a definição de *frase* é o que se pode chamar de clássica, pois esta definição, salvo algumas diferenças, na essência, é a mesma constante nos mais tradicionais manuais de gramática. Cada definição de frase acima exposta traz uma “verdade” e um *saber* que divergem e convergem, paradoxalmente, em determinados pontos, entre as de caráter gramatical normativo e entre as de caráter linguístico. Diante disso, é preciso esclarecer, como já foi salientado no capítulo 2, que com o surgimento da NGB há uma mudança significativa nos textos e discursos gramaticais, pois a própria implementação da nomenclatura já foi um ato político-linguístico que teve toda uma influência do discurso científico, ou seja, o discurso da ciência sobre a língua aliada à vontade política é que proporciona a implementação da nomenclatura.

Porém, como ressalta Baldini (1998, p. 101), “por se tratar de uma nomenclatura que não define sua terminologia, pode-se pensar que a NGB deixa ‘livre’ aos gramáticos definirem o que significa cada termo, isto é, o gramático é livre para fazer os seus comentários”, isso pode muito bem justificar porque cada gramático dá uma definição do termo. Há uma variedade de definições que remetem a novos *saberes*, como “unidade”, “enunciação”, “unidade de comunicação”, “unidade mínima”, “fala”, “texto”, o que implica novas *vontades de verdade*, ou seja, a cada definição quer se impor uma *vontade de verdade* de cada *sujeito-autor* num exercício de seu *saber/poder*. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 50) afirma que:

Toda produção discursiva posta em funcionamento em uma dada formação social será veiculadora das relações de poder que formam o corpo social e, evidentemente, dos *jogos de verdade*. Por sua vez, os efeitos de poder terão o suporte dos *jogos de verdade*. Não há a possibilidade de supor as relações de poder desvinculadas dos *jogos de verdade*.

Assim, é preciso dizer que à instância do *saber*, como salienta Oliveira (2005), estão inevitavelmente relacionadas as *relações de poder*, com isso, queremos dizer que é por meio da demonstração de domínio de um *saber* que ele, o *sujeito-autor*, poderá estar, numa dada FS, participando das *relações de poder* que formam os *jogos de verdade*. É preciso lembrar aqui que *jogos de verdade*, na concepção foucaultiana, compreende um conjunto de regras de produção de “verdade” e que a “verdade” é transitória, histórica e social, portanto, sujeita às determinações histórico-sócio-ideológicas que o momento oferece (OLIVEIRA,

2005). Por isso, os enunciados acima revelam e corroboram o fato de que ao tempo que os *autores-gramáticos* procuram impor uma “verdade” que os distinga entre si, por outro lado, não é possível fugir às determinações das condições de produção (assujeitamento) e mais: os efeitos de sentido não divergem em essência e se aproximam, entre si, nas definições de gramáticos e linguistas.

Um aspecto relevante desta observação é o fato de que todos os enunciados, de (18) a (22), fazem remissão ao ato de *comunicação*. Isso demonstra que *autores-gramáticos* e *autores-linguistas* têm um ponto em comum para as formulações de suas definições, o que se explicaria pelos *jogos de verdade* que as condições histórico-ideológicas oferecem. Ressaltamos que a NGB é esse ponto nodal que convergem esses dizeres sobre a língua.

A ideia de *frase* enquanto *completude* (seja por meio da palavra *completo* ou tomada por outra expressão que dá a mesma ideia) é outro ponto de convergência entre os *sujeitos-autores*, sejam gramáticos sejam linguistas, pois se encontra nos enunciados (17), (18), (19), (20) e (21)⁶⁰:

(24) “*enunciação de sentido completo*”

(25) “*capaz de transmitir um conteúdo satisfatório*”

(26) “*capaz de transmitir um pensamento completo*”

(27) “*enunciação verbal suficiente*”

(28) “*ser suficiente para defini-lo*” e “*assinala nitidamente o começo e o fim*”

Ora, é justamente essa *verdade* em torno da ideia de *completude* que Sacconi crítica, como ilustrada em (23). Como diz o autor, fora de um contexto comunicativo uma frase pode não ser tomada como tendo um sentido completo e, no entanto, ser uma frase. Essa posição do referido autor demonstra divergência entre os próprios *autores-gramáticos* e em relação ao discurso dos *autores-linguistas*. Os SAL não apresentam conceitos/definições divergentes dos apresentados pelos SAG. Aliás, os casos (20) e (21) são rigorosamente a mesma definição tomada em Mattoso Câmara e apresentada nesse dizer como “argumento de autoridade”.

Passemos ao segundo termo: *oração*. Vejamos como os *sujeitos-autores* o definem:

⁶⁰ Lembramos que o texto em (21) é o mesmo de (22), por isso não repetimos este último.

(29) *É todo e qualquer **enunciado** que contém verbo ou expressão verbal.* (SACCONI, p. 286)

(30) *A frase ou membro de frase que se organiza ao redor de um verbo recebe o nome de **oração**.* (NICOLA; INFANTE, p. 245)

(31) *À frase ou ao membro de uma frase que se organiza ao redor de um verbo ou locução verbal damos o nome de **oração**.* (INFANTE, p. 412)

(32) *É o **enunciado** que se organiza em torno de um verbo.* (CEREJA; MAGALHÃES, p. 211)

(33) *É uma frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um **predicado** e frequentemente um **sujeito**, assim como vários outros termos.* (PERINI, p. 61)

(34) *Chama-se **oração** a unidade gramatical construída em torno do verbo.* (AZEREDO, p. 150)

(35) *A oração é uma seqüência de termos subordinantes e subordinados, cujo ponto de partida, o **sujeito**, é o único subordinante jamais subordinado, bem como o princípio e o fim de todas as relações sintáticas: o princípio porque tudo parte dele, o fim porque tudo volta para ele.* (MACAMBIRA, p.151)

Em Cunha (1986) não encontramos uma definição para *oração*, embora ele faça referência a ela, sem defini-la, quando das explicações sobre *frase*, donde se infere que ele julgue ser sabida por todos, daí não haver necessidade da definição.

Todas as definições acima, no entanto, com exceção de (31), têm no *verbo* o elemento central das definições. Em (31) é o *sujeito* que assume esse papel central e o verbo nem sequer é mencionado, o que implica dizer que para ser *oração* basta ter sujeito, porém, é sabido que o sujeito só existe em relação com um verbo, assim, a definição de (31) é no mínimo curiosa e o *sujeito-autor* não fornece maiores explicações que esclareçam sua posição sobre essa definição.

Ora, essa discussão pode ir mais além, pois a divergência/convergência desses conceitos ilustram que ora apresentam uma mesma *vontade de verdade* ora procuram impor outra *vontade de verdade*, apesar de estarem na mesma FD, nos mesmos *jogos de verdade* que partem de uma mesma FD, a NGB. Em relação aos enunciados advindos da FD da Linguística – (33), (34), 35) - em princípio, como ocorreu com o conceito/definição de *frase*, não fogem à conceituação/definição da tradição normativo-gramatical.

O outro termo que abordaremos aqui é *período*. Vejamos sua definição entre os autores:

- (36) **Período** é a frase organizada em oração ou orações. (CUNHA, p. 137)
- (37) **Período** é a frase expressa por uma ou várias orações. (SACCONI, p. 286)
- (38) Chamamos **período** à frase constituída de uma ou mais orações, formando um todo, com **sentido completo**. (NICOLA; INFANTE, p. 245)
- (39) A frase organizada em orações constitui o **período**. (INFANTE, p. 412)
- (40) Dá-se o nome de **período** à frase organizada em oração ou orações. (CEREJA; MAGALHÃES, p. 211)
- (41) Tradicionalmente, emprega-se também a designação **período** para as orações que constituem uma frase. (PERINI, p. 62)
- (42) O termo **período** é usado para designar uma **oração simples ou uma união de orações que funcionam como unidade de comunicação entre a pessoa que fala/escreve e a pessoa que ouve/lê**. (AZEREDO, p. 150)

Macambira (1999) não apresenta o termo *período* em sua obra como fazem os demais autores, gramáticos e linguistas.

Nos enunciados elencados acima, conceitos/definições de *período*, em síntese, se equivalem ora a *oração* ora a *frase*. Em nada diferem o que apresentam SAG e SAL: ambos seguem na mesma “verdade” conceitual-terminológica, assim, os *jogos/vontade de verdade* que envolvem essa categoria sintática convergem nas duas FD, da GN e da Linguística. Mesmo porque a rigor eles não apresentam um conceito, mas considerações em torno do que a identifica e a caracteriza.

Feitas as análises preliminares, vamos a uma discussão sobre os conceitos/definições de *frase*, *oração* e *período* em contraponto com *enunciado* extraída em Farias (2003). Essa discussão o autor vai buscar em Bakhtin (2003), no ensaio, constante na obra *Estética da Criação Verbal, Gêneros do Discurso*, e aplica-a na análise de seis GN brasileiras. Como anunciamos no Capítulo 1, Farias (2003) se propõe discutir questões terminológicas e conceituais apontadas por Bakhtin que envolvem as três categorias sintáticas supra citadas e o *enunciado* e como esses problemas se repetem na teorização e conceituação nessas GN.

Segundo Farias (2003), Bakhtin já apontava para essa confusão terminológica que envolvia as definições e conceitos dos termos *frase*, *oração*, *período* e *enunciado*, dizendo que os gramáticos não tinham claro tais definições haja vista que eles se misturam, se contradizem provocando uma confusão terminológica em que o conceito de um por vezes se

confunde com o do outro, não ficando claro ao leitor o que é *enunciado* ou *oração* ou *frase* ou *período*. Isso porque, diz o autor:

Em seu estudo sobre os *gêneros do discurso*, Bakhtin observa que a *comunicação verbal* se dá através de *enunciados*, sendo estes a instância que faz a ligação da língua com a vida, com a sociedade e, portanto, com a história. Desse pressuposto decorre a definição do enunciado como a *unidade real da comunicação verbal*⁶¹, cujo estudo [...] Bakhtin considera fundamental para esclarecer aspectos importantes da comunicação verbal e das próprias unidades da língua. (FARIAS, 2003, p. 160)

Ora, como o autor aponta na citação acima, “a comunicação verbal se dá através de enunciados” e para Bakhtin (2003) o enunciado é a verdadeira “unidade real da comunicação verbal” e o conceito em (17) “A **frase** é uma *enunciação* de *sentido completo*, **a verdadeira unidade da fala**” equivale a enunciado. Pelos conceitos/definições expostos, vemos que *enunciado* e *frase* se tornam sinônimos, o que nos leva a questionar: *frase* e *enunciado* são a mesma coisa?

Em vista disso, diz Farias (2003, p. 161):

As lacunas apontadas resultam numa indeterminação e confusão terminológica no que se refere às noções gerais do processo da comunicação, tais como *língua*, *fala*, *discurso*, *oração*, *frase*, *enunciado*, concluindo Bakhtin que “em quase toda parte os estudiosos se divertem com o enredamento de todas essas significações”, resultando disto “um menosprezo total pelo que é a unidade real da comunicação verbal: o enunciado.”

Essa “confusão terminológica” é fruto da falta de uma delimitação clara das fronteiras de tais unidades conceituais, por isso, como visto acima, *enunciado* e *frase* se apresentam como sinônimos, o que necessariamente não é verdade. Contudo, na esteira da memória discursiva, todos os autores se prendem a uma espécie de “matriz conceitual”, a qual é retomada em novo acontecimento. Farias (2003) chama a atenção para o fato de que o termo enunciado “quando aparece nas gramáticas [...] é apenas uma referência vaga, pouco precisa. Em geral vem associado à noção de fala (ou discurso), entendida no sentido saussureano do termo e, portanto, muito distante da concepção dialógica do enunciado bakhtiniano” (FARIAS, 2003, p.166). Nesse sentido, o termo *enunciado* aparece como parte dos conceitos sem que, no entanto, seja previamente definido, esclarecido para o leitor, donde se infere que

⁶¹ Grifos do autor

os autores pressupõem que seja do conhecimento do leitor, como ocorre nas definições de *oração* em (29) e (32). O mesmo ocorre com o termo *enunciação*, que aparece nas definições de *frase* em (16) e (19).

Para Farias (2003), como a frase é definida “como unidade de comunicação, cuja função seria expressar o pensamento ou o sentimento”, essa definição reduz as concepções da língua e despreza a “sua função pragmático-discursiva, centrada na interação” (p. 167). De fato, essa concepção de frase, “como unidade de comunicação”, pode ser vislumbrada em todos os itens, de (16) a (22); como ‘expressão de um pensamento ou sentimento’, encontra-se em (18) e (23).

Da mesma forma, essa “confusão” terminológico-conceitual se dá também com o conceito de *oração*. Segundo Bakhtin (2003, p. 287):

A oração enquanto unidade da língua é desprovida da capacidade de determinar imediata e ativamente a posição responsiva do falante. Só depois de tornar-se um enunciado pleno, uma oração particular adquire essa capacidade. Qualquer oração pode figurar como enunciado acabado, mas, nesse caso, é completada por uma série de elementos muito substanciais de índole não gramaticais, que lhe modificam a natureza pala raiz. E é essa circunstância que serve de causa a uma aberração sintática especial: ao analisar-se uma oração isolada, destacada do contexto, inventa-se promovê-la a um enunciado completo. Conseqüentemente, ela atinge o grau de conclusibilidade que lhe permite suscitar resposta. (grifos nosso)

Bakhtin ao negar que a oração tem a “capacidade de determinar imediata e ativamente a posição responsiva do falante”, afirma que esta capacidade pertence ao enunciado, no entanto, ele não nega que uma oração pode ser um enunciado, pelo contrário. Ele frisa que “só depois de tornar-se um enunciado pleno, *uma oração particular adquire essa capacidade.*” O que o autor ressalta é que a oração invariavelmente por estar em determinado contexto é tomada como enunciado porque o contexto favorece percebê-la como tendo um sentido completo, daí, diz o autor, ocorre o que ele chama de “aberração sintática”.

Essa discussão de Bakhtin em torno da oposição oração x enunciado pode ser aplicada a frase x enunciado, a período x enunciado. Apesar de a análise de Farias (2003) ter sido aplicada aos conceitos contidos em GN, os conceitos extraídos aqui da GD e dos manuais também prescindem de definir, esclarecer ao leitor o que é *enunciado*. Sendo essa categoria conceitual da FD da Linguística, era de se esperar que os SAL corrigissem essa falta dos SAG, no entanto, isso não ocorre.

Em resumo, os *saberes* das duas FD mais convergem que divergem e os *sujeitos-autores* – gramáticos e linguistas - revelam-se mais dentro do que fora do arquivo da tradição normativo-gramatical. Os SAL não apresentam uma “nova verdade” capaz de substituir a “velha”, antes a acolhe no bojo do discurso de “verdade científica”. Paradoxo do SAL. Se no texto de apresentação seu discurso se construiu e se constituiu sobre os *jogos de verdade* que se contrapunham com severas críticas, como Perini, – ou mesmo moderadas como Macambira - aos da tradição normativo-gramatical, aqui ele se revela menos inovador.

Da mesma forma que os SAG querem se mostrar fora do arquivo em que estão envolvidos em *jogos de verdade*, que ora os põem assujeitados à ordem do discurso da tradição normativo-gramatical ora os levam a se aproximar da ordem do discurso da ciência da linguagem, dos novos paradigmas que ela suscita em torno da língua a partir de estudos e pesquisas e nesse passo eles se mostram paradoxais e se contradizem, pois o seu discurso revela um sujeito que não consegue se definir e por isso se vê entre a FD da tradição normativo-gramatical e da Linguística. Da mesma forma que os SAL também não ficam fora completamente do arquivo dessa tradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da hipótese de que os discursos da tradição normativo-gramatical Gramática Normativa (GN) e da Linguística, que se mostram em constantes atritos quando do posicionamento de seus respectivos *sujeitos-autores* por assumirem diferentes posições na forma como abordam a língua materna, na verdade, se revelaram mais afins do que se possa parecer.

A análise dos títulos-enunciados das obras denominadas GN/GP revelaram que os *sujeitos-autores*, os *jogos/vontade de verdade* e o *saber/poder* que constituem os seus discursos procuram estar em consonância com o discurso da ciência. A conclusão a que chegamos é que a partir dos títulos, as GP procuram se diferenciar como uma GN atualizada com o discurso da ciência, portanto, mais em acordo com a “verdade científica” que a Linguística propaga sobre a língua e que se contrapõe ao discurso da gramática tradicional, que não tem um caráter de “verdade científica”, ao tempo que remete a algo ultrapassado, antigo, logo, não aborda a língua contemporânea. As GP dizem o dizer da Linguística.

Como Foucault ressaltou que o sujeito do prefácio/apresentação não é mesmo do corpo da obra, de fato, revelamos que o SAG e o SAL são dispersos, clivados. Ora parecem “modernos” (em consonância com a ciência), ora parecem “conservadores” (na esteira da tradição normativo-gramatical). Os SAG nos textos de apresentação/prefácio se mostram “modernos”, atualizados com a ciência da linguagem, mas defendendo a GN; já os discursos dos SAL, seja na GD seja nos MDL, é no sentido de criticar a GT, porém não negue a sua importância e o seu ensino, apenas que seja reformulada sob o aval da Linguística. É aí que cai por terra a suposta neutralidade da GD, pois com essa proposta ela passaria a GN.

Os *saberes* das duas FD sobre as categorias sintáticas, no entanto, mais convergem que divergem e os *sujeitos-autores* – gramáticos e linguistas - revelam-se mais dentro do que fora do arquivo da tradição normativo-gramatical. Os SAL não apresentam uma “nova verdade” capaz de substituir a “verdade” da tradição, apesar de criticá-la duramente a acolhe no bojo do discurso de “verdade científica”. Se no texto de apresentação seu discurso se construiu e constituiu sobre os *jogos de verdade* que se contrapunham com críticas, aos da tradição normativo-gramatical, aqui eles se revelam menos inovadores.

Da mesma forma que os SAG querem se mostrar fora do arquivo da tradição que estão envolvidos em *jogos de verdade*, que ora os põem assujeitados à ordem do discurso da

tradição gramatical ora os levam a se aproximar da ordem do discurso da ciência da linguagem, dos novos paradigmas que ela suscita em torno da língua a partir de estudos e pesquisas e nesse passo eles se mostram paradoxais e se contradizem, pois o seu discurso revela um sujeito que não consegue se definir e por isso se vê entre a formação discursiva da tradição normativo-gramatical e da Linguística. Da mesma forma que os SAL também não ficam fora completamente do arquivo dessa tradição. Nesse sentido, procuramos mostrar que os discursos das GN/GP buscam estar em consonância com o discurso da Linguística; que os discursos da GD e dos MDL sustentados pelo discurso do *saber/poder* da ciência da linguagem, que se diz neutro, na verdade estabelece uma nova “*vontade de verdade*” ideologicamente marcada por um discurso acadêmico sobre a língua materna ao propor novos paradigmas de ensino e conceitual-terminológicos.

Ao final da caminhada, podemos constatar que os discursos da tradição normativo-gramatical e da Linguística, de fato, não divergem tanto quanto o senso comum pensa. *Sujeito-autores*, gramáticos e linguistas, se revelaram muito próximos em seus dizeres. Os *jogos de verdade* em que estão envolvidos apontam para uma convergência de seus dizeres, havendo, inclusive, uma mesma *vontade de verdade* compartilhada por ambos.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção do sentido. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. trad. introd. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-17

ANTUNES, I. C. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Refletindo sobre a prática da aula de português. In: **Aula de português**: encontro e interação. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 19-37

ALKMIN, T. M. Sociolingüística (parte I). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. v. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21-48

ARAÚJO, I. L. A constituição do sujeito. In: **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: EDUFPR, 2001. p. 87-122

AZEREDO, J.C. **Fundamentos de gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 30. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALDINI, L. Crônicas e controvérsias: a NGB e a autoria no discurso gramatical. In: **Línguas e instrumentos lingüísticos**. jan./jun. v. 1. Campinas: Pontes, 1998. p. 97-106

BARROS, D. L. P. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 1-9

BECHARA, E. **Ensino da gramática**. Opressão? Liberdade? 8. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. ver. Campinas: EDUNICAMP, 2004.

BRITTO, L. P. L. **A sombra do caos**: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

_____. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, M (org.). **Lingüística da norma**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 135-154

CAMACHO, R. G. Sociolinguística (parte II). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, vol. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 49-75

CARVALHAL, J. P. Maurice Halbwachs e a questão da memória. www.espacoacademico.com.br/o56/56carvalhal.htm. acessado em: 13/09/2007.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 1999.

CUNHA, C. F. **Gramática da língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

DANTAS, A. M. O texto e o professor de português. In: **Graphos: revista da Pós-Graduação em Letras** (publicada pelo Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPB). Ano VI, n. 1. 2003. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 9-26

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora UNESP; Boitempo, 1997.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARIAS, W. S. Teoria do enunciado e teoria gramatical: (dês)enredamento de conceitos. In: **Graphos: revista da Pós-Graduação em Letras** (publicada pelo Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPB). Ano VI, n. 1, 2003. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 159-176

FERNANDES, C. A. Uma volta aos percursos teóricos: as três épocas da Análise do Discurso. In: **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 85-106

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. aum. 25. impr. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. Poder e verdade. In: **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007b. 1-14

_____. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. O que é um autor? In: MOTTA, M. B. (org.). **Michel Foucault: estética e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Coleção Ditos e Escritos vol. III) p. 264-298

_____. A vontade de saber. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 11-16

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?**. São Paulo: Parábola, 2006.

FURLANETTO, M. M. Função-autor e interpretação: uma polêmica revisitada. In: _____ ; SOUZA, O. (orgs.). **Foucault e a autoria**. Florianópolis: Insular, 2006. p. 109-138

_____. **Onde está o analista de discurso**. [http:// br.geocities.com/agatha_7031/onde.html](http://br.geocities.com/agatha_7031/onde.html). Acesso em: 14/08/2007a

_____. **Problematizando o estatuto da AD**. [http:// br.geocities.com/agatha_7031/estatuto.html](http://br.geocities.com/agatha_7031/estatuto.html). Acesso eletrônico em: 14/08/2007b

GUIMARÃES, E. História da gramática no Brasil e ensino. In: **Relatos**. Nº 5, outubro, 1997. p. 7-13

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. L. (orgs.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 60-78

HORA, D. Teoria da variação: trajetória de uma proposta. In: _____ . (org.). **Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa: s/ed., 2004. p. 13-28

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Scipione, 2001.

KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. In: **Veredas**. Revista de Estudos Linguísticos. Juiz de Fora, v. 6, n. 1, 2002. p. 31-41

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007. p. VII- XXIII

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2 - 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 101-142

NAVARRO-BARBOSA, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 97-130

NICOLA, J.; INFANTE, U. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

OLIVEIRA, M. A. Dialogismo: a *ordem* do enunciado. In: **Graphos**. Revista da Pós-Graduação em Letras (versão Eletrônica). v. 9, n. 2. João Pessoa, 2007. p. 71-80

_____. Linguagem de *defloramentos*: hidra imortal. In: **Na imortalidade da fábula: o mesmo e o outro como “jogos de verdade”**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005. (mimeo) p. 5-59

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formação e circulação de sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. O discurso pedagógico: a circularidade. In: **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003a.

_____. Para quem é o discurso pedagógico? In: **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003b.

_____. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: EDUNICAMP, 2001.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. trad. introd. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-67

_____. O Estado, a gramática, a autoria. In: **Relatos**. nº 4, jun., 1997. p. 5-12

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. trad. introd. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-56

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1997a.

_____. Análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Trad. Bethânia S. Mariani. Campinas: EDUNICAMP, 1997b. 163-252

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

POSSENTI, S. Sobre dois conceitos de Foucault. In: **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 169-179

_____. O sujeito fora do arquivo? In: **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. 2. ed. Curitiba: Criar, 2004a. p. 91-104

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004b. p. 353-392

_____. Ainda sobre a noção de sentido. In: GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. (orgs.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 45-59

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROBIN, R. **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática**: teoria e prática. 20. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1996.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 15. ed. São Paulo: Ática, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)